



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 37

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 16 de outubro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos.

Após a chamada das Sras. e dos Srs. Deputadas/os, a Sra. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos entrando diretamente na Agenda da Reunião:

- **Interpelação ao Governo Regional sobre "Situação do Setor Público Empresarial Regional"**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a abertura do debate pelo Sr. Deputado António Marinho, participaram no mesmo o Sr. Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), Ricardo Cabral (*PS*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Cláudio Lopes (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*) e Duarte Freitas

(*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) e o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

- **Projeto de DLR n.º 6/X – “Programa de pequeno-almoço e almoço durante o período de férias escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tomada a palavra, a Sra. Deputada Zuraída Soares requereu à Mesa, ao abrigo do artigo 87º do Regimento, que o Projeto de Decreto Legislativo Regional em apreço baixasse à respetiva comissão para efeitos de nova apreciação e complementação.

Colocado o requerimento à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de DLR n.º 13/X – “Regras especiais das medidas contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Marinho, intervieram no debate o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), o Sr. Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Miguel Costa (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Colocado à votação, o projeto de DLR em apreço foi rejeitado.

- **Projeto de Resolução n.º 39/X – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha dos Açores, bem como reforce os apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), participaram no debate os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*) e José Ávila (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Proposta de DLR n.º 21/X – “Altera o artigo 108.º, do Código da Ação Social dos Açores, aprovado pelo DLR n.º 16/2012/A, de 5 de abril”**.

Apresentado o diploma pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*), usaram da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), a Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Domingos Cunha (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

A proposta de DLR foi aprovada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 52 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Eram 10 horas e 16 minutos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da Reunião.

Conforme informei ontem, iniciamos a nossa manhã de trabalhos com o ponto 2 da Agenda: **Interpeção ao Governo Regional sobre "Situação do Setor Público Empresarial Regional"**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos foram acordados em Conferência de Líderes e estão assim distribuídos: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o CDS de 13 minutos; e o Bloco de Esquerda, PCP e PPM de 10 minutos.

Para iniciar o debate, tem a palavra, por parte do PSD, o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado mês de julho de 2013, aquando do debate da Conta da Região referente a 2011, que, pela primeira vez, incluiu um relatório sobre o setor público empresarial (aliás, de acordo com o artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 25/2011/A que, como sabem, foi uma das peças do Pacote de Transparência financeira que o PSD apresentou aqui, em 2011), dizia eu que esse relatório se afirmava como uma peça importante que passou a existir na análise das finanças regionais, as finanças públicas regionais do setor público alargado em termos regionais.

Desde logo, dissemos, em sede de debate da Conta da Região, que iríamos provocar uma interpelação sobre a situação do Setor Público Empresarial Regional, não só porque era uma peça nova, não só porque era respeitante a um setor que tem uma dimensão significativa na região e o tempo que estava atribuído para a discussão da conta era já mais que apertado, inclusivamente para o debate da própria conta, que, em si mesma, contém um volume e uma qualidade de informação que são extremamente relevantes para conhecermos a gestão das finanças públicas regionais.

Acresce o facto de este Setor Público Empresarial Regional ser um fator muito significativo de uma parte muito substancial da ação governativa regional, estendendo-se a setores importantes como a saúde, a habitação, obras públicas, etc., e, por isso, independentemente de uns números que estão associados a este Setor Público Empresarial Regional, estamos, por exemplo, a falar de um setor que ocupa cerca de 6000 pessoas, talvez um pouco mais, a nível do emprego regional.

Naturalmente que uma parte deste Setor Público Empresarial Regional (obviamente e naturalmente) existe de modo muito próprio e muito evidente em determinados setores, como, aliás, tivemos oportunidade já muitas vezes de o referir, e outra parte destas 6000 pessoas foram transitando gradualmente da esfera da Administração Regional, e o porquê já o sabemos.

Sabemos que os limites ao endividamento existentes desde 2002 obrigaram, ou tiveram como opção por parte do Governo Regional de “desorçamentar” parte daquilo que até aí pertencia à esfera da Administração Regional e, por isso, consideramos importante ter provocado esta interpelação e, obviamente, consideramos importante, nos anos futuros, provocar novamente uma interpelação deste género, porque efetivamente é um setor com um peso muito determinante a nível de muitas e muitas variáveis. Justifica, por isso, uma abordagem normal, uma abordagem regular, como aquela que podemos estar a fazer aqui, como justifica, eventualmente, caso a caso, ao longo do ano parlamentar, outras abordagens, provavelmente mais em termos setoriais, mas que esta justificação existe, pensamos que existe.

O endividamento que está a ser associado a este Setor Público Empresarial Regional é significativo e dele decorrem muitos encargos. Ao não existirem, estes encargos, poderiam ser feitas aplicações que resultassem de forma mais evidente na melhoria da qualidade de vida das pessoas, quer ao nível da saúde, quer ao nível dos apoios sociais, quer ao nível dos apoios às empresas, e estamos a falar aqui em termos de encargos de muitas dezenas de milhões de euros.

Não viemos aqui fazer o jogo dos números. Os números são o que são, existem e todos os conhecem. Queremos é avaliar o que é que pode condicionar a existência destes números, que consequências é que poderão advir destes números.

Eles estão validados pelo Tribunal de Contas, estão validados, no concreto, em relação a 2011, por parte da Inspeção Geral de Finanças e estão validados inclusivamente pela Assembleia através da sua Comissão de Economia no relatório que apresentou em anexo ao parecer sobre a Conta da Região. E são

grandes, são grandes e isso todos o sabemos e todos sabemos também que seria desejável que fossem muito menores.

Aliás, isto suscita a preocupação do Tribunal de Contas quando diz, e como peça ou como grande mensagem quando foi apresentada a Conta da Região respeitante a 2011, o Tribunal de Contas alerta para o endividamento no setor empresarial público, que, aliás, consta da própria Conta da Região. Essa preocupação existe quando, por exemplo, o Tribunal de Contas diz que “importa acautelar e evitar a manutenção de empresas públicas e fundos autónomos, maioritariamente sem receitas próprias ou com pouca expressão financeira dependentes do Orçamento Regional”.

Diz também: “um Setor Público Empresarial Regional, em especial na área da saúde, com resultados líquidos negativos e uma dívida bancária considerável, maioritariamente abalizada pelo Governo Regional”. Como diz que “importa realçar o volume de endividamento do Setor Público Empresarial Regional e uma significativa dependência do Orçamento Regional”. Ou quando diz, aqui de uma forma mais evidente, que “o setor da energia é o que apresenta a melhor situação económico-financeira ao invés do da saúde, especialmente crítico. No caso do setor público empresarial, no seu conjunto, o Setor Público Empresarial Regional representa riscos, em termos orçamentais, para a região”.

O mesmo é dito, aliás, no capítulo dos riscos orçamentais, pela Inspeção Geral de Finanças, quando diz, “nas atuais circunstâncias, de difícil acesso ao financiamento bancário e necessidade imediata de liquidez, poderá ser necessário algum tipo de auxílio direto do Governo Regional ao Setor Público Empresarial Regional, seja por concessão de garantias ou qualquer outro tipo de assistência financeira direta, face à incapacidade das empresas públicas, em especial na área da saúde, financiarem a sua atividade e refinanciarem a respetiva dívida. Esta concessão de garantia poderá conduzir à reclassificação da totalidade de dívida garantida como dívida pública com um impacto significativo no défice das administrações públicas”.

Portanto, as preocupações são evidentes e são também nossas. Porque mais do que confirmar os números, o que nós gostaríamos era de obter, da parte do

Governo Regional, a perspectiva de como os vai diminuir, como vai racionalizar estes valores. Estamos a falar de um endividamento que é superior ao valor global de um orçamento da Região Autónoma dos Açores para todo um ano, o que é três vezes a sua dívida direta.

São valores muito significativos e os respetivos encargos poderiam resultar na aplicação de recursos que revertessem a favor da melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Portanto, não é a confirmação dos números em si mesmos que nos interessa, mas, sim, o que se deixa de fazer agora e no futuro para nós e para as gerações vindouras, para os nossos filhos e para os nossos netos que possa melhorar a satisfação das necessidades básicas dos açorianos, que é isso que nos move, que é isso que nos interessa.

Estamos efetivamente a falar em números elevados e naturalmente que temos de deixar um alerta.

Assim como Sócrates fez a nível da República, pode também aqui, neste caso, estar a empenhar-se o futuro. Assim como aconteceu com Sócrates, com o seu fim em 2011, pode estar-se a preparar a vinda de uma troika qualquer, e nem sequer é algo de muito inédito, porque, já em 2012, tivemos, a troco de 135 milhões de euros, que o Governo não conseguiu pagar, a venda, a alienação de uma parte da autonomia com a necessidade da elaboração do memorando que todos conhecemos e que já sucessivamente fomos discutindo.

O ponto de partida é, portanto, para nós, 2011. Já ouvimos o Sr. Vice-presidente do Governo Regional falar em 2012. Falou para os jornais, optou por falar para os jornais, e aí temos que recordar que no mesmo Decreto Legislativo que define a apresentação de um relatório por parte da Comissão de Economia que se diz que, artigo 4º, número 1, “anualmente, até 31 de agosto, o Governo Regional está obrigado a entregar na Assembleia Legislativa os documentos de prestação anual de contas e o relatório único relativos ao ano anterior das empresas mencionadas no artigo 2º”, que são as empresas do setor público empresarial. E, por isso, a primeira questão que tínhamos colocado é: vai haver

racionalização, vai haver reestruturação, como é que ela vai ser feita, quais as intenções do Governo?

Segunda questão, Sr. Vice-presidente, uma vez que penso que é a si que lhe cabe o envio desses elementos constantes do artigo 4º: por que é que não cumpriu a lei? Porquê o incumprimento da lei, Sr. Vice-presidente? Por que é que um mês e meio depois ainda não apresentou a esta Assembleia Legislativa as contas do Setor Público Empresarial Regional? Porquê esta ilegalidade?, porque se trata de uma ilegalidade. Os senhores, o Governo Regional estavam obrigados a enviarem estes elementos. Por que é que não os enviou? Está ou não interessado em que os açorianos conheçam esta realidade? E por isso deixava esta segunda questão.

Para finalizar nesta primeira intervenção.

Já ouvimos também que o Sr. Vice-presidente já falou, e falou recentemente também a um jornal, da reestruturação que foi feita, que já está neste momento feita, do Setor Público Empresarial Regional.

Falou de um conjunto de empresas. Devemos dizer que a questão da fusão das administrações portuárias e a fusão da Portos dos Açores é uma medida interessante. Não terá uma grande variação em termos de endividamento, mas pode levar a alguma racionalização e à obtenção de sinergias.

Demos aqui o nosso aval também, na área do ambiente, no processo de fusão da SPRA-Açores com a Azorina, e nós próprios demos aqui o nosso voto favorável, nessa altura, mas tudo o resto, todas as outras dez, talvez,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Das outras seis!

O Orador: ... que o Sr. Vice-presidente aqui avaliou ou apresentou nessa altura são números dos quais nós nem sequer conhecemos grande parte dos seus elementos, são pouco importantes, são pequenos passos e só para dar uma ideia dessas participações alienadas, estamos a falar, por exemplo, do Banif – Açores, em que o Governo, de forma direta ou indireta, participava em 4,05%, ou a DPS, 1,25%, ou a IAPH, 0,06%, ou a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, 0,0005%.

Portanto, Sr. Vice-presidente, duas questões.

Diga-nos com clareza como vai o Governo Regional proceder à reestruturação do setor público empresarial? Quer ou não fazer esta reestruturação, em que medida, com que impacto?

Segunda questão, responda-nos, por favor, por que é que não cumpriu a lei e por que é que não entregou atempadamente, há um mês e meio, as contas do setor público empresarial? Por que é que o Governo entrou nesta situação de ilegalidade?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme estipula o artigo 184º do Regimento, tem a palavra o Sr. Vice-presidente.

(*) Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar o PSD por esta iniciativa, mas lembrar que a mesma foi de acordo com a legislação que foi aprovada, englobada numa abordagem feita e um trabalho que foi feito pela Comissão de Economia no âmbito da análise da Conta da Região, onde passou a ser incluído um relatório sobre o setor público empresarial da região e, neste contexto, também essa informação está não só disponibilizada, como é um novo documento que foi abordado aquando da discussão da Conta da Região para 2011 e que o mesmo será aquando da Conta da Região para 2012.

Em relação à matéria sobre o envio das contas do setor público empresarial para a Assembleia, tenho que informar o Sr. Deputado que, na passada segunda-feira, foi remetido na íntegra...

Deputado António Marinho (PSD): Foi mês e meio depois!

O Orador: ... o conjunto de contas de todas as empresas públicas para a Assembleia e estará ao vosso dispor toda essa informação para a abordagem que quiserem fazer.

Deputado António Marinho (PSD): Um mês e meio depois!

O Orador: Portanto, essa matéria é clara, e mais, essa matéria será abordada no âmbito do relatório à Conta de 2012.

Segunda questão.

A questão da reestruturação do setor público empresarial, que o Sr. Deputado fala e que pergunta, tenho que dizer que o Sr. Deputado está um pouco desatento, porque o Governo está a cumprir integralmente uma resolução do Conselho de Governo, de 2011, que definiu os termos, as formas e o *timing* da reestruturação do setor público empresarial e é neste contexto, com esse enquadramento que é feita essa mesma reestruturação.

O que eu acho extraordinário, se me permite, é que o Sr. Deputado ache que algumas empresas que são vendidas as participações são pouco relevantes,...

Deputado António Marinho (PSD): Obviamente!

O Orador: ... mas quando servia para dizer que o setor público empresarial tinha 57 empresas e quando nos acusavam de ter 57 empresas, consideravam essas empresas tão relevantes como a EDA e como a SATA. Ou seja, quando era para ter, eram relevantes, quando alienamos, deixam de ser relevantes.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E para si, são relevantes?

O Orador: É esse o cerne da questão.

Mas isso não é o mais importante. O que importa dizer claramente é que o Governo está, no âmbito da reestruturação do setor público empresarial, a cumprir a estratégia que definiu e que fez aprovar numa resolução de Conselho de Governo, ainda no anterior Governo, mas que pretendemos e estamos a cumpri-la na íntegra.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Estão agora, assim, abertas as inscrições para a participação no debate.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Analisar o peso e a situação do setor empresarial regional passa, naturalmente, por analisar aquilo que é uma fatia importante desse setor empresarial. Refiro-me, naturalmente, ao setor da saúde, aos hospitais, EPE e à Saudaçor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

O Orador: Pelo relatório (E não só!) que a Comissão de Economia produziu, e que no fundo é uma síntese no que nomeadamente à área da saúde diz respeito, de outros documentos, nomeadamente as Contas de Gerência dos hospitais, verifica-se que, de 2010 para 2011, a dívida do setor da saúde aumentou quase que exponencialmente, assim como aumentaram, naturalmente, os encargos financeiros com essa própria dívida.

Mas eu não me vou deter aqui sobre os números, porque o que importa é saber de que forma estes números tão avassaladores que aqui se encontram transcritos se repercutem na vida das pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: É para isso que nós aqui estamos, é para isso que o Governo aí está, para governar e possibilitar aos cidadãos açorianos uma melhor qualidade de vida.

E aquilo que nós constatamos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é que estes encargos financeiros crescentes na área da saúde têm tido consequências gravosas para os cidadãos.

Um terço dos encargos financeiros com os juros da dívida dariam, certamente, para acabar com as listas de espera cirúrgicas na região, coisa que os senhores em relação à qual, até agora, nada fizeram, com a agravante de terem desrespeitado uma resolução votada por unanimidade nesta casa, quando inseriu no Orçamento da Região 700 mil euros para recuperação de listas de espera cirúrgicas. Os senhores, até agora, fizeram zero.

E, portanto, desrespeitam aquilo que é o sofrimento das pessoas que se encontram há mais de 2 anos nas listas de espera cirúrgicas à espera de serem intervencionadas.

Mas estes encargos financeiros com a dívida são progressivamente crescentes, como este relatório da Comissão da Economia revela, e como as notícias dos

jornais parecem confirmar, isto porque o Governo, naturalmente, não entregou dentro dos prazos à Assembleia os documentos que deveria ter entregue e vem aqui com desfaçatez dizê-lo que entregou na véspera desta Assembleia Regional se reunir, quando sabia que o principal partido da oposição ia apresentar essa interpelação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Vice-presidente, isso não lhe fica bem, não está de acordo com o estatuto que o senhor deveria exercer.

Mas dizia que as pessoas sofrem e sofrem com a má governação e com a desgovernação que o setor da saúde tem tido.

E vou dar-lhe outro exemplo.

Os encargos com a dívida dariam necessariamente para pagar aquilo que os senhores suspenderam, nomeadamente no hospital de Ponta Delgada, quando deixaram de pagar aos médicos da área de imagiologia que se deslocavam ao hospital ao fim de semana para realizarem exames complementares de diagnóstico.

Há um ano, Sr. Secretário, Sr. Vice-presidente e Membros do Governo, que não é possível, no âmbito do exercício da atividade clínica privada, solicitar uma ressonância magnética na ilha de S. Miguel. Não é possível! Quem a quer fazer tem que se deslocar para fora da região, porque o senhor não pagou a tempo e horas aquilo que devia ter pago.

E as contas da saúde, as contas que aqui estão, progressivamente mais pesadas, dariam para resolver isso e, mais, para resolver a inacessibilidade dos cidadãos, nomeadamente do Concelho de Ponta Delgada, que não podem fazer uma radiografia convencional no seu hospital, ao contrário do que acontece com todos os centros de saúde da ilha de S. Miguel e todos os centros de saúde e unidades hospitalares da região, por quê? Porque o senhor não pagou a horas e as contas estão aqui como aquelas que nós estamos aqui a constatar.

Mas queria dizer-lhe, por último, que os números são os números, mas mais do que a dureza dos números é a dureza do sofrimento das pessoas e em relação à qual os senhores não parecem ter respeito.

Vou dar-lhe um exemplo muito concreto.

Acabei de receber, ontem, um mail de um funcionário do Serviço Regional de Saúde que, no seu centro de saúde e no âmbito do exercício das suas funções, realizou um determinado exame laboratorial, que lhe deu um valor compatível com uma anemia, utilizando aquele célebre aparelho que os senhores agora colocaram aí nos centros de saúde para substituir o funcionamento dos laboratórios de análises clínicas que até então aí funcionavam. O valor que aí estava levou a que o cidadão, funcionário do Serviço Regional de Saúde, suspeitasse do valor aí inscrito, porque era um valor de 9.9 miligramas (não é de hemoglobina), e quando o foi repetir, utilizando um kit do laboratório normal, esse valor era de 4.4. Imagine só V. Ex.^a se esse valor não tivesse sido repetido: tinha-se posto em causa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A vida!

O Orador: ... a vida de um doente.

E são essas medidas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores colocaram por trás de uma racionalidade financeira, aquilo a que chamaram de racionalidade organizacional, que faz com que periguem a vida e a qualidade das pessoas.

As vossas dívidas não são números, Srs. Membros do Governo, as vossas dívidas são o sofrimento das pessoas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa ainda não tem inscrições.

Sr. Vice-presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito rapidamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho extraordinário que o Sr. Deputado Luís Maurício venha hoje, aqui, falar de saúde, quando ainda estamos todos chocados quando o Governo do seu partido...

(*Risos do Deputado António Marinho*)

... aplicou uma redução, um ajustamento, uma austeridade para o país onde 82% dos cortes que faz são cortes na função pública, nos reformados e pensionistas, na saúde e na educação.

O partido (o partido!) que considera que se deve ainda cortar mais na saúde, que se deve cortar ainda mais na educação, que se deve cortar ainda mais nos pensionistas e nos reformados é o mesmo partido do Sr. Deputado Luís Maurício que vem aqui falar nos termos em que falou.

Mas permita-me que vos diga o seguinte.

Em relação à componente dos três hospitais, a região tem feito, ao longo dos anos, um enorme esforço para conseguir equilibrar os três hospitais (aliás, de acordo com notícias que também saíram, não sei se a fonte será o Tribunal de Contas ou...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Não sabe qual é!

O Orador: ... a anterior administração do hospital). Segundo consta, de acordo com o primeiro semestre deste ano (e estou a ler porque vi nas notícias), o hospital de Ponta Delgada conseguiu atingir (resultados de exploração do primeiro semestre) um resultado sensivelmente equilibrado, e em fruto do grande aumento que fizemos e que foi aprovado nesta Assembleia das transferências do Serviço Regional de Saúde, onde passámos de 240 para 298 milhões de euros, que é o valor de referência que temos este ano.

Mas o que vos quero dizer é que nós não deixamos de ter sempre em conta que o setor da saúde é aqui, nos Açores, é no país, é na Europa, um setor sempre extremamente complexo em termos de gestão. Agora, o que nós temos

conseguido é reforçar progressiva e significativamente os recursos financeiros afetos ao setor da saúde, de forma que, de acordo com as projeções que temos, em 2013, será possível, em termos de resultados de exploração, no âmbito dos três hospitais e conjuntamente com a Saudaçor, obter resultados de exploração equilibrados.

É esse o nosso objetivo, e com isso também fazer, como já fizemos ao longo dos anos, e é salientado, aliás, no relatório do Tribunal de Contas referente a 2011, progressivamente uma redução da dívida financeira ou comercial desses mesmos. E conseguimos este ano, como o ano passado, como em 2012, e também estamos a conseguir em 2013, uma redução bastante significativa destes montantes, repondo algum equilíbrio.

Mas o que quero dizer, Sr. Deputado, é que isso seria muito mais fácil ainda, este esforço teria muito mais resultados se aquilo que é o nosso esforço financeiro fosse acompanhado e se as outras entidades que têm responsabilização na contratualização e financiamento aos nossos hospitais e centros de saúde cumprissem as suas obrigações. Refiro-me concretamente à dívida de cerca de 63 milhões de euros que existe do somatório dos subsistemas nacionais, dos subsistemas privados e os subsistemas dos serviços sociais públicos da Administração Central, que não liquidam como devido as suas faturas em relação ao Serviço Regional de Saúde.

Isso ainda é mais grave quando os próprios funcionários públicos da Administração Central descontam mensalmente para os cofres dessas entidades um valor correspondente a essa prestação, ou seja, no fundo o Estado, esses serviços sociais ficam com os descontos dos trabalhadores e não pagam a quem presta os serviços aos trabalhadores da Administração Central. E bastaria (e bastaria!) que esses serviços do Governo da República da Administração Central pagassem as suas dívidas aos hospitais e unidades de saúde da região para que os hospitais tivessem os recursos necessários para não terem um único cêntimo de dívida a qualquer fornecedor. E, como qualquer empresa, o Sr. Deputado perceberá que uma empresa para poder pagar aos seus fornecedores tem que receber dos seus clientes. E, neste momento, com o esforço financeiro

que a região fez de reforçar as transferências para o Serviço Regional de Saúde e para os hospitais, a dívida do Governo da República, dos subsistemas, é superior àquilo que os hospitais têm que pagar aos seus fornecedores. Isto é, se os subsistemas nacionais pagassem exatamente aquilo que está faturado, os hospitais teriam recursos para ter totalmente liquidado aquilo que ainda têm a haver aos seus fornecedores.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa primeira intervenção para referir, certamente, a importância que tem a discussão e o debate, neste Parlamento, da situação do setor público empresarial da região e, digamos, lembrar aqui algumas questões, designadamente aquilo que tem sido a posição do PCP sobre alguns aspetos deste setor.

Desde logo, o facto, quer na legislatura anterior, quer já nesta legislatura, de nos termos sempre manifestado e votado contra, isto é, não termos dado o aval à pretensão do Governo para a criação de empresas públicas ou de capitais públicos cujo objeto devia estar na competência, na esfera de competência do Governo, considerando isso que, para além de outros objetivos, como tem sido a questão da desorçamentação, tem também aqui um papel que nós consideramos de demissão, por parte do Governo Regional, relativamente a competências que devem ser suas.

Os exemplos são muitos, mas lembro-me do mais recente, que foi a criação da SDEA, já nesta legislatura, mas, por exemplo, na legislatura anterior, da criação da Azorina.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só passear!

O Orador: Mas há outros exemplos. Bastam estes aqui para elucidar aquilo que tem sido a posição do PCP relativamente a esta questão e à criação de empresas com capitais exclusivamente públicos que têm apenas dois objetivos: a demissão do Governo, por um lado, competências que são estritamente suas,

mas também a desorçamentação da região, transferindo essas competências para outras empresas.

E há, de facto, um conjunto de empresas, no Setor Público Empresarial Regional, que merecem a nossa atenção e discussão. Mais! Sobre a sua criação, e a sua criação, efetivamente, tem de ser feita aqui, nesta Assembleia, mas já à alienação assim não acontece. À alienação de empresas ou de participações em empresas por capital público, essa questão não é discutida neste Parlamento, apesar dos esforços que o PCP tem vindo a fazer desde o primeiro Orçamento e Plano que aqui discutimos, isto é, de 2009. E isso não tem sido feito, ou melhor, isso continua na esfera do Governo, porque, sistematicamente, quer o PS, mas não só o PS, também alguns partidos da oposição têm recusado a aceitação de uma proposta do PCP de eliminação de um artigo do Orçamento da Região que retirava ao Governo a possibilidade de alienar empresas ou participações em empresas públicas.

Portanto, há aqui, de facto (o debate é importante), algumas correções a fazer, designadamente esta.

O PCP, este ano, em sede de orçamento, irá propor, de novo, a eliminação deste artigo, para que também a alienação das participações da região possa ser discutida aqui, neste Parlamento, e veremos, na altura, quem são os partidos que acompanham o PCP, os partidos, designadamente da oposição, que acompanham o PCP nessa sua proposta.

Eu, nesta primeira intervenção, não queria, entretanto, deixar de referir aqui uma questão, porque, quer nós queiramos, quer não, esta é uma semana em que forçosamente eu não posso deixar de me lembrar da proposta de Orçamento de Estado que, ontem, foi apresentada. Ontem, foi apresentada uma proposta de Orçamento de Estado, aliás, a calendarização de algumas iniciativas para esta semana, não sei até se não terão a ver com o facto de desviar aqui um pouco da atenção desta Assembleia relativamente àquilo que é a...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha o apêndice!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Cada um tem o seu!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cada um tem o seu! É verdade! Estamos de acordo!

O Orador: ... proposta do Orçamento de Estado para 2014, que retira mais de 80 milhões de euros à região e que vejam, Sras. e Srs. Deputados, vejam, açorianas e açorianos, que traz um corte de 82%, onde? Onde? Na saúde, na educação, nos vencimentos dos trabalhadores da administração pública e nos reformados – 82%.

Foi preciso Paulo Portas ascender a Vice-primeiro ministro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acender!

Deputada Zuraida Soares (BE): Acender?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acender o quê? Acendeu alguma vela?

O Orador: ... para que os níveis de austeridade atingissem estes valores.

Portanto, eu não podia deixar de referir esta questão, entendendo a preocupação do PSD relativamente às questões que está aqui a colocar, mas eu não me posso esquecer que isto está a acontecer no país e que isto vai afetar a Região Autónoma dos Açores.

Para já, fico-me por aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acabou de falar o apêndice do Partido Socialista!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É o apêndice, mas não tem apendicite!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

(Risos do orador)

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, esse diagnóstico, naturalmente, Sr. Vice-presidente, é da sua inteira responsabilidade, a questão da apendicite do Sr. Deputado Aníbal Pires, mas eu acho que está um bocadinho inflamado, de facto. Se não tem apendicite, anda por lá por perto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os senhores não querem, mas tem de ser!

O Orador: Ouvi com atenção as intervenções que me precederam e eu só gostaria de colocar umas questões ao Sr. Vice-presidente, já que se trata de uma interpelação, nomeadamente pedir-lhe que me tentasse justificar, relativamente ao setor empresarial regional, ao SPER, a dívida, por exemplo, da Azorina, que apresenta resultados negativos de 531 mil euros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como é que foi o seu voto relativamente à Azorina? Como é que votou?

O Orador: A dívida das Ilhas de Valor que é de 869 mil euros. A dívida da Santa Catarina, Sr. Vice-presidente, que também teve resultado negativo, embora aqui me pareça que está por baixo daquilo que é, efetivamente, a realidade. E a dívida da Companhia, e perceber essa dívida de 203 mil euros e, efetivamente, em que é que se gastou esse dinheiro, se já foi abatido em 2012, porque parece que houve aqui umas movimentações de bens e de capital, e também da Sinaga, com quase 2 milhões de dívida.

Portanto, há aqui, só nestas cinco empresas, milhões de dívida que eu gostaria que o Sr. Vice-presidente nos desse alguma explicação.

É uma primeira pergunta que lhe faço.

E depois também, entrando no setor da saúde, é, mais uma vez, reafirmado e desta vez plasmado aqui, sem nenhuma dúvida, que os hospitais da região, os três hospitais da região, estão em falência técnica. É isto que aqui diz: estão falidos! E isso é o que se vê no dia a dia e que, infelizmente, não se viu nenhuma resolução para o problema, quando se apresenta um problema que era a reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que não tem uma letra dedicada ao pagamento da dívida da saúde por parte da Secretaria da Saúde e por parte de quem fez o documento.

E, Sr. Vice-presidente, eu também gostaria que me precisasse uma coisa. Desde quando é que vem a dívida do Serviço Nacional...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... de Saúde ao Serviço Regional de Saúde?

Eu gostaria que o Sr. Vice-presidente me pudesse esclarecer essa matéria. Desde quando é que vem essa dívida, que, efetivamente, eu acho que deve ser paga (acho que deve ser paga!), mas também acho que essa devia ter sido sempre uma nossa exigência e parece-me que ela não foi sempre uma nossa exigência e é uma exigência recente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pois não!

O Orador: E, de facto, há efetivamente queixas dos utentes, até dos subsistemas, até há diferença de tratamento entre quem tem ADSE nacional e quem tem ADSE regional, e que são penalizados por isso, e que nós também devíamos tratar (nós, açorianos, também humanistas) toda a gente da mesma maneira, e como, por exemplo, relativamente às baixas médicas, como os senhores bem sabem, quem quer fazer uma baixa médica pela ADSE tem que se sujeitar a uma junta médica, melhor dito, tem que ir a Ponta Delgada, porque não é feita noutra sítio, da ADSE, e isso tem custos. Até para revalidar a baixa têm que ir a Ponta Delgada, alguns funcionários, e são altamente penalizados, e isso o Serviço Regional de Saúde, e eu sublinho, Serviço Regional de Saúde, que é da nossa inteira responsabilidade, que está regionalizado, não dá resposta a esses açorianos, e, complementarmente, também devia dar resposta àquilo que a República não dá. Por isso é que somos Região Autónoma e temos autonomia e por isso é que a saúde foi regionalizada.

E a saúde é gerida por cá e cá. E a dívida da saúde nota-se no dia a dia, nos hospitais, quando falta o essencial para tratar doentes. E aí é que está a questão, quando faltam medicamentos, quando as famílias têm que levar medicamentos de casa. Reafirmo-o, já aqui o denunciei uma vez, denuncio: há famílias que levam medicamentos de casa para os seus utentes serem tratados. Isso não pode acontecer. E não é um caso nem dois, são muitos.

Depois, o que eu acho que se está a fazer, Sr. Secretário Regional da Saúde, para pagar a dívida, a solução que o Sr. Secretário Regional da Saúde, juntamente com a Sudaçor, encontrou para pagamentos a fornecedores foi fazer coação (que é isso que se chama) para fazerem descontos para receberem mais depressa ou para receberem mais quantidade daquilo que lhe devem.

Efetivamente, a dívida da saúde está muito longe do prazo médio dos 55 dias que é anunciado como pagamento médio da Região Autónoma dos Açores.

E, já agora, Sr. Secretário Regional da Saúde, quando ainda se investe e se esbanja, sem nenhum critério, em sistemas informáticos, depois de ter sido o descalabro do SIS-ARD, pergunto-lhe se já pagou as multas que tinha que pagar? A indemnização da União Europeia como é que está, já que foi feito com fundos europeus? E por que é que se abandonou totalmente o projeto quando ainda o ano passado se defendia que aquilo tinha sido um bom investimento e um bom projeto, por deputados desta casa, e que tinha sido um grande avanço que se tinha dado na área da saúde, quando na Comissão de Inquérito está lá bem plasmado, os Sr. Deputados do Partido Socialista que participaram nessa Comissão, que aquilo tinha sido um grande salto de qualitativo na informação em saúde nos Açores? Por que é que se está a investir? Ainda este ano são mais de 500 mil euros que a Sudaçor investe em sistemas informáticos e ainda outro dia ele faliu completamente, como o Sr. Secretário sabe, e bem.

E, portanto,...

(Apartes inaudíveis do Deputado Berto Messias)

O Orador: ... Sr. Secretário, agradecia-lhe também que me esclarecesse essas dúvidas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor ainda não digeriu as conclusões da Comissão de Inquérito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu aguardava com alguma expectativa a discussão do setor público empresarial. Aguardava mesmo com alguma expectativa a posição do PSD e a nova atitude do PSD, neste Plenário, após os resultados eleitorais que conhecemos.

Mas eu começo por dar e lamentar o facto de, na postura do PSD, nomeadamente na postura do seu líder, a única coisa que eu ouvi fazer aqui foi um conjunto de acusações, à boca pequena, ao Partido Socialista, nomeadamente acusando o Sr. Vice-presidente de plantar notícias no Jornal Oficial do PS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é?

O Orador: Eu gostaria que o Sr. Deputado Duarte Freitas, que tanto defende o rigor e que tanto defende uma nova forma de fazer política, algo que nós sempre fizemos, e que siga o exemplo de alguns membros do seu partido, diga aqui qual é o jornal oficial em que o Partido Socialista planta notícias, porque esta...

(Aparte inaudível do Deputado Duarte Freitas)

O Orador: Não, não é disso que o Sr. Deputado estava a falar,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Percebeu mal!

O Orador: ... porque não se planta notícias, põe-se notícias no Jornal Oficial do Governo.

Portanto, o Sr. Deputado tem o Jornal Oficial, tem, obviamente, um jornal oficial,...

(Risos de alguns Deputados da câmara)

... mas não é desse Jornal Oficial que o Sr. Deputado Duarte Freitas estava a falar.

Eu bem sei como é que funciona a sua bancada. Eu sei que o Sr. Deputado, como de costume e como já fez aqui quando faz acusações à boca pequena, e como fez em tempos sobre contas de telemóvel, não irá dizer nada. Mas que fique aqui registado, nesta sala, que o Sr. Deputado acusou o Partido Socialista de plantar notícias num jornal oficial. Ficamos sem saber que jornal oficial é esse.

Vamos à discussão que interessa e para isso é que aqui estamos.

A Comissão de Economia fez uma análise do setor empresarial da região. Nós fizemos uma análise de 58 empresas, e com mais detalhe, os dados que eram disponibilizados, nós analisamos 37 empresas. Essas 37 empresas foram analisadas tendo como base os seus relatórios e as suas contas, tendo como base o relatório da Inspeção Geral de Finanças e tendo como base o relatório do Tribunal de Contas.

É curioso salientar que, apesar de muitas notícias que foram saindo, de muitas acusações que foram feitas, apesar das dificuldades em que vivemos, apesar das dificuldades que o próprio setor empresarial regional tem (e é preciso admiti-lo, e tem), primeiro porque atravessamos uma conjuntura muito complicada, quer ao nível do consumo, das vendas dessas próprias empresas, quer ao nível do acesso que essas empresas têm em termos de custos financeiros, o acesso ao mercado de crédito, quer pelo facto de o Governo ter assumido como necessidade estratégica do setor empresarial regional salvar um conjunto de empresas que estavam falidas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E estão!

O Orador: E quando se tenta salvar empresas que estão falidas, obviamente, nós importamos o prejuízo que essas empresas trazem exatamente para a região. Mas é de ressaltar que quando o Governo fez uma intervenção a empresas como seja a Sinaga, como seja a Fábrica de Santa Catarina, o facto é que o Governo dos Açores salvou centenas e centenas de postos de trabalho.

Portanto, a ação do setor público empresarial deve ser contextualizada exatamente tendo em conta os objetivos estratégicos do Governo.

Apesar destas dificuldades, nós tivemos uma melhoria dos resultados das empresas, da generalidade das empresas públicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não foram todas!

O Orador: ... que apesar de negativos, conseguimos diminuir o prejuízo que essas empresas tiveram.

O seu resultado operacional, em 2011, melhorou em cerca de 44% e também acredito que em 2012 aconteça o mesmo.

Houve também um aumento, apesar da dificuldade, dos custos do seu volume de negócios. Este volume de negócios aumentou em cerca de 7,95%. Apesar de termos aumentado pouco o custo com pessoal, muitos dos casos tendo a ver com a necessidade que nós tivemos de apostar em contratação de mais pessoas para que algumas empresas que necessitam de muita mão de obra pudessem dar resposta à procura no mercado, nós conseguimos uma redução em cerca de 10%. Se é certo e se é honesto da nossa parte dizer que parte disso, parte dessa redução de custos advém de algumas medidas que obrigaram a cortar no salário dos trabalhadores, também é verdade que nessa redução de custos houve um trabalho da parte destas mesmas empresas de conseguir aumentar a produtividade e com isso conseguir reduzir os custos com o pessoal.

Também é verdade que, e a Comissão de Economia teve este cuidado de analisar a dívida destas mesmas empresas, a dívida do SPER é uma dívida que criará preocupações, obviamente, ao Partido Socialista e ao Governo, mas é uma dívida que, na nossa opinião, é gerível e quando nós analisamos as empresas públicas obviamente essa dívida deve ser contextualizada exatamente tendo em conta essas mesmas empresas, porque uma dívida na SATA está obviamente avalizada exatamente pelos seus ativos.

Portanto, deve ser feita uma contextualização na análise dessa dívida. Há vários critérios na análise desta mesma dívida, se deduzimos interesses minoritários fazendo a correspondência dessa dívida entre todas as empresas, o que faz abater significativamente os valores que são registados, mas mesmo assim há dois valores, há um valor da Inspeção Geral de Finanças, que coincide com o valor calculado pela Comissão de Economia quando fez a aferição de todos os

relatórios e contas, e há a dívida aferida exatamente pelo Tribunal de Contas. Se forem ver o relatório do setor empresarial regional, estão lá estes dois valores e, nestes dois valores, aquilo que nós verificamos é que a dívida financeira do SPER diminuiu, no caso da análise feita pelo Tribunal de Contas, em cerca de 1%, o valor de 35 milhões de euros, e no caso da IGF, eu não tenho os números de cor, penso que na ordem dos 40 milhões de euros.

Mas deve ser ressaltado que em ambos os casos, de 2010 a 2011, o facto é que apesar das dificuldades que nós tivemos, e foram algumas, nós conseguimos reduzir a dívida financeira em cerca de 1% num caso e um pouco mais na análise feita pelo Tribunal de Contas.

Indo à saúde.

Houve aqui algumas divergências. Eu percebo a análise e a tentação que os Srs. Deputados possam ter de querer ir um bocadinho mais além na análise do setor da saúde, mas apesar de tudo aquilo que foi dito, 40% da dívida está em todo o setor da saúde. Mas também é verdade que o valor do endividamento na saúde diminuiu, de 2010 para 2011, no valor de 37 milhões de euros.

São dados do Tribunal de Contas e são dados do relatório da Comissão de Economia.

Mesmo naquilo que é a dívida avalizada, os avales que são dados pelo Governo, o teto máximo que foi autorizado por toda esta Assembleia para concessão de avales ao setor empresarial não foi utilizado na sua plenitude, ou seja, com a boa gestão que nós conseguimos ter, apesar das dificuldades, e é preciso ser sério nesta análise - há dificuldades -, nós conseguimos, apesar dessas dificuldades, melhorar, relativamente ao ano anterior, a gestão do setor público empresarial.

Repito: o Partido Socialista e o Governo que é suportado pelo Partido Socialista assumem o setor empresarial como algo estratégico, com o objetivo de desenvolver áreas que necessitam de uma discriminação positiva, com o objetivo de assegurar níveis de emprego satisfatórios e que sustentem a economia em algumas ilhas, como é o caso da ilha de S. Jorge, onde a fábrica

de Santa Catarina é fundamental para manter parte do bem estar social desta ilha, o setor empresarial...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem é que se investir na fábrica!

O Orador: ... deve ser assumido neste sentido como um instrumento estratégico de apoio à economia. Nós sabemos que o setor empresarial regional atravessa, obviamente, dificuldades de conjuntura, mas podem estar certos de que o desejo e o trabalho do Partido Socialista e deste Governo vão continuar a ser de conseguir melhorar a eficiência do serviço do setor público empresarial e, sobretudo, melhorar o serviço que isto presta à população.

O serviço à população em primeiro lugar e logo depois todo um conjunto de medidas de austeridade e de uma estratégia economicista que nós negamos à partida. Acima de tudo, serviço público, é para isso que o setor público empresarial serve.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso era ali para aquele lado, então!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Queria falar sobre a dívida da saúde aqui, na Região Autónoma dos Açores, e tenho que dizer, em primeiro lugar, que é uma dívida real, com a qual nós estamos preocupados.

O Governo Regional tem feito um esforço enorme, nos últimos anos, para melhorar, para poupar, para dar orientações aos seus serviços e às suas instituições para pouparem naquilo que é indispensável, que havia muito e ainda há, e nós temos que fazer um esforço permanente e sequencial, e todos os dias temos que pensar que a dívida é um problema, porque nós, o Governo Regional dos Açores, com o apoio do Partido Socialista, tem como prioridade a prestação de cuidados de saúde a todos por igual. E a todos por igual tem custos.

Aqui e em todo o lado a saúde é uma área difícil, é uma área na qual todos têm que perceber que temos que fazer um esforço para prestar esse cuidado com qualidade, que já a temos, e temos que a manter, temos que progredir nas nossas tecnologias, nos nossos recursos humanos para manter esta qualidade para todos, sobretudo para aqueles mais carenciados, que,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... noutros sítios onde não há essa preocupação, são tratados com muita dificuldade e vivem, assim, com muito sofrimento.

Queria também chamar a atenção pelo esforço de coordenação que o Governo Regional tem feito nos últimos anos e na orientação do Partido Socialista na uniformização dos critérios em todas as instituições.

A saúde tem custos, nós temos que perceber porquê e estes custos são porque há dez, há vinte anos os recursos humanos eram mais limitados.

Nós, felizmente, temos um leque de profissionais de saúde com qualidade, que estão já cá mas que ainda necessitamos de mais, mas aumentaram exponencialmente os recursos humanos na área da saúde; aumentaram exponencialmente os meios auxiliares complementares de diagnóstico. A razão disto é que há um diagnóstico mais precoce, há uma acessibilidade maior aos serviços, há um maior número de pessoas a solicitar a prestação de serviço na área da saúde. E isto tem custos, isto tem aumentos e nós temos que perceber que não podemos travar o acesso às pessoas, sobretudo aquelas que não têm capacidade económica para irem aos consultórios privados fazer desde o simples diagnóstico a um muito complicado.

Nós temos que ter as instituições de saúde fortes, com qualidade e com segurança para tratarem essas pessoas e isto tem custos e estes custos refletem-se na dívida e esta dívida tem sido refletida e ponderada por todos nós aqui na nossa Assembleia, mas também sobretudo pelo Governo Regional. E esse esforço tem sido feito e não é por acaso que nos últimos dois anos nós conseguimos poupar 37 milhões.

E temos que fazer um esforço ainda maior, mas poupar naquilo que é indispensável. Nos utentes, na prestação de serviço aos utentes não podemos

poupar, porque temos que manter a qualidade, temos que manter a segurança para a prestação de serviço, manter e ter essa qualidade reconhecida pelos outros sítios.

Não é por acaso que o hospital de Ponta Delgada é o hospital de referência para o Atlântico Norte, para os Estados Unidos. Não é em Cabo Verde, não é na Madeira, não é noutra sítio, é aqui nos Açores. É porque há qualidade. Nós temos feito esse esforço para manter essa qualidade e temos feito um esforço para manter os desperdícios, porque eles existem e nós sabemos alguns onde estão e o Governo Regional tem feito esse esforço titânico.

Queria também referenciar que esse esforço também tem sido feito pelo Governo Regional para o pagamento aos fornecedores. Tem sido difícil, porque não há dinheiro. Nós sabemos que o dinheiro escasseia. O dinheiro público é um bem escasso e na área da saúde nós precisávamos ainda de mais, por isso é que ele se reflete nessa dívida.

Mas queria chamar a atenção a todos, e sobretudo a todos os açorianos que nos estão a ouvir com atenção, de que o Serviço Nacional de Saúde deve-nos 63 milhões de euros e nós não prescindimos deles. Vamos lutar até ao fim, mas tem havido travamentos e silêncios por parte da República em relação ao Serviço Regional de Saúde nessa área. E esse dinheiro servia para muito mais, para abater a dívida, para melhorar a prestação de cuidados, e aí nós temos que lutar até ao fim. E precisamos desse dinheiro para melhorar, porque em muitas áreas aqui, nos Açores, já conseguimos demonstrar na comunidade científica, e sobretudo no Governo da República, que fazemos bem, que fazemos com qualidade e fazemos com segurança.

A República tem que perceber que a Região Autónoma dos Açores gere bem o seu dinheiro, tem despesas, tem prioridades e uma das prioridades é servir os açorianos todos por igual e sobretudo aqueles mais carenciados.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para fazer uma abordagem em relação às questões que foram aqui colocadas.

Em relação ao Sr. Deputado (pois, agora deu-me uma...) ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Uma branca!

O Orador: ... Aníbal Pires, a...

(*Pausa*)

Sr. Deputado Aníbal Pires, a questão que se coloca em relação à matéria,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Até já se esquece do seu nome! Alguma coisa está a correr mal!

O Orador: ... a questão que o Sr. Deputado coloca sobre a desorçamentação, sobre a eventual existência de desorçamentação por via da criação de empresas públicas, tenho que dizer, Sr. Deputado, que essa questão não se coloca. Não se coloca porque nos Açores, na Madeira, no país, em toda a Europa existe um sistema contabilístico europeu, que é o SEC, neste caso a versão que está em vigor, SEC 95, que tem regras claras e objetivas em todo o espaço europeu sobre a forma como é consolidada e contabilizada qualquer empresa em que a Administração Regional ou o Estado participem nas contas públicas.

Portanto, essa matéria é clara e objetiva, as regras são iguais em toda a Europa e através do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística essa matéria é monitorizada diariamente.

Portanto, ao contrário do que se possa afirmar, uma empresa ser, uma atividade ser exercida diretamente pela Administração Regional ou ser exercida por uma empresa de capitais públicos não altera em nada o conceito de classificação. Isto é, neste momento as contas públicas de um país ou de uma região são feitas

na ótica da contabilidade nacional e no perímetro de toda a Administração Pública de acordo com os critérios do Sistema Contabilístico Europeu.

Portanto, ser empresa do setor público ou não, ou ser uma atividade exercida diretamente para a administração, estão todas sujeitas às mesmas regras. Portanto, não há qualquer questão de desorçamentação, porque a contabilização é feita de forma consolidada tendo em conta essa realidade.

Segundo aspeto essencial que eu gostaria aqui de reafirmar é que para nós o setor público empresarial é essencialmente um instrumento de serviço público para assegurar aos açorianos a prestação de um serviço público com qualidade, que promova o desenvolvimento da própria região, que promova o apoio às famílias, que promova um fornecimento de serviços às nossas empresas com preços que sejam promotores de desenvolvimento e de competitividade da nossa estrutura empresarial e que seja também um instrumento para apoiar, do ponto de vista social e do ponto de vista de serviço público, as nossas famílias.

Para nós o setor público empresarial não é uma operação contabilística, para nós o setor público empresarial é essencialmente um instrumento para apoiar as famílias e as empresas açorianas. E os critérios da sua avaliação devem ser essencialmente critérios de prestação e salvaguarda de serviço público e não critérios meramente contabilísticos que assentam mais numa abordagem neoliberal do próprio conceito de Estado.

Respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima em relação à questão da dívida do Estado aos subsistemas, o Sr. Deputado tem razão. Não é um problema que surgiu com o atual Governo da República, é uma questão que já vem de trás, que se mantém e que se agrava, direi mesmo, diariamente, e que nos coloca perante uma questão que eu penso que devemos, com responsabilidade e sem qualquer derivação de abordagem partidária, analisar.

Nós temos aqui um problema. Existem trabalhadores da Administração Central, do Estado, que descontam todos os meses para a prestação de um serviço de saúde, esse dinheiro é arrecadado pelos subsistemas ou pelos serviços sociais desses subsistemas e depois não é transferido por via do pagamento das prestações de serviço que são feitas pelas unidades de saúde da região.

Esse problema não é um problema apenas com as unidades de saúde da região, é um problema desses subsistemas com as próprias unidades de saúde do país, mas é um problema muito sério e objetivo, porque por um lado também esses subsistemas nacionais sabem que a região não deixará, obviamente, de prestar os cuidados de saúde a essas pessoas, mas introduz-se uma questão de desconformidade agravada que é, efetivamente, esses trabalhadores do Estado descontam todos os meses para uma entidade que fica com esses recursos e que não paga com esses recursos aqueles que são os serviços prestados pelas unidades de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Isto é um problema que o Estado tem que resolver rapidamente. É um problema que não surgiu com este Governo da República, já vinha de trás, mas que com o passar dos anos criou uma dimensão substancialmente superior e já vai, como foi referido, nos 63 milhões de euros. E penso que é um problema que todos em conjunto temos que olhar para ele, de forma muito objetiva, e tem que ser resolvido por parte do Estado, porque não se trata, ao contrário do que possa parecer, de uma mera subsidiação. Isto não é uma subsidiação, isto é um sistema onde os trabalhadores descontam e alguém – Estado – fica com esses descontos e não procede ao pagamento para o qual esses descontos foram feitos. Se fosse um contribuinte a fazer essa retenção, seria considerado, como sabem, ao abrigo da lei fiscal, um crime.

Portanto, eu penso que há aqui uma matéria que deve ser analisada, com toda a responsabilidade, porque o problema não surgiu agora, e não era muito mais fácil dizer que a culpa é deste Governo da República, é um problema que já vinha de trás, mas é um problema que se agrava de ano para ano, e que nos últimos dois anos subiu substancialmente, obviamente, por não se ter liquidado nada essa mesma situação, que afeta não só os aposentados, como os funcionários todos do Estado, quer seja de empresas como a ANA, quer seja os funcionários do Ministério da Administração Interna, Forças de Segurança, Forças Armadas, Ministério da Justiça e todos os outros funcionários do Estado,

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): PSP!

O Orador: ... PSP e todos os funcionários do Estado na região.

E temos que ter um equilíbrio suficiente para também não penalizar essas pessoas, porque esses funcionários não têm absolutamente culpa nenhuma disto, porque dos seus ordenados é mensalmente descontado o montante correspondente a uma prestação de serviço para o qual eles descontam e que têm direito, mas depois não chega a quem efetivamente presta essa prestação de serviço.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-presidente.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 10 minutos.

(Pausa)

Presidente: Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de informar os tempos restantes para este debate.

Secretário: O Governo Regional, 16 minutos e 5 segundos; o Partido Socialista, 17 minutos e 30 segundos; o PSD, 13 minutos e 15 segundos; o CDS-PP, 7 minutos; o Bloco de Esquerda, 10 minutos; o PCP, 4 minutos e 30 segundos; o PPM, 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, caros Membros do Governo:

O título daquela que era a interpelação, hoje, aqui, levantada sugeria que talvez estivéssemos a discutir mais a componente financeira do que propriamente a componente técnica e decisões políticas deste Governo em relação às decisões técnicas do Serviço Regional de Saúde.

No entanto, segundo aquilo que foi uma interpelação efetuada pelo Sr. Deputado Luís Maurício, o assunto acabou por derivar para aí e não queria deixar passar este momento de lhe poder responder diretamente, de uma forma muito clara, aquilo que foram as dúvidas suscitadas.

No entanto, acho que é importante também para a discussão global poder fazer aqui algumas considerações relativamente à discussão que, hoje, aqui, é apresentada, que tem a ver com a questão da saúde financeira das empresas públicas. E posso-lhe dizer que, em relação à saúde, e como foi bem identificado, perguntou se existe dívida. Existe. Claro que existe dívida. Todos nós sabemos que ela existe. Eu tenho uma dívida também para com o banco, a maior parte dos Srs. Deputados provavelmente também terá, e isso é sempre traduzido segundo aquilo que são as nossas capacidades financeiras ou a nossa perspetiva de retorno segundo aquilo que são investimentos que nós próprios fazemos. Muitas vezes, fazemos como família, fazemos na perspetiva da aquisição de um imóvel, na perspetiva da aquisição de algo que para nós é fundamental numa altura na qual ainda não temos capacidade financeira para o fazer de uma forma definitiva. E assim também foi feito pelo Governo Regional dos Açores e por todos os Governos de todos os países do mundo relativamente a alguns investimentos que consideravam importantes dentro daquilo que eram os diferentes setores de governação, e na saúde tal também se verificou.

Quero com isto dizer que os investimentos que foram feitos em anos anteriores por parte do Governo Regional na saúde traduziram-se de uma forma muito clara e direta em investimentos na saúde. Ou seja, não estamos aqui a pôr em causa, penso que nenhum de nós está aqui a pôr em causa que esse dinheiro tenha sido utilizado de outra forma, se não para a saúde dos próprios açorianos. Ou seja, foram criadas algumas dívidas, foram, com o objetivo muito claro de prestar cuidados de saúde aos açorianos.

É isso que nós temos que ter em consideração quando falamos destes valores e quando levantamos algumas questões relativamente ao amontoar da dívida, que, obviamente, para nós, já o admitimos, em certas alturas, condicionou alguns constrangimentos do ponto de vista funcional, mas que, neste momento, nos parece estar devidamente enquadrado, pelo que peço que considerem esse componente daquilo que foram os investimentos em anos anteriores na saúde.

Todos nós que aqui estamos, provavelmente todos nós beneficiámos desta dívida, de uma forma direta ou indireta, pelo que isso deve ser devidamente considerado nesta discussão.

Posso dizer-lhe, de uma forma muito clara, que o Governo Regional dos Açores despende cerca de 1200 euros por cada açoriano em questões de saúde, que está claramente acima daquilo que são os 850 euros praticados pelo Governo da República e que, apesar dos cortes de 63 milhões que foram anunciados no Orçamento da Região para o ano de 2014, o Governo Regional dos Açores, por princípio, irá tentar estabelecer os mesmos níveis de gastos na saúde que teve em 2013. Ou seja, enquanto no Governo Central se propõe, de uma forma muito clara, fazer cortes incisivos na área da saúde, não houve qualquer decisão por parte do Governo Regional dos Açores em fazê-lo e por isso vamos manter aquilo que é o nosso investimento público dentro desta área. Isto demonstra aquilo que é a nossa capacidade financeira dentro da gestão do nosso próprio sistema.

O Sr. Deputado Luís Maurício levantou aqui algumas questões relativamente à lista de espera cirúrgica dos hospitais e a não aplicação daquilo que tinha sido uma resolução do Plano de Investimentos.

Obviamente que isso seria uma discussão a termos mais tarde ou mais cedo nesta casa, mas aproveito que a questão foi levantada para a esclarecer cabalmente.

Em primeiro lugar, levantaram-se questões do ponto de vista de segurança.

O Sr. Deputado Luís Maurício, como revelou na questão que interpelou, que me dirigiu sobre a questão das hemoglobinas (e lá chegaremos), tem um conhecimento muito próximo e muito direto daquilo que se passa dentro do

Serviço Regional de Saúde, também deve saber, de uma forma muito clara, que o hospital de Ponta Delgada passa um constrangimento muito grande, do ponto de vista funcional, numa carreira médica muito específica que são os anesthesiologistas. E isso tem condicionado o próprio funcionamento do bloco e têm-se tomado decisões, por vezes, difíceis, dentro do hospital de Ponta Delgada, para a manutenção da atividade cirúrgica em detrimento de outras atividades que estavam a ser efetuadas dentro do hospital. E como sabe, ou como já deve saber (estes assuntos, infelizmente, circulam rapidamente), existem dois processos por suspeita de negligência da atividade de dois colegas anestesistas por aquilo que é o cansaço (e o processo de inquérito preliminar assim o demonstrou), e a exigência do esforço que está a ser pedido para manter o funcionamento regular dos hospitais.

Por isso, não me parece lógico, e foi essa a nossa opção, estar a sobrecarregar esses anesthesiologistas em trabalho suplementar aos fins de semana, que é o seu período normal de descanso, na redução das listas de espera. Ou seja, nós gostaríamos de fazê-lo, mas fazê-lo com segurança para os utentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia!

O Orador: Eu não vou operar doentes, nem reduzir a lista de espera de utentes à custa daquilo que é um componente fundamental, que é a segurança dos próprios utentes.

Os pilotos comerciais têm os seus tempos de descanso regulamentados. Os pilotos comerciais não podem voar a partir de certas horas. O mesmo se deve aplicar a quem trabalha de uma forma muito direta na saúde dos utentes, pelo que optamos por esta via.

Além disso, existe também, como sabe, um pressuposto diferente...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu não sei nada!

O Orador: (Sabe! Que existe um pressuposto diferente, sabe, porque esteve envolvido nisso).

... daquilo que era a nossa negociação inicial, o nosso enquadramento inicial financeiro para o Serviço Regional de Saúde do que temos agora, nomeadamente, por parte desta Assembleia, uma deliberação, por iniciativa do

próprio Governo, no aumento ou pagamento aos médicos para a manutenção da prestação de serviços em situações de urgência e emergência, nomeadamente nos serviço de urgência. E isso tem uma implicação muito direta naquilo que são as contas da saúde, não podemos negar. E nós como Secretaria Regional da Saúde o que temos que fazer é, por vezes, tomar algumas decisões difíceis, e esta terá sido mais uma das decisões difíceis que nós tivemos que tomar. Para garantir o funcionamento regular dos serviços de urgência, dos serviços de urgência básicos espalhados por todas as ilhas da região, tivemos que optar por não efetuar este investimento na redução de listas de espera cirúrgicas. Eu percebo a sua vontade, mas atirar dinheiro para os problemas, como nós já todos falamos, não resolve, não iria resolvê-los.

Bem, ressonância magnética em S. Miguel.

Um aspeto muito concreto e, com certeza, que terá toda a compreensão da sua parte, do ponto de vista técnico, aquilo que eu irei aqui dizer, é que a ressonância magnética é um exame altamente especializado e que deve estar reservado àquilo que são as situações patológicas em que há uma suspeita que os exames complementares mais acessíveis não conseguem, de uma forma muito clara, diagnosticar, pelo que a ressonância magnética, em Ponta Delgada, está prevista que possa ser feita a nível do hospital.

Só para terminar e para responder de uma forma muito direta à questão que levantou das análises *point-of-care*. Os 4.4 de hemoglobina, como sabe, também, é uma situação praticamente incompatível com a vida. Ou seja, o senhor não concorda com aquilo que é o diagnóstico das análises *point-of-care*, eu não concordo com aquilo que é o diagnóstico dos laboratórios comuns, do laboratório convencional, porque os 4.4 é uma situação praticamente incompatível com a vida e, além disso, os meios complementares de diagnóstico, e é esse o ponto fulcral desta discussão, são meios complementares de diagnóstico, não são meios para fazer diagnósticos. Ou seja, existe uma suspeita clínica por parte do médico e, como sabe perfeitamente, um doente que tenha 4.4 de hemoglobina provavelmente tem vários indícios clínicos de que

não está bem e o meio complementar de diagnóstico deve servir para confirmar essa suspeita e não deve ser, per si, o sistema de diagnóstico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprende, Luís! Anda!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A propósito desta interpelação ao Governo Regional sobre a situação do Setor Público Empresarial Regional, o Bloco de Esquerda tem algumas questões e interpelações a fazer ao Governo Regional, no seu todo, não tanto sobre a dívida, ou incidindo sobre a dívida, porque ela está a ser substancialmente escrutinada, mas mais no que diz respeito ao plano estratégico sectorial e de operacionalização deste mesmo plano estratégico, pelo que não me dirigirei a nenhum governante em particular, e o Governo fica à vontade para responder relativamente a cada um dos setores que vou abordar.

Começo exatamente pela área da saúde.

A nova proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde apresenta, na nossa opinião, uma incompreensível organização de topo. Temos a Saudaçor, temos a Direção Regional da Saúde e temos a Comissão Coordenadora do Serviço Regional de Saúde.

Concordando o Bloco de Esquerda com a manutenção da tripolaridade hospitalar existente e de uma direção de proximidade em cada hospital, é, no entanto, pouco perceptível esta multiplicidade de empresas, órgãos e organismos no topo da direção do Serviço Regional de Saúde.

Pergunta: não seria mais inteligente a fusão de tanto organismo num só, de forma a aumentar a eficácia organizacional, operacional de gestão de recursos humanos e de coordenação? Isto relativamente à área da saúde.

Quanto à área dos transportes.

Já lá vão 5 anos que o Governo Regional (4 anos o Governo anterior, 1 ano o Governo em funções) promete a apresentação de um plano integrado de transportes, promessa esta que está sempre a ser ultimada e que será

apresentada ou na próxima semana, ou no mês seguinte, ou até ao final da legislatura.

O atual Secretário Regional de Transportes e Turismo voltou no início desta legislatura a renovar esta promessa.

Pergunta, simples: ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ao Deputado José Contente!

A Orador: ... o plano existe, neste caso, Sr. Secretário Regional? Vai mesmo ser apresentado? Quando?

Ainda na área dos transportes.

Enquanto não chega o tal plano, temos assistido à apresentação de medidas avulsas, e nestas insere-se a promessa de que com as alterações de serviço público dos transportes aéreos e a sua consequente liberalização, o Governo Regional garantirá uma baixa significativa das passagens aéreas e o mesmo preço para todos os açorianos nas viagens com o exterior, independentemente da ilha onde residam.

Sendo certo que a alteração das condições de serviço público está a marinar no arquivo ou na gaveta, nas várias gavetas do Governo da República, nada impede, no nosso entendimento, que o Governo Regional implemente a tarifa única para todos os açorianos e açorianas nas ligações ao exterior.

Da nossa parte, não encontramos nenhum impedimento legal, a não ser que a propaganda que o Governo Regional faz sobre esta matéria não tenha, afinal, fundamento nem vontade política de ser implementada.

Ainda dentro dos transportes.

Pertencem ao Setor Público Empresarial Regional as empresas Atlânticoline e Transmaçor. A fusão destas empresas é o objetivo enunciado pelo Governo Regional. Um ano passado, nada foi feito, o que, em nosso entender, acarreta prejuízos de coordenação operacionais e também, e sobretudo, financeiros.

Pergunta: como se explica este atraso?

Ainda dentro desta hipótese, ou desta eventual, ou desta eminente fusão.

Tem sido esta ilha, a ilha do Faial, ao longo dos últimos anos, vítima da deslocalização ou fecho de empresas e serviços, situações que geram nos

faialenses um sentimento de perda, mas principalmente um real empobrecimento da ilha.

Alterar esta situação está nas mãos do Governo Regional, não só dando sinais concretos, mas implementando medidas concretas, e uma destas medidas concretas e práticas seria, no nosso entendimento, a instalação da sede administrativa e operacional desta nova empresa, resultado da fusão da Atlânticoline com a Transmaçor, na ilha do Faial.

Pergunta: é uma possibilidade? O Governo pondera essa possibilidade? Vê vantagens nela ou não?

Relativamente ao setor das conservas.

Tendo em mente a resposta dada pelo Governo da República, no caso, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a uma pergunta formulada pelo nosso deputado na Assembleia da República, Luís Fazenda, aliás, também endereçada ao Ministério da Agricultura, mas que ainda não respondeu, em finais de setembro, o Sr. Ministro deu uma resposta à pergunta que versava sobre o impacto do acordo de livre comércio entre a Europa e a Tailândia, impacto sobretudo evidente no setor das conservas de peixe em Portugal e, dentro de Portugal, na Região Autónoma dos Açores, e a resposta do Sr. Ministro levanta-nos fundadas preocupações. Desde logo, porque se me permitirem, vou ler duas pequenas partes da resposta, que dizem assim: “Informa-se que a contração da procura interna na União Europeia e o facto do crescimento registado assentar essencialmente na procura externa, as previsões indicam que, em 2015, mais de 90% do crescimento mundial deverá ser fora da União Europeia, implicando que a União reforce as formas de aceder a novos centros de crescimento”. E mais a baixo diz assim: “As negociações de acordos de comércio livre constituem o principal e mais eficaz instrumento para abrir e/ou garantir mercados para as nossas empresas”.

O resto da resposta é baseado num sentimento de grande preocupação que o Sr. Ministro tem, mas o facto é que várias partes deste documento claudicam face a setores muito mais ponderosos e, sobretudo, com mais poder e que mandam.

Face a esta situação, o Bloco de Esquerda considera que é verdadeiramente preocupante para o setor das conservas na nossa região quer o acordo, quer a forma como o Governo da República está a ponderar defender a Região Autónoma dos Açores quanto a este setor, e não nos esqueçamos que neste setor integra-se exatamente a fábrica de Santa Catarina.

Tendo em conta esta evidente preocupação, a pergunta é a seguinte: que medidas concretas tem tomado o Governo Regional para acautelar este setor na região?

Finalmente, a última pergunta tem a ver com a criação da empresa Espada Pesca, que sempre foi, pelo menos para o Bloco Esquerda, e pensamos que não estamos sozinhos, uma incógnita e uma nebulosa nos seus reais objetivos. Para além disso, consideramos que é um sugador de dinheiros públicos ao ponto do atual Governo Regional querer vender ao desbarato os barcos desta empresa.

Pergunta direta: qual é, neste momento, a situação da empresa Espada Pesca e que plano tem o Governo Regional para ela?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo inaudível entre o Deputado Francisco César e a Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Relativamente à resposta que o Sr. Vice-presidente me deu sobre algumas das questões que coloquei na minha primeira intervenção, dizer apenas ao Sr. Vice-presidente que aquilo que nos separa efetivamente é uma questão ideológica, mas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

O Orador: ... para além disso, deixava uma outra questão e um exemplo bem concreto com uma das empresas que foi criada há alguns anos, qual o valor que ela tem e se, de facto, isso não é um sinónimo de que há uma demissão do Governo relativamente à concretização de determinadas políticas e que importância é que ela tem ou teve para a Região Autónoma dos Açores e que tem a ver com as Ilhas de Valor.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Depois o Sr. Vice-presidente dirá alguma coisa sobre o assunto, se lhe aprouver. Relativamente à interpelação que o PSD promoveu e que, como eu referi, tem, de facto, interesse, no essencial, e não fosse agora também a intervenção da Deputada Zuraida Soares, tem-se centrado nas questões da saúde.

E sobre as questões da saúde, e sobre a dívida da saúde na região, há aqui alguns equívocos que era importante que fossem desfeitos, na minha opinião, na opinião da Representação Parlamentar do PCP. Aliás, como eu tive oportunidade, numa declaração política, em junho de 2013, portanto, em junho deste ano, de fazer, da tribuna da Assembleia, em que fiz uma análise, digamos, do verdadeiro problema da dívida da saúde, lembrar, e até para que se desfaçam aqui alguns equívocos, de que o problema não tem a ver com as despesas correntes. O problema da dívida da saúde tem, no essencial, a ver com os encargos da dívida. Aliás, e relativamente à despesa corrente, eu na altura fiz aí a demonstração, e não foi efetivamente negada, de que as despesas correntes dos três hospitais empresas, relativamente a 2011, obtiveram ganhos substantivos.

O Sr. Secretário está a franzir a testa. Eu posso-lhe ler, se quiser, o seguinte.

No Hospital da Horta, em 2011, custos com o pessoal: menos 10%. Matérias consumidas: menos 8%. Fornecimento e serviços externos: menos 7%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que conta!

O Orador: E outros custos operacionais: 26%.

Eu posso dar-lhe o exemplo dos outros, mas deixe-me só terminar o Hospital da Horta.

Ao contrário, os custos e perdas financeiras aumentaram 47% e isso tem a ver, efetivamente, com os encargos com a dívida.

Portanto, não tenhamos aqui nenhum equívoco, porque isto...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Como todos nós na nossa vida!

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, mas a questão é esta: como é que depois a Saudaçor faz empréstimos sobre empréstimos com juros com SPREAD cada vez mais elevados?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qualquer pessoa...

O Orador: E, portanto, há aqui...

Não! Oh, Sr. Vice-presidente, é preciso aqui clarificar uma coisa! É preciso clarificar aqui uma coisa, porque isto pode levar a alguns equívocos.

Não são as despesas de funcionamento do Sistema Regional de Saúde que são o problema, o problema é o modelo de gestão do Serviço Regional de Saúde e a dívida e os encargos com o serviço da dívida. E isso é que é preciso tirar aqui a limpo, porque é, de facto, uma questão preocupante e que nos deve preocupar a todos, certamente, não sendo essa uma questão que seja determinante. Agora, Sr. Secretário, alguma coisa é necessário fazer relativamente a este aspeto, porque poupanças e diminuição de custos tem havido, o grande problema foi essa coisa que foi montada para gerir o Serviço Regional de Saúde, que se chama Saudaçor,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube! Junte-se a nós!

O Orador: ... e a transformação dos hospitais em hospitais empresa. E os encargos com a dívida é que são o problema da dívida da saúde, não é o do funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

E isto é para o Governo, mas é para todos nós termos consciência de que o Serviço Regional de Saúde não tem problema relativamente às despesas de funcionamento, ou não constitui problema orçamental relativamente ao seu funcionamento.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Eu termino já, Sra. Presidente.

A verdade é que o problema tem a ver com os encargos com a dívida e é isso que é preciso resolver.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou aqui fazer alguns comentários sobre intervenções anteriores e também para explicitar aquela que é a posição do PPM em relação a esta matéria do estado em que se encontra o Setor Público Empresarial Regional.

Devo dizer que discordo, em primeiro lugar, do Sr. Deputado Ricardo Cabral, que reiterou, por duas vezes, que gostaria de manter o desperdício...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Foi uma gralha! Foi uma gralha!

O Orador: ... na Administração Regional. E, portanto, eu considero, Sr. Deputado, que é um lapso, é, com certeza, um lapso de linguagem...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Eu peço desculpa!

O Orador: ... em relação àquilo que queria dizer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Mas V. Ex.^a percebeu!

O Orador: A verdade é que o PPM defende precisamente o contrário, que é necessário diminuir o desperdício na Administração Regional e também no Setor Público Empresarial Regional.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Foi um lapso!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado diz que foi um lapso. Com certeza! Aceita-se que o Sr. Deputado se tenha enganado.

Eu só o referenciei aqui, porque referenciou várias vezes a questão da manutenção do desperdício. Eu considero que o desperdício é, de facto, um dos problemas que nós temos tido no âmbito do Setor Público Empresarial Regional, e o que é necessário é diminuí-lo e não mantê-lo.

Depois, considero...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Percebeu o resto da mensagem!

O Orador: ... também que em relação ao que o Sr. Deputado Francisco César disse do sentido estratégico que existe por parte do Partido Socialista no Setor Público Empresarial Regional, que não deve ser privatizado, porque é estratégico para a região, no seu todo, portanto, não deve.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: Há no setor empresarial regional uma concessão estratégica.

(Aparte inaudível do Vice-presidente do Governo Regional)

O Orador: Eu devo dizer que partilho dessa opinião em relação ao sentido estratégico. E o que eu gostaria é que o Partido Socialista fosse mais afirmativo e mais descritivo do que considera estratégico. Por exemplo, uma pergunta. A EDA, é ou não estratégica? E se é estratégica, o Governo Regional o que veio dizer há poucos dias na comissão parlamentar que ouviu o Sr. Vice-presidente foi que tudo dependeria das circunstâncias. E nós perguntámos: mas quais são essas circunstâncias que podem alterar o posicionamento do Governo no âmbito de uma possível privatização da EDA? E o Sr. Vice-presidente do Governo o que disse foi: eu não sou adivinho, não adivinho o futuro.

Deputado Francisco César (PS): E não é!

O Orador: Em relação a esta matéria, nós o que temos aqui é um sentido estratégico um pouco, digamos, estranho. O sentido estratégico do Partido Socialista e do Governo, tudo depende do dinheiro do negócio. É o que eu percebo das palavras do Sr. Vice-presidente e do Partido Socialista.

Ou nós temos uma convicção forte que aquela empresa é estratégica para a região e, portanto, tem que ficar em mãos públicas, nas mãos dos açorianos, ou não temos essa perceção estratégica e tudo depende das circunstâncias, tudo depende do dinheiro do negócio ou tudo depende das dificuldades financeiras que o Governo venha a enfrentar no futuro.

E, portanto, nesse sentido, é bom que o Partido Socialista e o Governo Regional clarifiquem o que é que é estratégico e qual é...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não temos aí um ponto na agenda?

O Orador: ... a vossa, quais são as garantias que o Partido Socialista e o Governo Regional podem fornecer em relação a estas empresas, nomeadamente o caso da EDA, porque eu, que estive presente...

Deputado Francisco César (PS): Não é neste diploma, é no seguinte!

O Orador: ... na comissão parlamentar que acabei de referenciar, não fiquei convencido que para o Governo e para o Partido Socialista não seja possível a sua privatização a curto prazo, da EDA. As garantias que me foram dadas foram nenhuma.

Segundo ponto.

Eu considero também que existem atualmente sobreposições no âmbito do Setor Público Empresarial Regional, sobreposições entre empresas e sobreposições com a Administração Regional.

A Sra. Deputada Zuraida Soares e o Sr. Deputado Aníbal Pires referenciaram algumas dessas sobreposições e outros deputados também o fizeram.

Eu quero referenciar a área do ambiente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um caos!

O Orador: Na área do ambiente há clarissimamente uma sobreposição entre empresas regionais e a Administração Regional, e a Direção Regional do Ambiente, por exemplo, não faz aquilo que deveria fazer, porque outras empresas estão também a fazer esse serviço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um caos!

O Orador: Há uma confusão absolutamente total em relação ao setor do ambiente, que se transformou num setor que não é gerido com racionalidade e com eficácia.

E, portanto, o que nós temos é que repensar como é que, mantendo evidentemente a atuação do Governo nas áreas ambientais, se pode racionalizar a presença do Governo, da administração direta e do Setor Público Empresarial Regional neste setor.

É possível! É possível racionalizar, é possível evitar o desperdício, é possível evitar a sobreposição de competências, que é isso que está a acontecer, nomeadamente no setor do ambiente.

No setor da saúde, como já aqui foi referenciado, o PPM também não quer deixar de dizer que nós temos, efetivamente, um problema com a dívida do setor da saúde, uma dívida que pertence, que é uma herança que é património do Partido Socialista, que governa esta região há 17 anos.

Se existe um problema da dívida no setor da saúde, esse problema é um problema que pertence exclusivamente ao Partido Socialista, que a criou. Deve-se dizer que o esforço que se está a fazer no sentido de agora, sim, se dar uma resposta efetiva às necessidades de financiamento do setor da saúde, é uma resposta que o PPM, politicamente, acompanha.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Antes tarde do que nunca!

O Orador: Acompanha essa preocupação e acompanha esse sentido estratégico. Mas devo dizer, não posso deixar de referenciar, que existe um passado, e esse passado de endividamento e de suborçamentação do setor, o Partido Socialista tem que assumi-lo.

Termino...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não termine, Sr. Deputado. Nós estamos a gostar!

O Orador: ... com um desafio, um desafio ao Governo Regional e ao Partido Socialista.

Eu considero que nós, no âmbito do Setor Público Empresarial Regional, temos que caminhar para a profissionalização dos gestores e para que as pessoas que estão a ocupar estes cargos de gestão tenham currículos adequados, tenham os conhecimentos adequados, tenham o profissionalismo adequado. E, nesse sentido, o que eu defendo é o fim das nomeações políticas para o Setor Público Empresarial Regional; que os responsáveis, aqueles que têm a responsabilidade de gerir o setor sejam escolhidos na sociedade civil independentemente...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: ... da sua filiação partidária, mas que o único critério seja um critério concursal, um critério em que as habilitações contem, em que o percurso profissional conte, em que o currículo conte.

E, portanto, o que nós temos que terminar é com o fim das nomeações políticas de ex-políticos ou de gente próxima do partido A ou C para os cargos de gestão do Setor Público Empresarial Regional.

Desafio o Governo a criar legislação no sentido – e o PPM cá estará também para fazer essas propostas – de uma profissionalização deste setor, também de escolhermos os melhores da sociedade civil, que aqui estão disponíveis, e que o Setor Público Empresarial Regional não seja uma cotada dos interesses partidários.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, para interpellá-lo diretamente sobre uma afirmação, que me parece de extrema gravidade, que o senhor aqui proferiu, hoje.

Em primeiro lugar, dizer e perguntar como é que justifica que no continente se gaste cerca de 800 euros por doente, no Serviço Nacional de Saúde, e nos Açores se gaste 50% mais, cerca de 1200 euros? Onde é que está a justificação, como é que decompõe esses números?

Não é só a realidade arquipelágica que justifica isso, como facilmente se percebe pelo relatório de contas do Tribunal de Contas, que foi feito, e pela análise que foi feita ao setor empresarial da região. Portanto, justifica-se, sim, pelo tal desperdício que há na Região Autónoma dos Açores e que já não há no continente, e era fácil perceber qual é, na dispersão geográfica, a parte que cabe nestes 50%.

Agora, Sr. Secretário Regional da Saúde, o senhor disse aí, acabou de dizer há bocado que não se operava mais para não pôr em causa a segurança dos doentes.

Ora, eu julgo que a afirmação que o senhor fez é a afirmação que diz: “Eu vou encerrar o Serviço Regional de Saúde”, porque, explique-me, nas especialidades onde em vários hospitais existe um só especialista, como é que não está em causa a segurança do doente no seu conceito. Explique-me, nas especialidades onde há apenas dois especialistas, que fazem turnos e prevenção em cima de prevenção, explique se isso põe em causa ou não a segurança dos doentes. Porque se o senhor vai comparar isso aos tempos de descanso dos pilotos da aviação comercial, o senhor tem um sério problema no Serviço Regional de Saúde, o senhor está a pôr em causa o Serviço Regional de Saúde.

O senhor tenta justificar a vossa incompetência e ineficácia e ineficiência no combate às listas de espera com uma desculpa que não pega, porque se for para levar a sério a sua afirmação, o senhor prepare-se para encerrar muitos serviços em muitos hospitais, ou então prepare-se para fazer aquilo que encapotadamente vem no seu documento, no seu *paper* para a saúde, que é centralismo, centralizar.

Das duas, uma: ou o senhor vai encerrar, isto é um perigo e o senhor tem que encerrar, tem que assumir as consequências da sua afirmação, ou o senhor tem que centralizar tudo numa ilha, porque só assim é que garante a segurança dos utentes.

E, portanto, o senhor vai ter que definir muito claramente, hoje, aqui, qual é a sua posição, porque a afirmação foi sua, e depois justificar a diferença dos 400 euros do continente para aqui, onde é que se explica, e decompor verdadeiramente este número. Por que é que cada açoriano gasta mais 400 euros, mas sobretudo explicar por que é que cada açoriano espera seis vezes mais por uma cirurgia do que no continente, que é outra coisa que o senhor vai ter que explicar. Gasta quase o dobro e eles esperam seis vezes mais por uma cirurgia.

Sr. Secretário Regional, o que não funciona, o que é mal gerido, em desperdício e em poupanças que não se chegam a fazer, porque são, em alguns casos, patéticas, é o Serviço Regional de Saúde. E é isso que não há função e o documento que o senhor fez não tem solução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu reconheço ao Sr. Vice-presidente a capacidade e a tentação de aqui, neste debate, desviar o seu verdadeiro objetivo e de desviar para a República aquilo que são competências da região.

Aquilo de que eu estava a falar no setor empresarial regional, no setor da saúde, é única e exclusivamente competência da região, e até nisso, relativamente aos cortes da República que V. Ex.^a enunciou, foram alguns que lhes possibilitaram, como facilmente pode constatar-se no relatório de contas, na análise à conta da região do Tribunal de Contas e no próprio relatório da IGF, aqueles que vos possibilitaram, dizia, alguma diminuição dos custos operacionais na região, nomeadamente diminuição com custos com pessoal.

Portanto, não desviemos o debate, centralizemos, porque as competências na área da saúde são vossas não são do Governo da República.

Em segundo lugar, registo a evolução do seu pensamento, traduzida no discurso que fez, no que às dívidas do Serviço Nacional de Saúde, ou às dívidas do Serviço Nacional de Saúde ao Serviço Regional de Saúde diz respeito. V. Ex.^a finalmente reconheceu que esta não era uma dívida de agora, que era uma dívida que já vinha de trás. Oh, Sr. Vice-presidente, mas a grande diferença é que, em 2010 e 2011, quando estava na República um Governo da vossa cor, eu não o ouvi, com a mesma veemência, defender essa matéria.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fui muito calmo!

O Orador: O senhor agora, que na República está um Governo que não é o Governo da sua cor,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Duas caras! Duas caras!

O Orador: ... o senhor intensifica o seu discurso com a República.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fui muito calminho!
Mais calmo do que isto!

O Orador: Mas vamos ao essencial. Concordo consigo, que esta matéria tem que ser uma matéria tratada com responsabilidade e com ponderação. E, portanto, cabe aos senhores, junto do Governo da República, exercerem a vossa influência para que do ponto de vista político esta matéria seja tratada e conjugada com os 59 milhões de euros que, diz a República, a região deve.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Oh, Sr. Deputado, naturalmente, e cruzando com a intervenção do Sr. Secretário, a dívida que a região assumiu na área da saúde foi para servir as pessoas. Isso não está em causa. Houve diferenciação tecnológica, ao longo do tempo, o envelhecimento da população, um aumento da prevalência das doenças crónicas. Isso não está em causa! O que está em causa é o subfinanciamento da saúde, ao longo dos anos, que os senhores, durante muito tempo, negaram e que agora estão...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a pagar por esse subfinanciamento de anos sem fim.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Estão a pagar os encargos financeiros decorrentes de empréstimos sucessivos pelo subfinanciamento da saúde, que os senhores, ao longo dos anos, não souberam tratar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E só para vos dar um dado, Sras. e Srs. Deputados, o serviço da dívida, neste momento, nos três hospitais da região, daria para pagar o consumo anual de todos os medicamentos hospitalares nos três hospitais. Reparem bem nisso. Aquilo que os senhores pagam de juros daria para pagar o consumo de medicamentos nos três hospitais da região. Esse é que é o problema. O problema não é o problema da dívida e que ela tenha sido contraída para benefício das pessoas. Nós não estamos contra isso, nós estamos é contra o

subfinanciamento crónico da saúde, que os senhores sempre negaram existir e que agora se veem na obrigação de, renegociando com a banca empréstimos de curto prazo para médio e longo prazo, pagar muitos mais juros e SPREAD muito mais elevados, que levam aos valores que todos nós conhecemos e que constam nas apreciações feitas pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção Geral de Finanças. Essa é que é a questão.

Oh, Sr. Secretário, e permita-me que lhe diga que o senhor, de entre outras, fez aqui afirmações muito graves.

Quando o senhor diz que no hospital de Ponta Delgada não se pode fazer nenhuma ressonância magnética requisitada a partir de um médico da privada, porque isto é um exame só para alguns que tenham capacidade de os pedir, o senhor está a duvidar da capacidade técnica dos profissionais para pedirem esses exames aos seus doentes. Mas o senhor, no fundo, o que está a dizer é que está a recusar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... a prestação de cuidados de saúde a um doente que recorre à privada porque no setor público não tem resposta. É isto que o senhor acabou de dizer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

E mais, Sr. Secretário. Não é só o problema das ressonâncias magnéticas. O senhor quando deixou de pagar aos especialistas para exercerem medicina privada no âmbito da imagiologia dentro do hospital,...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Aí é que começa o problema!

O Orador: ... fez com que...

Não é problema, eu não tenho problema nenhum em assumir a minha posição, Sr. Secretário. Não seja maledicente nas suas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... interpretações. É isso que lhe peço.

E, portanto, o que lhe quero dizer claramente é que não é só a questão das ressonâncias. As requisições provenientes dos centros de saúde estão, neste momento, na área da ecografia, há mais de um ano à espera! Portanto, não é uma questão de ressonância magnética, é uma questão de prestação de cuidados de saúde às populações, que fossem cerceadas em função de uma incapacidade vossa de pagar a quem deviam, que prestavam um serviço útil às populações e que se foi embora porque os senhores não pagam.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a questão.

Finalmente, Sr. Secretário, em relação à questão da recuperação das listas de espera.

Eu não posso aceitar que um governante desrespeite uma decisão tomada por unanimidade na Assembleia Regional e que se recuse aplicar uma verba inscrita no orçamento para recuperar listas de espera cirúrgicas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O senhor não pode fazer isso, sob pena de aceitar que esta casa é constituída por um conjunto de bonecos e não por um conjunto de pessoas que foram eleitas e representam o povo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Queria perguntar-lhe também, Sr. Secretário, como é que o senhor fazia anteriormente (o senhor e os seus antecessores) para recuperar listas de espera cirúrgicas? Era com os anestesistas que tinha na região!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pondo em causa a saúde dos doentes!

O Orador: Alguma vez colocou a questão do cansaço e da fadiga para o fazerem? Por que é que não o faz agora? Não o faz, porque não há dinheiro e por mau planeamento das administrações hospitalares que o senhor nomeia! Porque a administração do hospital de Ponta Delgada deixou, há muito pouco tempo, fugir dois anestesiólogos, sobre os quais a região investiu na sua

formação, e que saíram da região e que eram extraordinariamente úteis na formação anterior.

(Apartes inaudíveis do Vice-presidente do Governo Regional)

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, eu gostaria que o senhor dissesse de forma mais perceptível aquilo que acabou de dizer, porque as minhas convicções não se fazem perder nem por uma rocha que parte, nem por um mosquito que morda. E, portanto, eu não sirvo as minhas convicções por qualquer prato de lentilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu queria finalmente dizer-lhe, Sr. Secretário: está na hora de o senhor respeitar as decisões que nesta casa são tomadas, sobre pena de nós podermos concordar com o Sr. Deputado Ricardo Cabral, que, invocando o pagamento a credores, disse não haver dinheiro e eu começo a pensar que não há explicação para um paradoxo que todos os dias observo: o Sr. Vice-presidente a dizer que as contas da região estão equilibradas, que as contas da região são apreciadas de forma positiva por organizações nacionais e internacionais.

Eu confio, Sr. Vice-presidente, mas, por outro lado, vejo um deputado da sua bancada a dizer que essa questão de pagar aos credores é difícil porque não há dinheiro. Ele, na verdade, esta a exercer de forma correta o seu mandato de deputado, porque sabe, Sr. Vice-presidente, aquilo que nós ouvimos na rua, dos empresários e dos cidadãos, é que não há dinheiro para fazer nada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É melhor falar o especialista em saúde aí da sua bancada!

Deputado Berto Messias (PS): O Deputado Francisco César é perfeitamente capaz de falar de saúde!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! O Sr. Deputado San-Bento!

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos assistido neste debate a alguma derivação em relação ao tema.

Talvez se explique esta fuga aos temas tradicionais pelo facto de aqueles que são os temas tradicionais de discussão do principal partido da oposição estarem esgotados. Ou seja, o que nós temos assistido, até então, é a uma acusação sempre ao partido do Governo e ao próprio Governo de terem o setor empresarial completamente em pantanas, de estarem sem dinheiro para fazerem nada, de estarem numa situação de ruína e uma...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso? Ninguém disse isso!

O Orador: Não! Várias vezes foi dito aqui pelas Sras. e Srs. Deputados. Aliás, se fosse pelo Deputado Paulo Estêvão, nós já nem estaríamos nesta Assembleia, estaríamos reduzidos a uma representação para aí de um deputado ou algo semelhante.

Mas a questão que se põe é a discussão em si do SPER e há algo que deve ser dito com honestidade aos açorianos. Isto não é uma calamidade, o serviço público empresarial não está arruinado nem vive às mil maravilhas. Isso tem de ser dito com honestidade. Este é que é o debate sério. Nós temos que dizer, “nós temos dificuldades”. Nós temos dificuldades por causa da conjuntura, nós temos dificuldades, porque tivemos que intervir em empresas que estavam em dificuldades, nós temos dificuldades no setor regional de saúde, porque nós temos um serviço que ajuda as pessoas e que serve verdadeiramente as pessoas e que nós orgulhamo-nos de ter trabalhado para conseguir servir as pessoas...

Deputado Ricardo Cabral e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso gerou dívida, é verdade, mas nós assumimos esse património...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A dívida! (*Risos*)

O Orador: ... do Partido Socialista, de trabalhar para ter um serviço universal gratuito para a nossa população.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: Isso é uma marca do Partido Socialista de que nos orgulhamos. Mas a verdade é que todo o país, toda a Europa, também os Açores sofrem dificuldades.

Portanto, nós não devemos estar aqui a iludir ninguém, mas, apesar de tudo, o que os números demonstram é que nós temos vindo, à custa de um trabalho a favor dos açorianos, a diminuir ou, pelo menos, a conseguir restringir os efeitos desta conjuntura no Serviço Regional de Saúde e também no setor público empresarial.

É verdade que há ali ou acolá falhas, que poderá existir no equipamento de análises que um dia não funcionou bem. Isto pode acontecer, mas o que está aqui em causa é a análise global do setor público empresarial.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A EDA, é inquestionável ou não?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, em relação à EDA, o senhor está a tentar antecipar um debate que haverá daqui a pouco. Nessa altura conversaremos.

É verdade. Foi discutida aqui a política de transportes, foram referidas aqui políticas relativamente às conservas. É justo. Não é normal, porque o debate habitual é sobre a imensa dívida, que sempre foi dito, por parte da oposição, sobre a imensa ruína financeira,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode haver alguma representação parlamentar que faça de outra maneira!

O Orador: ... não é normal, mas é de salientar que o discurso mudou. Mudou e isso deve-se a algum trabalho do Governo dos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a nós, representações parlamentares, já agora!

O Orador: Vamos concretamente a questões que foram postas.

Foram postas questões, aqui, relativamente ao setor dos transportes.

A promessa do Sr. Secretário feita aqui, nesta câmara, foi de que, até ao final do ano, seria apresentado um plano integrado de transportes. Esta é uma promessa feita pelo Governo e que obviamente o Partido Socialista, enquanto partido que suporta o Governo, estará cá para, exatamente, fiscalizar o Governo e exigir que isto seja cumprido e estamos certos, como sempre foi apanágio do Governo, que irá cumprir a sua palavra.

Relativamente às obrigações de serviço público.

Mais do que estar a acusar o Governo da República sobre o problema das Obrigações de Serviço Público, todos nós já percebemos que o Governo da República se atrasou nas Obrigações de Serviço Público, todos nós já percebemos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Passou-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... que o Primeiro-ministro de Portugal, por causa das eleições regionais, admitiu que não quis trazer as OSP, ou não quis ter umas novas Obrigações de Serviço Público nos Açores. Isso já percebemos. Portanto, não vale a pena estar a “bater no molhado”, a “chover no molhado”, não vale a pena estar a acusar o Primeiro-ministro. Ele próprio já disse a razão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor estava a ir tão bem! Despenhou-se!

O Orador: ... pela qual os Açores não têm transportes mais baratos. A questão não é essa.

A questão que se põe em relação aos transportes e ao novo modelo de transportes e de Obrigações de Serviço Público tem a ver com os perigos de...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estrague a sua intervenção!

O Orador: ... uma liberalização selvagem e eu acredito que, à exceção do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, ninguém nesta câmara defende uma liberalização selvagem pura e dura do serviço de transporte aéreo. Ninguém defende isso! Ninguém defende isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fica registado!

O Orador: E deve ser esta câmara, e devem ser os deputados, como representantes dos açorianos, que devem dizer:...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não!

O Orador: ... “Aqui, não!”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está o busílis da questão!

O Orador: Nós queremos mais flexibilização, sim, mais concorrência, sim, passagens mais baratas para os nossos residentes, mais fluxos turísticos, mas mais liberalização, em que os nossos residentes não estejam protegidos, em que não haja frequência adequada de voos, nós não queremos um sistema que prejudique os açorianos em detrimento dos turistas. E isto é algo que deve ser salientado e é um apelo que eu faço a esta câmara, porque eu sei que, sobre esta matéria, é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande evolução!

O Orador: Faço um apelo, para que, sobre esta matéria, nós estejamos unidos de uma forma intransigente a favor dos Açores e a favor das açorianas e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Em relação à questão da EDA,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esteve bem agora!

O Orador: ... Sr. Deputado, como lhe disse, a posição do Partido Socialista é a mesma de sempre e será esclarecida no debate adequado sobre esta matéria, que é uma resolução feita pelo Partido Social Democrata.

Sr. Deputado, nós também tivemos aqui intervenções do estilo Miss Mundo, ou seja, “eu gostava que...”, ou, como foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós podemos adequar isso a uma noção mais monárquica, mais rainha de beleza (vamos pôr assim), sem ofensa, Sr. Deputado, como é óbvio.

(Burburinho das bancadas)

O Orador: O Partido Socialista e o Governo que suporta...

Isto foi sem ofensa, Sr. Deputado. Foi uma brincadeira.

O Governo não tem vergonha...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Não tem, não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que diz!

O Orador: ... de assumir as suas responsabilidades.

As nomeações para as empresas e para cargos que são de responsabilidade política são obviamente da responsabilidade do Governo dos Açores, porque tem...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Todos menos a sociedade civil!

O Orador: ... essa legitimação.

Mais, Sr. Deputado. Vou-lhe dar uma novidade: essas pessoas vêm da sociedade civil. Essas pessoas que estão nas empresas públicas vêm da sociedade civil.

Mais! Eu até lhe digo: o Partido Socialista é o único partido, que eu conheça, posso estar enganado, que tem no seu seio uma proposta onde essas nomeações partidárias, essas nomeações políticas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Partidárias!

(Risos das bancadas)

O Orador: ... são escrutinadas (político-partidárias, se quiser dizer assim) ...

(Apartes inaudíveis de alguns deputados da câmara)

O Orador: Eu vou repetir. Vou repetir.

O Partido Socialista, no seu seio, é a única organização política, nos Açores, que eu conheça, posso estar enganado, que tem uma proposta, que está a ser discutida, de que os gestores públicos possam ser...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aonde?

O Orador: ... escrutinados pelo Parlamento regional. É o único. É o único partido! Nós orgulhamo-nos de ter essa discussão, nós orgulhamo-nos de ter essa discussão interna, de que o Parlamento possa escrutinar exatamente as nomeações. Mas é preciso não esquecer que essas nomeações são da responsabilidade do Governo. E sabem que mais? Os açorianos também devem julgar o Governo por essas nomeações.

É assim que funciona um sistema democrático...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... e nós assumimo-lo com a responsabilidade de quem teve a maioria da confiança dos açorianos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está de esquerda hoje!

O Orador: Sra. Deputada, nós somos um partido de centro-esquerda.

(Risos de alguns Deputados)

Nós somos um partido que defende as pessoas, que gere o seu setor empresarial pensando nas pessoas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estrague a sua intervenção!

O Orador: ... mas nós não temos a esquizofrenia de pensar que tudo está bem. Nós sabemos que há dificuldades, mas há algo que os açorianos podem saber: podem contar com o Partido Socialista e com este Governo na defesa dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa ainda tem inscrições, por isso interrompemos para almoço e regressamos à tarde, às 15 horas.

Um bom almoço.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional, 7 minutos e 20 segundos; Partido Socialista, 8 minutos e 15 segundos; PSD, 5 minutos e 45 segundos; CDS-PP, 3 minutos e 30 segundos; Bloco de Esquerda, 1 minuto e 30 segundos; PCP, já não tem tempo; PPM, 45 segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estava inscrito o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

(Aparte inaudível do Deputado Cláudio Lopes)

Presidente: Mas vai usar da palavra, Sr. Deputado Cláudio Lopes?

Então tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, nesta interpelação que o PSD faz ao Governo, também de trazer a debate o caso concreto de mais uma sociedade, de entre as várias dezenas de sociedades que compõem hoje o Setor Público Empresarial Regional, que é a SPRHI.

A SPRHI é uma sociedade anónima, 100% participada de forma direta pelo Governo Regional e que foi criada em 2003 e que, desde então até hoje, tem-se

constituído, ao longo dos anos, de uma forma crescente, como uma via alternativa e paralela à Administração Pública Regional e ao investimento público em matéria de obras públicas, o mesmo é dizer-se como uma via alternativa e paralela ao endividamento regional.

Pelos dados a que tivemos acesso e que estão disponíveis, a SPRHI inicia a sua atividade em 2003 com um passivo de dívida às instituições de crédito na ordem dos 35 milhões de euros.

Cinco anos mais tarde, em 2007, esse passivo disparou para mais de 120 milhões de euros. Ou seja, em cinco anos o endividamento da SPRHI cresceu 244%.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas do ano de 2009, mas relativo à atividade da SPRHI no quinquénio 2003/2007, é nele relatado que, nesta data, estavam previstos encargos com a dívida da SPRHI, e relativos aos empréstimos contraídos entre 2003 e 2007, a pagar, entre 2008 e 2020, só de juros, 50,6 milhões de euros. É isto que consta do relatório do Tribunal de Contas.

Ora, esta situação corresponde apenas aos primeiros cinco anos de atividade da SPRHI.

De 2007 a 2013, não conhecemos tão bem a evolução desta dívida, mas sabemos que ela continua a crescer e que, com base no relatório da Comissão de Economia sobre o Setor Público Empresarial Regional relativo ao ano de 2011, podemos observar que a dívida da SPRHI ultrapassa os 178 milhões de euros.

Se tivermos em conta e se considerarmos os avales entretanto concedidos pelo Governo, em 2011 e em 2013, na ordem dos 22 milhões de euros, supomos que a dívida da SPRHI, hoje, se situe na ordem nos 200 milhões de euros (200 milhões de euros!). Esta dívida corresponde sensivelmente a 17%, 18 % da dívida global do Setor Público Empresarial Regional.

Conclui-se assim que a SPRHI, em dez anos de existência, criou um endividamento público regional de cerca de 200 milhões de euros, ou seja, uma média anual de 20 milhões de euros.

Neste domínio concreto e relativamente à atividade e situação presente e futura desta empresa regional, e sendo ela participada de forma direta, portanto, a 100% pelo Governo Regional, este Grupo Parlamentar interpela o Governo solicitando esclarecimentos às seguintes questões.

Primeira, e dirigida agora ao Sr. Vice-presidente. Qual o valor atual da dívida da SPRHI? Quantos e quais são, neste momento, os contrato- programa entre o Governo Regional e a SPRHI e os respetivos valores e prazos de execução? Em média, qual é o atual compromisso anual do Orçamento Regional em relação à SPRHI, sabendo-se que no ano de 2011 esse valor ultrapassou os 10 milhões de euros?

Finalmente, e a pergunta sacramental, o que pensa o Governo Regional que será o futuro da SPRHI e que posicionamento futuro para o Governo Regional a ter em relação a esta empresa pública? Será que desta empresa continuaremos a esperar o mesmo ritmo de endividamento anual de 20 milhões ao ano e então será exetável considerarmos que durante a presente legislatura e durante os próximos quatro anos a dívida da SPRHI vai crescer mais 80 milhões de euros? Ficam aqui estas questões que este Grupo Parlamentar, e acredito que esta câmara, gostaria de ver esclarecidas.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão e apelo à sua capacidade de síntese, uma vez que tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não contava inscrever-me. Tenho que responder à alusão do Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. Deputado Francisco César referenciou que as minhas declarações eram semelhantes ou assemelhavam-se às que são proferidas pelas rainhas da beleza nos respetivos concursos, aquelas declarações daquele tipo, “Quero a paz no mundo”, ou “Quero que a pobreza termine”.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é muito bom, Sr. Deputado! Muito bom!

O Orador: Eu devo dizer que em relação a estas referências, estas referências são obviamente (Vou já terminar, Sra. Presidente) sexistas, na medida em que as mulheres bonitas também são inteligentes. E, portanto, nesse sentido, são declarações profundamente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Machistas!

O Orador: ... sexistas em relação a este tema.

Devo-lhe dizer que aqui, no nosso próprio...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é muito relevante!

O Orador: ... plenário, o Sr. Deputado seria desmentido.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Mas eu devo dizer, para terminar, concluindo,...

Deputado Berto Messias (PS): Com certeza, Sr. Deputado!

Presidente: Para terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... que esta observação...

Deixe-me terminar,...

Deputado Berto Messias (PS): Peço desculpa!

O Orador: ... que eu tenho só 20 segundos.

Presidente: Já não tem!

O Orador: Dizer-lhe o seguinte. (*Risos*)

Eu considero que o concurso público para desempenhar funções de gestão ou mesmo de admissão de pessoal no âmbito do setor público empresarial não é uma utopia. Para o PPM não é uma utopia.

O Sr. Deputado apresentou-nos o tema como se nós quiséssemos chegar ou obter um resultado extraordinário do ponto de vista da organização social e da justiça social. Este é o nosso objetivo. O do Partido Socialista é continuar com as nomeações partidárias para o setor público empresarial.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: Os senhores defendem isso. Esta é a vossa linha estratégica.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: A nossa não é essa e quero terminar anunciando nesta câmara que o PPM apresentará um projeto, apresentará uma iniciativa para que futuramente, no âmbito do Setor Público Empresarial Regional, os funcionários, os gestores venham universalmente a ser admitidos por concurso público, de acordo com o seu mérito...

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata! (*Risos*)

O Orador: ... e o seu currículo.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: De acordo com o seu mérito, o seu currículo e a sua preparação, e não por serem do partido A, B ou C.

Portanto, para nós o que é importante é que a pessoa tenha competência, tenha currículo para desempenhar aquelas funções e que as possa desempenhar efetivamente com qualidade e garantindo o serviço público.

E, portanto, nesse sentido, o nosso caminho é esse, o caminho do Partido Socialista é de preservar...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... as colocações partidárias no âmbito do Setor Público Regional Empresarial.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado é um profissional na demagogia!

Deputada Zuraida Soares (BE): Já foi ultrapassado pela direita!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Jorge Macedo está no uso da palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda não estava, Sra. Presidente.

Presidente: Mas vai estar.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões muito simples dirigidas ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, a primeira das quais é a seguinte.

A operação para São Salvador da Bahia, qual foi o prejuízo que a SATA teve nessa operação?

A segunda questão tem a ver com os atrasos nos pagamentos das indemnizações compensatórias à SATA-Air Açores por parte do Governo Regional.

Com esses atrasos, qual é que é o serviço da dívida que a SATA terá que suportar pelo facto de não ter recebido a tempo e horas?

Obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, ao Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Sr. Deputado, cometeu um gravíssimo erro de contas. O Sr. Deputado pressupôs que a concessão de novos avales implica o aumento do endividamento da SPRHI. Isso não é verdade.

O Sr. Deputado disse que foram concedidos avales de 22 milhões de euros. De acordo com as suas contas, o endividamento em dois anos, o endividamento da SPRHI tinha aumentado ao ritmo de 20 milhões de euros por ano. Não! É completamente falso,...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O que é que é falso?

O Orador: ... porque os avales que foram concedidos não implicaram aumento de endividamento da SPRHI, se lesse atentamente a resolução que visava refinar financiamento já existentes. Logo, não tem qualquer aumento de endividamento a essas operações.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Diga qual é a dívida agora?

O Orador: E respondo-lhe concretamente à pergunta que fez, Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Em 2011, como referiu, o total de endividamento da SPRHI era de 172 milhões de euros. Em 2012, o senhor disse que passava, que ia para os 200. Não é verdade. Em 2012,...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Cento e setenta e oito, está aqui!

O Orador: ... baixou para 168 milhões de euros, ou seja, ao contrário do que disse, não houve um aumento, mas uma redução de 3 milhões de euros no endividamento da SPRHI.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Então este relatório da economia está errado!

O Orador: E é bom lembrar por que é que a SPRHI surge e por que é que a SPRHI tem um endividamento: porque esse endividamento é um excelente endividamento, que foi na sua grande maioria para financiar a reconstrução do sismo de 1998, das ilhas do Faial e Pico,...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Que aconteceu em 98?

O Orador: ... na proporção direta daquilo que não foi, na altura, a solidariedade nacional para esse mesmo sismo.

Portanto, é esta a matéria que está em causa e é neste contexto precisamente que o mesmo foi feito.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Governo do Guterres!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual era o Governo na altura?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Qual era o Governo?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olha! Os embaixadores da República!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabe! A memória é pequenina!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Qual é hoje a dívida da SPHRI, Sr. Vice-presidente?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sra. Deputada Zuraída Soares, quero agradecer-lhe de desempenhar as funções alternativas do meu *Outlook*, mas eu tenho os lembretes para me lembrarem atempadamente dos compromissos que eu assumo.

E o compromisso que eu assumi...

Deputada Zuraída Soares (BE): É o primeiro, Sr. Secretário, mas ainda bem!

O Orador: ... foi de que até ao final do ano apresentaria o plano integrado de transportes e assim será feito.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ansiosamente à espera!

O Orador: Em relação à questão levantada sobre as Obrigações de Serviço Público em que referiu, e bem, que preconizam uma baixa significativa no custo da acessibilidade a todos os açorianos e com uma tarifa única, deixe-me que lhe diga que atualmente já existe, efetivamente, uma tarifa única para todos os açorianos.

Deputada Zuraída Soares (BE): É a baixa!

O Orador: Aquilo que se pretende é que seja uma tarifa única com um preço mais competitivo, baseada nos 134 euros mais as taxas, e que se acrescenta o subsídio ao bilhete, que é reembolsado diretamente ao utente, ao passageiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À lá maneira!

O Orador: Em relação à fusão entre a Atlânticoline e a Transmaçor, também o compromisso que eu assumi é que está a ser desenvolvido todo o processo e que, quando chegar o momento certo, iremos anunciar e comunicar qual a solução encontrada.

Referiu também a questão da localização da sede da empresa. Confesso-lhe que essa não é propriamente a grande preocupação que tenho neste momento. Não vejo

nada em contrário para que a mesma não possa ser na Horta, como em qualquer outra ilha dos Açores.

Em relação às questões que o Sr. Deputado Jorge Macedo colocou.

A saída da SATA da rota de Salvador, no Brasil, não se prendeu com questões de ordem económico-financeira, mas sim de ordem estratégica de operação da empresa.

Como o Sr. Deputado certamente sabe, foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, em agosto deste ano, que a SATA irá reforçar todas as suas ligações para a América do Norte, introduzindo, inclusive, um novo tarifário, mais competitivo, no nosso entender, e que irá potenciar significativamente a canalização de fluxos para a região, e houve a necessidade de reorganizar toda a operação da companhia para os voos de longo curso e direcionar para a América do Norte, como disse.

Em termos financeiros, a operação cobriu os seus custos variáveis, que era aquilo que se pretendia. Portanto, não trouxe qualquer encargo adicional para a empresa.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a questão da SATA e as indemnizações compensatórias?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, não respondeu à minha segunda questão, que foi: quais os encargos financeiros resultantes dos atrasos no pagamento das indemnizações compensatórias?

Acrescentava também uma questão para o Sr. Deputado Francisco César.

Percebi da sua intervenção, há pouco, que agora está na hora de diabolizar as *low cost*, quando antes das eleições as *low cost* seriam a solução.

Era importante que os açorianos e nós todos aqui, nesta casa, soubéssemos qual é que é a posição do PS relativamente às *low cost*. É porque também temos uma certeza, é que não temos outras operadoras que eventualmente possam operar nos Açores, garantindo aquilo que o PS sempre defendeu, ou que passou a defender perto das eleições, que é o regime concorrencial.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas Membros do Governo:

Apenas poucos minutos para esclarecer algumas das questões colocadas no final desta manhã pela Sra. Deputada Zuraida Soares relativamente ao setor conserveiro e à situação estratégica da Espada Pesca, dentro desta discussão do setor público regional.

Relativamente às conservas e ao comércio livre com a Tailândia, que penso que era nesta perspetiva que a Deputada Zuraida Soares se referia, nós já tivemos oportunidade, há dois plenários, salvo erro, de debater este assunto com algum detalhe e tive a oportunidade de referir que, de facto, a complexidade destas negociações do comércio livre na União Europeia com países terceiros, face à dimensão que o setor conserveiro tem na nossa região, comparativamente ao espaço europeu, não só na nossa região, mas também em Portugal, em Espanha, em Itália, no âmbito destas negociações, a dimensão que estamos a falar é demasiado pequena e a influência que podemos ter é demasiado pequena também.

Não obstante, temos feito, e continuaremos a fazer, todas as diligências necessárias para que sejam acautelados os interesses dos Açores nesta matéria.

Tive a oportunidade de conversar diretamente com um dos elementos da equipa negociadora destas negociações, que por acaso é açoriano, é da ilha de S.

Miguel, e tive a oportunidade de manifestar a preocupação do Governo e da região relativamente a esta matéria e também de lhe enviar um dossier completo daquilo que são as preocupações do Governo, das empresas, enfim, de todos os intervenientes nessa fileira. De maneira que, de uma forma cautelara, estas preocupações estão a ser tidas em conta nas negociações que neste momento decorrem.

De qualquer forma, e expectativa que temos, uma vez que a importação, como sabe, de conservas da Tailândia para o espaço europeu já é feita com taxas reduzidas, nós manifestámos a nossa intenção de que este setor não fosse incluído nas facilidades que a comunidade entende de ver conceder à Tailândia no âmbito de todo o processo negocial.

Aquilo que é a nossa expectativa neste momento é que, de facto, estas taxas não vão ser abolidas na sua totalidade, mas sim serão criadas, e é nesse aspeto que estamos a trabalhar, cotas com taxas reduzidas para esse país. É essa a expectativa que temos, é esse o ponto que está neste momento a ser discutido.

Presidente: Sr. Secretário, pedia-lhe apenas que abreviasse, porque o seu tempo está a terminar.

O Orador: Só um aspeto muito rápido.

Relativamente à situação da Espada Pesca. Como sabe, a Espada Pesca foi criada com um determinado objeto de há algum tempo. Dadas as circunstâncias e a evolução que o mercado teve, há a necessidade, de facto, e estamos a fazer isto, de reformular o papel da Espada Pesca no mercado em que opera, com particularidades próprias em algumas ilhas onde estas preocupações têm mais incidência, designadamente em S. Jorge e nas Flores.

Estamos também a tentar encontrar outros ramos para a atividade da Espada Pesca, designadamente na comercialização de peixe, de pescado de menos valor comercial e no seu congelamento e envio para outras ilhas. Portanto, é a expectativa que, neste momento, a administração da Espada Pesca está a trabalhar.

Uma palavra final para a situação que a Sra. Deputada também levantou relativamente à questão da venda dos barcos.

De facto, foi uma opção deste Governo. Entendemos que a decisão que foi tomada relativamente à aquisição de barcos num determinado contexto, neste momento, não fazia mais sentido, porque a Espada Pesca está vocacionada para outras tarefas que não a atividade piscatória, e, portanto, daí a decisão de se terem alienado os barcos num processo perfeitamente transparente. Foi lançado um concurso público. Os barcos em questão foram avaliados por peritos nesta matéria e, portanto, tudo decorreu dentro da normalidade.

Os barcos foram concessionados...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... por um determinado período, com a opção de compra e é isto que está, neste momento, a acontecer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer uma terceira intervenção, mas a propósito da intervenção do Deputado Jorge Macedo, eu acabo por ter de fazer uma terceira intervenção.

A posição do Partido Socialista mais clara não podia ser. Aliás, nós andamos a “chover no molhado” há mais de dois anos.

O PSD conhece a posição do Partido Socialista. Eu não percebo que parte é que pode não ser conhecida, pode não ser compreendida por parte dos Srs. Deputados, de quando nós dizemos que queremos aumentar o nível concorrencial nas rotas, que queremos uma maior flexibilidade tarifária, que queremos ter novos operadores ou tornar a rota atrativa. Novos operadores pode ser incompatível ou pode ser anti *low costs*.

Aquilo que é a posição, aliás, por aquilo que me tenho apercebido ao longo dos últimos anos, pelo menos no último ano, é que o PSD e o PS têm posições muito aproximadas sobre esta matéria. Ou seja, é necessário conseguirmos atrair novas companhias aéreas, é necessário termos mais concorrência, mas salvaguardar os residentes, acima de tudo, ao nível da frequência de voos, ao

nível dos horários, ao nível daquilo que são os lugares disponíveis, ao nível daquilo que são os tetos máximos a que os residentes devem estar sujeitos.

Aquilo que nós sabemos e as vantagens das *low cost*, algo a que o Partido Socialista é favorável, é o facto de poder ter acesso a *ups* de distribuição de fluxos turísticos, que podem beneficiar a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, sobre esta matéria, que não haja dúvidas. Que não haja dúvidas de que a posição do Partido Socialista é conhecida, tem algum tempo, é conhecida, inclusive, pelo Governo da República; é uma posição de tentar tornar as rotas mais concorrenciais, com melhores preços e, sobretudo, que sirvam melhor a nossa terra.

Essa proposta está no Governo da República e, portanto, ficamos apenas à espera de que o Governo da República se digne a resolver aquilo que já disse que ia resolver. Pena é, como sabemos, que tenha levado tanto tempo a responder.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Há uma pergunta que ficou por responder!

Presidente: A bancada do Governo já não tem mais tempo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós damos 1 minuto para poder responder!

Presidente: Já não é permitida a cedência de tempo e, portanto, não havendo mais inscrições, pergunto ao PSD se quer, dentro do tempo que lhe resta, encerrar o debate?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dá a resposta na declaração final!

Presidente: A declaração final só existe dentro do tempo para a interpelação e a bancada do Governo já esgotou o seu tempo.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado, não me diga que não sabia!

Presidente: Aliás, o PSD também só dispõe de 2 minutos. A bancada do PSD só tem 2 minutos para encerrar este debate.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para encerrar esta interpelação.

Penso que foi um momento importante para refletirmos aqui, no âmbito da Assembleia Regional, aquilo que são as contas fora do perímetro tradicional do setor público nos Açores, que têm vindo a crescer e que têm um impacto muito significativo, quer sejam os chamados investimentos de temática pública, quer seja na Administração Pública paralela, quer seja também nas responsabilidades financeiras que acarretam para a região e para as açorianas e para os açorianos, ao longo de muitos anos.

Foi pena que, de facto, o Governo que, não tendo cumprido aquilo que se dizia que devia cumprir, que era até 31 de agosto ter apresentado os documentos, teve o requinte de entregar os documentos na segunda-feira anterior a este debate, isto é, o Governo não entregou no devido tempo e teve o requinte de entregar num dia para poder dizer que tinha entregue e nós não pudemos estudar os documentos. Mas ficará para o futuro para registo, pedindo ao Governo Regional que possa corrigir esta atitude no futuro.

Gostaria de sublinhar duas ou três questões que aqui foram referidas.

Em relação à saúde, ficou claro aqui que os juros que o setor suporta por via do subfinanciamento crónico dariam para, durante um ano, pagar todos os medicamentos consumidos nos hospitais da região. E isto é algo que as açorianas e os açorianos precisam de saber.

Em segundo lugar, em relação à SATA-Air Açores, também uma empresa importante para a nossa região, nós estimamos aqui, e temos os documentos, mais de 120 milhões de euros de passivos financeiros com a banca, mais os outros fornecedores, cerca de 13 milhões aos fornecedores. Estamos a falar, neste momento, certamente de cerca de 140 milhões de euros que o Grupo SATA tem no buraco. E isso é importante que se registe, mas também lhe digo mais uma coisa, Sr. Secretário dos Transportes e Turismo, aquilo que estimamos, também da responsabilidade do Governo, no pagamento de indemnizações compensatórias, que deveriam sair do Orçamento Regional para

a SATA-Air Açores, é que já poderão ter custado à SATA mais de 2 milhões de euros em juros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Faça as contas para a República!

O Orador: Foi a isto que o senhor não respondeu, mas eu posso dizer-lhe.

Gostaria também de dizer que em relação à SATA-Air Açores é bom que se retenha, e o Sr. Secretário e o Governo tenham em atenção se querem as *low cost*, têm que saber o que isso implica para a responsabilidade da SATA, porque para termos, como o PSD defende, uma tarifa de teto máximo, alguém tem que funcionar como *pacemaker*. E isso é altamente responsabilizante para a SATA, num momento em que vemos que a SATA tem os problemas financeiros que...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Veja os atrasos da República!

O Orador: ... temos e por rotas que deram prejuízo, ao contrário daquilo que o senhor disse, e pelos atrasos que o senhor tem tido no pagamento das indemnizações compensatórias, aquilo que acontece é que a SATA está a atravessar dificuldades financeiras no preciso momento em que tem que tomar decisões fundamentais para o seu futuro e para o futuro dos açorianos.

E para terminar mesmo, gostaria de dizer, de sublinhar aquilo que é uma conclusão deste debate e que temos vindo já a afirmar em variadíssimas circunstâncias que é o paradoxo das finanças regionais.

Já foi aqui referido. É fantástico! Não há dinheiro para nada. O setor público empresarial está cheio de dívidas, o Governo Regional não paga os contratos programa, a Administração Pública atrasa-se nos pagamentos. Tudo isto ouvimos na rua todos os dias. Os fornecedores queixam-se, os empreiteiros queixam-se, toda a gente se queixa e o verdadeiro paradoxo é que face a tudo isto o Sr. Vice-presidente continua a dizer que as finanças regionais são um mar de rosas. Descobrimos o verdadeiro paradoxo das finanças regionais. Muito obrigado, Sr. Vice-presidente.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-presidente, pede a palavra para?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para intervir.

Presidente: A bancada do Governo já tinha esgotado o seu tempo.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Só para registar que a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas foi feita quando sabia precisamente que o Governo não tinha tempo para responder.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi para encerrar! Fizemos perguntas e não responderam!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, uma interpelação, porque eu acho que isto é um momento triste na vida parlamentar.

Fizemos várias perguntas que não obtiveram resposta. Nós sabemos regimentalmente que o Partido Social Democrata, que fez a interpelação, é que encerra, tal como, certamente, o Governo, pela sua experiência, e todas as bancadas, e depois somos sujeitos a esta apreciação completamente a despropósito do Sr. Vice-presidente.

Pelo amor de Deus!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi um registo!

O Orador: O registo é a deselegância, Sr. Vice-presidente, que o senhor teve.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Encerrámos o ponto 2 da nossa Agenda.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 8, com o - **Projeto de DLR n.º 6/X – “Programa de pequeno-almoço e almoço durante o período de férias escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda requer à Mesa que ao abrigo do artigo 87º do nosso Regimento, e no sentido de permitir uma mais eficaz e consensual operacionalização do conteúdo do nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional, o mesmo baixe à respetiva comissão para efeitos de nova apreciação e complementação.

Presidente: Muito bem, Sra. Deputada.

Foi apresentado à Mesa um requerimento oral ao abrigo do artigo 87º. Colocarei, conforme estipula o nº 2 desse mesmo artigo, agora à votação o requerimento da Sra. Deputada, retirando a iniciativa da discussão para que a comissão a possa reapreciar.

Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sendo assim, será novamente remetido à comissão para reapreciação este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Sendo assim, avançamos com a nossa Agenda e para o **Projeto de DLR n.º 13/X – “Regras especiais das medidas contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para o debate deste diploma, os tempos são os definidos pelo processo legislativo comum, e definidos em reunião de Conferência de Líderes, e são os seguintes: o PSD, o PS e o Governo dispõe de 25 minutos; o CDS, de 13 minutos; o Bloco de Esquerda, o PCP e o PPM, de 10 minutos.

Por parte do PSD, para apresentação deste diploma, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PSD decorre da transposição possível de diretivas comunitárias, possível desde a revisão constitucional de 2004 que, em relação ao todo nacional, foi feita através do Decreto-Lei n.º 62, de 2013, de 10 de maio, que transpôs, efetivamente, uma diretiva que apontava para medidas contra os atrasos nos pagamentos das transações comerciais e que, no caso concreto da sua aplicação à região, seria integralmente aplicada à região até à eventual existência de um normativo regional que o afastasse.

Considerou o PSD-Açores que havia necessidade de definir condições diferentes daquelas que vigoram a nível nacional. E isto porque o tecido económico da região é um tecido que, como todos sabemos, é frágil, à partida, é frágil e ainda estará mais fragilizado e mais vulnerável em função da situação de crise que se vive a nível generalizado. E, portanto, é um tecido particularmente vulnerável pela sua dimensão e pela própria limitação do mercado regional e, acima de tudo, muito dependente dos pagamentos efetuados pelas entidades públicas.

O n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 estabelece uma situação que se afigura diferente daquilo que acontece para a generalidade dos setores. Ou seja, para a generalidade dos setores, é apontado um prazo de pagamento de 30 dias, havendo duas situações de exceção: uma definida no n.º 2 do artigo 5.º, em que se diz que os prazos definidos (os prazos que são, 30 dias a contar da data de receção da fatura, ou da seleção efetiva dos bens, portanto, está tudo tipificado aqui) não podem exceder 60 dias, portanto, é uma situação de exceção que passa de 30 para 60 dias, para as entidades públicas que prestem cuidados de saúde e que estejam devidamente reconhecidas como tal.

Da mesma forma, o artigo 12.º deste mesmo Decreto-Lei n.º 62/2013, que é uma disposição transitória, reza que “até 31 de dezembro de 2015, o disposto neste diploma não é aplicável às entidades públicas que façam parte do Serviço

Nacional de Saúde, salvo quando o credor seja uma micro ou pequena empresa”, sendo depois definido qual é que é o regime que estabelece essa dimensão das empresas.

Entende o PSD-Açores que nestes 60 dias, logo à partida pelas questões que referimos anteriormente da fragilidade do tecido económico e regional, da sua excessiva dependência do setor público, das entidades públicas, e tendo em conta a apregoada (ainda agora acabámos de falar nela) saúde financeira que goza a região – nas palavras permanentemente invocadas, permanentemente repetidas, designadamente por parte do Sr. Vice-presidente do Governo – não tem problemas a nível financeiro, que é uma região exemplo para todas as demais, e entendemos que face a esse reforço permanente da saúde financeira da região, face ao facto de a região ser, na perspetiva do Governo, uma região que não enfrenta quaisquer tipo de problemas, as empresas devem ser acarinhadas. Ou seja, às empresas deve ser feito o pagamento o mais rapidamente possível, considerando nós que esta situação de exceção que vigora a nível nacional para as entidades do setor da saúde, permitindo os 60 dias de pagamento das faturas, que seja aqui igualmente 30 dias e que todas as empresas sejam pagas a 30 dias.

É este o propósito desta iniciativa: não aplicar à região o nº 2 do artigo 5º, que eu referi anteriormente, não aplicar à região o artigo 12º, que eu referi anteriormente.

Não se justifica, quanto a nós, essa situação de exceção. Eventualmente, justificar-se-ia se o Sr. Vice-presidente, e se for esse o argumento, considerar que a região vive um momento de grandes dificuldades e que relativamente ao setor da saúde, das formas que estão previstas no nº 2 do artigo 5º, ou do artigo 12º, se justifica o pagamento a 60 dias.

Uma vez que o Governo Regional não diz que não está, ou pelo menos até ao momento não disse que estava em situação de dificuldades de natureza financeira, aquilo que é exigível ao Governo Regional é que faça pagamentos rápidos, acelerados, porque isso vai melhorar seguramente a saúde das empresas e isso vai ser positivo do ponto de vista de algo que é extremamente

importante neste momento que é melhorar as condições de emprego dos açorianos.

Mas mais do que isso. Estamos a falar no setor da saúde. Se estivermos a fazer pagamentos atempadamente, e já discutimos essa questão suficientemente esta manhã, e rápidos, levaremos a que estas empresas do setor da saúde com pagamentos rápidos não façam repercutir nos seus contratos de fornecimento aquilo que não lhes é pago de forma atempada ou de forma rápida. E quando uma empresa fornecedora do setor da saúde não traduz através do fornecimento às unidades hospitalares da região, às unidades de saúde de ilha, a nível desse fornecimento, quando gera situações diferentes, ou seja, quando limita fornecimentos ou corta mesmo fornecimentos, nós sabemos perfeitamente quem é que é no fundo o visado, quem é no fundo aquele que é prejudicado no final de todo este processo: é aquele que vai às unidades de saúde, quer ser tratado com a qualidade merecida e com a rapidez que merece e com a rapidez que necessita e acaba por não o ser pelo facto do Governo não pagar atempadamente.

Portanto, entendemos que a questão dos 30 dias deve também ser aplicada às unidades de saúde e, como tal, pensamos que esta é uma solução equilibrada que permite que as empresas tenham a possibilidade também elas de satisfazer atempadamente os seus fornecimentos.

A acrescentar a tudo isto, temos também o facto de a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, no parecer que lhe foi pedido relativamente a esta matéria, ou relativamente a esta iniciativa legislativa, ter dito taxativamente o seguinte.

A Câmara do Comércio, depois de fazer uma análise da iniciativa em causa, conclui no seu último parágrafo do parecer enviado à Comissão de Economia, e que foi tido em conta na elaboração do parecer final, que: “Tendo em consideração o atraso referido [ou seja, a questão das duas normas não aplicáveis à região] e o interesse dos setores que esta Câmara representa, incluindo os da saúde, esta Câmara manifesta a sua concordância com a intenção subjacente a esta proposta legislativa”.

Fica à consideração da maioria e do Governo Regional se querem dar o vosso avale àquilo que o tecido empresarial desta terra considera como positivo e fica também à consideração da maioria e do Governo Regional se não quer penalizar os açorianos a nível da prestação de cuidados de saúde.

É uma questão que fica à consideração e que esperamos que obviamente mereça, uma vez que a posição do Partido Socialista foi de abstenção, com reserva para Plenário, esperamos que haja o bom senso por parte da maioria e do Governo Regional de aprovar esta iniciativa legislativa apresentada pelo PSD-Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

A Mesa agradece que se inscrevam para o debate.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos...

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PSD, como todos percebemos, visa reduzir o prazo de pagamento a fornecedores, designadamente nos contratos que mantêm com entidades públicas que estão ligadas ao Serviço Regional de Saúde e pretende, na prática, reduzir o prazo máximo de 60 para 30 dias.

É bom lembrar que, no país, o prazo é efetivamente 60 dias e não é 30, e também é bom lembrar que, na nossa opinião, este prazo é apenas...

Deputado Francisco César (PS): Nos Açores é quanto?

O Orador: ... um prazo indicativo e que, na nossa opinião, o Governo Regional, o Governo da República, mas no caso o Governo Regional, deveria efetivamente priorizar o pagamento a muito menos do que os 60 dias, em particular às micro e pequenas empresas.

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima, a Deputada Zuraida Soares e o Vice-presidente do Governo Regional)

O Orador: Acho que há aqui um problema que precisa de intervenção médica urgente, mas depois veremos isso.

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima, a Deputada Zuraida Soares e o Vice-presidente do Governo Regional)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, depois requisite uma TAC para vermos se é apendicite ou AVC! Se calhar uma ressonância é mais adequado!

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Farei, sim, senhora, Sra. Presidente.

A Representação Parlamentar do PCP, portanto, como eu estava a dizer, aquilo que considera é que isto são prazos máximos e que no caso do Governo Regional, designadamente às micro e pequenas empresas, não devia tomar isso como norma, deveria era procurar pagar até em menos de 30 dias.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Antes!

O Orador: E eventualmente antes, se for possível,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nunca ouviu dizer que “quem paga antes não é bem servido”?

O Orador: ... Sr. Vice-presidente.

Mas, a questão é a seguinte, e não é por acaso que o PCP tem uma proposta de alteração ao diploma apresentado pelo PSD. Aliás, o nosso sentido de voto na

votação na generalidade será de abstenção, depois, daquilo que vier a acontecer à proposta que nós apresentarmos, a nossa posição, em termos da votação final global, porque há aqui uma questão que nos parece que é importante. É preciso, efetivamente, garantir a redução do prazo ou o pagamento dentro de um prazo aceitável, mas no essencial, àquilo que são as micro e pequenas empresas, que são aquelas que efetivamente estão sedeadas na região. E se queremos, efetivamente, favorecer as empresas regionais, devemos é preocuparmo-nos com essas e não com empresas de outra dimensão, que têm uma capacidade financeira completamente diferente daquelas que são as micro e pequenas e médias empresas, que são, de facto, aquelas que existem na região. Bastará ir ver a definição ou o conceito que se tem ou o conceito que define o que é uma micro e uma pequena empresa para perceber rapidamente que aquilo que nós temos na região são micro ou pequenas empresas. E mais micro do que médias empresas.

E, portanto, esta será a posição da Representação Parlamentar do PCP. Iremos abster-nos na generalidade. Entretanto, se a nossa proposta vier a ter acolhimento, depois, na votação final global, iremos votar favoravelmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-presidente.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a abordar aquilo que foi anunciado com pompa e circunstância como um grande documento, e conforme tivemos oportunidade, num debate aqui, nesta casa, de alertar, acabou por se reduzir a uma questão muito simples, que já irei explicar.

Conforme tivemos oportunidade aquando, com pompa e circunstância, da apresentação do PSD desta proposta, a mesma visava definir um conjunto de prazos médios de pagamento para toda a administração.

Conforme alertamos na altura, essa matéria já estava devidamente regulamentada a nível nacional pela aplicação da diretiva comunitária e aquilo

que era, no início, uma grande proposta resumiu-se àquilo que estamos aqui a discutir.

E para clarificar este debate, importa falar do que é que estamos efetivamente aqui a analisar. É apenas decidir se as médias e grandes empresas, repito, as médias e grandes empresas fornecedoras do Serviço Regional de Saúde devem ter o mesmo prazo de pagamento que têm no país e daquilo que é possibilitado no conjunto da Europa, ou se nos Açores o prazo de pagamento às médias e grandes empresas, que são essencialmente empresas nacionais, grandes empresas nacionais e multinacionais, devem beneficiar, nos Açores, de um prazo médio de pagamento superior àquele que beneficiam no resto do país e àquela que é possibilitada para o conjunto da Europa, incluindo os grandes países como a Alemanha, a Inglaterra, etc.

É apenas isto que está aqui em questão. É apenas decidir se nos Açores as médias e grandes empresas fornecedoras do Serviço de Saúde devem ter, nesta região arquipelágica, no meio do Atlântico, um prazo de pagamento mais reduzido daquele que é possibilitado no conjunto de todo o espaço europeu.

E sobre essa matéria nós achamos claramente que para as médias e grandes empresas do Serviço Regional de Saúde, que é o que está aqui em questão, o nosso prazo médio de pagamento deve ser o mesmo que é possibilitado à Alemanha, à França, à Inglaterra, à Itália e à Espanha, e aquele que o país adotou.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos debatendo uma proposta do PSD que pretende adaptar à Região Autónoma dos Açores uma norma da República relativamente ao pagamento a fornecedores.

Acolhemos com bons olhos esta proposta que mais não é do que expurgar do diploma da República a excecionalidade atribuída ao setor da saúde aos pagamentos em dívida.

O Decreto-Lei nº 62/2003, de 10 de maio, que agora pretende adaptar à região, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2011, do Parlamento Europeu, que estabelece as medidas contra atrasos de pagamentos nas transações comerciais.

Aquilo que tem sido debate aqui e que ainda nunca se percebeu claramente é que no nº 2 do artigo 5º, e vamos continuar a repetir isto até à exaustão, e parece que o Sr. Vice-presidente, numa atitude completamente autista, insiste que lá especifica algum detalhe em relação à dimensão das empresas credoras, só diz que deve ser feita uma exceção às empresas que prestem serviços na área da saúde. Não diz nada relativamente à dimensão dos credores. Mas eu não vou ser desagradável e pedir...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Já foi!

A Oradora: ... ao Sr. Vice-presidente para ler o nº 2 do 5º artigo, como o Sr. Vice-presidente tem o hábito de fazer em relação a outros deputados.

Eu assumo que o Sr. Presidente leu muito bem, considero-o uma pessoa inteligente e, portanto, imagino que isto não seja mais do que uma manobra de diversão muito típica do Sr. Vice-presidente.

Portanto, sabe perfeitamente que isto se refere apenas a empresas que trabalham...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver?

A Oradora: ... ou prestam serviços no setor da saúde.

E, já agora, como é voz corrente, toda a gente sabe, novamente pela voz do Sr. Vice-presidente do Governo, que a Região Autónoma dos Açores tem as suas contas públicas estabilizadas. E, portanto, consideramos que não faz qualquer sentido aplicar esta excecionalidade ao setor da saúde, no que se refere à Região Autónoma dos Açores. Portanto, em vez de pagar às empresas que prestem serviços de saúde na região, todas as empresas que sejam credoras de entidades públicas regionais devem receber as suas dívidas a 30 dias.

Da mesma forma, não vemos entraves para que a disposição transitória do Decreto-Lei nº 62/2013, que aplica igualmente ao setor da saúde, seja abolida na Região Autónoma dos Açores, e ao abolirmos a norma transitória, aquilo que dizemos é: após haver uma adaptação deste diploma à região, ele entraria automaticamente em vigor, independentemente, e aí sim, se são micro e médias empresas.

Aliás, para o Sr. Vice-presidente vir afirmar que estamos a falar apenas de médias e grandes empresas é porque já assumiu que vai aprovar a alteração proposta pelo Deputado Aníbal Pires, em que diz claramente que, sim, a alteração que ele propõe se passa a aplicar apenas às pequenas e micro empresas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o apêndice!

A Oradora: Mais. Todos nós sabemos que na região é necessário injetar dinheiro na nossa economia, e uma das formas de o fazer era o Governo Regional pagar aos seus fornecedores atempadamente e de forma honesta. E quando digo de forma honesta é sem usar subterfúgios...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se estique!

A Oradora: ... para tentar convencer os seus credores a fazerem um desconto na dívida, de forma a receberem, de forma mais célere, as dívidas que têm com o Governo Regional.

Esta atitude, para além de censurável, vai ter como consequência que as empresas fornecedoras das entidades públicas regionais desconfiem, e legitimamente, da seriedade e honestidade deste Governo e em última instância, para conseguirem fazer face aos tais descontos impostos, vão ter que inflacionar os preços.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um risco!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito a esta iniciativa do PSD, importa clarificar todas as fases do processo e que já foram de alguma forma aqui abordadas pelo Sr. Vice-presidente e que foram claramente confusas, com avanços e recuos por parte do maior partido da oposição.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Basta relembrar que, no plenário de abril, o Sr. Deputado Duarte Freitas anuncia, com pompa e circunstância, no âmbito de uma declaração política, uma iniciativa, para breve, do PSD, para transposição para o direito regional de uma diretiva comunitária.

Deputado Francisco César (PS): Lembram-se disso? É um bom momento!

O Orador: Como ficou provado no debate de então, já existia uma iniciativa do Governo da República nessa matéria, tendo dado entrada, na Assembleia Legislativa Regional, a 11 de março, portanto, um mês antes do plenário de abril, com parecer emitido pela Subcomissão de Economia, datado de 20 de março - registe-se, com a aprovação do PS, do PSD, do CDS-PP e PPM e apenas com a abstenção do Bloco de Esquerda.

Até aqui nada de novo, até porque o Decreto-Lei nº 62/2013 foi publicado a 10 de maio, estabelecendo as medidas contra os atrasos no pagamento nas transações comerciais.

Deputado António Marinho (PSD): Disse tudo agora!

O Orador: Está clarinho como água! Está clarinho como água! A vossa iniciativa é que estava escura.

Deputado António Marinho (PSD): Disse tudo!

O Orador: Esta proposta de...

Tudo, tudo! Mas deixe-me concluir.

... DLR apresentada pelo PSD aparece apenas a 17 de maio, portanto, sete dias depois da publicação da legislação nacional com aplicação na região. Desta vez, na proposta, já não se fala diretamente em transposição da diretiva para o direito regional,...

Deputado António Marinho (PSD): Leia o primeiro parágrafo!

Deputado Francisco César (PS): Por que será?

O Orador: ... resumindo-se ao estabelecimento de algumas regras especiais, nomeadamente da redução de um prazo expresso de 60 para 30 dias e da não aplicação da disposição transitória lá prevista.

Bom, uma grande alteração estratégica, uma cambalhota à retaguarda, como quiserem chamar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas como se isso não bastasse, e mantendo a mesma postura inconsistente, no dia 18 de maio, o PSD, portanto, a seguir à publicação e a seguir à apresentação da proposta de DLR, na sua página oficial (está aqui,...

(Neste momento, o Deputado Miguel Costa mostra o documento à câmara)

... posso ler, se quiserem), continua a insistir em ser uma iniciativa legislativa para transpor para o direito regional o que já foi transposto a 10 de maio.

Deputado Francisco César (PS): Que grande confusão!

O Orador: Que grande confusão!

Em que é que ficamos, Srs. Deputados? Ou é uma grande confusão ou uma tentativa de iludir os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS) e Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas agora no que diz respeito realmente a esta iniciativa apresentada, sem perder mais tempo nesta posição, uma posição confusa...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é que está a perder tempo!

O Orador: ... e inconsistente do PSD...

Custa ouvir a verdade! Custa ouvir a verdade!

Interessa clarificar...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores fazem propostas destas! O que é que querem?

O Orador: Sr. Deputado, interessa clarificar que o legislador nacional basicamente limitou-se a aplicar a diretiva comunitária e que tem, obviamente, aplicabilidade na região.

Não foi por acaso que o legislador contemplou prazos diferenciados para o setor da saúde, nomeadamente para as entidades públicas que prestam cuidados de saúde, por reconhecer que existem especiais preocupações e dificuldades neste setor...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Viva o Governo da República!

Deputado Francisco César (PS): Da Europa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É da Europa! Grande Passos Coelho!

O Orador: ... em praticamente todos os Estados-Membros, e nos Açores sempre foi assumida essa dificuldade, mas sempre trabalhando na procura de um equilíbrio entre as necessidades individuais dos doentes, que aumentam infelizmente de dia para dia, e os recursos financeiros disponíveis.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nunca tinha ouvido um elogio ao Governo da República dessa bancada! Sim, senhor!

O Orador: Foi nesse sentido – e repito –, foi nesse sentido que o legislador consagrou um prazo mais dilatado, até aos 60 dias, para pagamento pelas entidades públicas que prestam cuidados de saúde. Acrescentou ainda uma norma transitória onde ficou expresso que até 31 de dezembro de 2015 os prazos previstos no diploma em questão não seriam aplicados a essas entidades públicas que fazem parte do Serviço Nacional de Saúde, entenda-se, extensivamente ao Serviço Regional de Saúde, salvo quando o credor for uma micro ou pequena empresa, e que são a maioria das empresas regionais, portanto, fora deste regime transitório.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A questão que importa levantar é porque é que haveríamos de ter na região um regime diferente e mais exigente do que o resto do país e dos Estados-Membros?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, a exceção dos 60 dias é criada pela especial preocupação que existe em quase todos os Estados-Membros e não uma exceção nacional, como o PSD, como o CDS e como o PCP acabaram de referir.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está a dizer mentiras! Sabe disso, não sabe?

O Orador: Prove-me isso!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor sabe isso, não sabe?

O Orador: E, por isso, não é uma exceção nacional no que respeita aos atrasos de pagamentos.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor vai ter que provar!

O Orador: Não! Provo!

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, obviamente, não poderá votar a favor de uma proposta que não faz qualquer sentido e que não traz nada de novo. E melhor! Em última instância, apenas beneficiará as médias e grandes empresas, que são as grandes nacionais e multinacionais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é falso! Completamente falso!

O Orador: Portanto, finalizando, eu queria deixar só aqui uma ressalva, finalizando, porque ressalta desta iniciativa do PSD a normal e constante ausência da referência à dívida do Governo da República nesta matéria. Pena que não tenham previsto um prazo para o Governo, neste caso seria de 60 dias por ser na área da saúde, para o vosso Governo da República...

Deputado Luís Maurício (PSD): E a dívida do Serviço Regional de Saúde, não há?

O Orador: ... para pagar o que deve ao Serviço Regional de Saúde. Isso sim! Isso é que é lamentável e trazia-nos grande saúde à saúde nos Açores. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E uma proposta de alteração?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tanto trabalhinho que o senhor teve e não é capaz de fazer uma proposta de alteração!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou só dizer uma coisa ao Sr. Deputado Miguel Costa, vou só dizer-lhe uma questão.

O senhor disse tudo quando disse que o diploma foi publicado a 10 de maio, o 62/2013, até porque desmentiu uma coisa que o Sr. Vice-presidente tinha dito, que quando nós fizemos aqui uma declaração política, em abril, 16 de abril mais precisamente, que já estava, que já existia a transposição da diretiva.

Deputado Francisco César (PS): Estava em discussão!

O Orador: Não existia. É mentira! Apareceu no dia 10 de maio. Disse tudo, disse claramente...

Deputado Miguel Costa (PS): A Comissão já deu parecer!

O Orador: Não estava nada! Não estava nada, até porque não foi a mesma que veio aqui.

Sabe uma coisa que eu lhe vou dizer, Sr. Deputado Miguel Costa?

Deputado Miguel Costa (PS): O diploma já deu entrada!

O Orador: Convém-lhe assistir mais às Comissões de Economia, porque está aí com falhas de informação que decorrem da sua não comparência...

Deputado Miguel Costa (PS): Diga quais!

Deputado Berto Messias (PS): Não seja deselegante!

O Orador: ... nas Comissões de Economia.

Deputado Miguel Costa (PS): Diga quais!

O Orador: Passemos à questão fundamental.

Pompa e circunstância! Foi referido pelo Sr. Vice-presidente do Governo que o PSD-Açores apresentou com pompa e circunstância. Oh, Sr. Vice-presidente do

Governo, devemos estar, provavelmente deve estar com o espelho à sua frente,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque quem normalmente apresenta com pompa e circunstância aquilo que é importante e aquilo que não é importante, normalmente isso é um atributo muito próprio do Governo Regional e designadamente da parte do Sr. Vice-presidente do Governo.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Obrigado! Não precisava de se preocupar com tantos elogios!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não diga que apresentámos com pompa e circunstância, apresentámos *tout court*, só isso. Diga isso, não diga com pompa e circunstância, porque essa é uma característica sua que, da nossa parte, vou dizer-lhe uma coisa, é quase que impossível atingir a forma como normalmente divulga e propagandeia aquilo que faz.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, não diga isso!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu sei!

O Orador: Quanto à questão das médias e grandes empresas, temos que nos recordar...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está muito simpático, Sr. Deputado!

O Orador: ... daquilo que se passou em comissão da travagem que o Sr. Vice-presidente fez a meio da discussão deste diploma.

Primeiro, e como disse, e muito bem, a Sra. Deputada Graça Silveira, passou toda a comissão a falar na alteração, na disposição transitória do artigo 12º. Ao nº 2...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... do artigo 5º nunca se referiu, nunca sequer se referiu. Foi insistentemente instado a se pronunciar sobre o nº 2 do artigo 5º e passou toda a comissão, toda a audição concentrando tudo no artigo 12º. Concentrando no artigo 12º para utilizar a argumentação que, aliás, foi aqui utilizada, de que isto

não se destina a empresas açorianas. São todas as empresas açorianas fornecedoras do setor da saúde, são micro ou pequenas empresas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: E quando foi questionado, e foi pedido ao Presidente da Comissão, “Então que venha para cá uma listagem de todos os fornecedores da área da saúde”, contou com a respetiva classificação de micro, pequena, média ou grande empresa. Aí meteu travões afundo e disse: “Não!”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas tinha ABS?

O Orador: Não são todas. São essencialmente fora da região.

Então, se são essencialmente fora da região, primeira quebra, primeiro ponto fraco. É sinal que algumas são dentro da região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando se diz essencialmente!

Então, quer ajudar também essas empresas açorianas ou não quer?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, o senhor é vítima (há bocado era de pompa e circunstância) dos triunfalismos que muitas vezes exhibe. É vítima de estar permanentemente a considerar-se impoluto na gestão das finanças regionais, que o senhor é o mago das finanças, é o mago das finanças públicas, que é o exemplo para toda a gente.

Agora, obviamente que isso limita então a dizer: Não, os Açores têm dificuldades nesse domínio e por isso há que aproveitar, no caso do setor da saúde, pagar a 60 dias.

Se está em boas condições, se respira saúde por todos os poros, saúde financeira por todos os poros, naturalmente que aquilo que melhor faz é ser positivo para as empresas e pagar a 30 dias.

Portanto, aquilo que o senhor há bocado aqui referiu e que iniciou dizendo, “Aquilo que aqui se está a discutir”, oh, Sr. Vice-presidente, aquilo que aqui se está a discutir é tão simples quanto isso: quer pagar ou não quer pagar a 30 dias a todas as empresas, porque a região goza de boa saúde financeira? Se quer, presta um bom serviço, de acordo com o que diz, de acordo com o que refere o

parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, aprove uma iniciativa que é positiva para as empresas do ponto de vista das empresas. Eles é que sabem, não somos nós.

Segunda questão. Querem ou não querem aprovar uma iniciativa que se vai traduzir, em última instância, do ponto de vista de fornecimento na área da saúde, que não sejam penalizados os açorianos, quer na rapidez de resposta que é exigível em termos de prestação de cuidados de saúde, quer também na qualidade, na forma como esses cuidados de saúde são prestados? Quer ou não quer responder positivamente aos empresários e responder aos açorianos na melhoria, na rapidez da prestação de cuidados de saúde? Se quer, reduza para 30 dias.

Esta iniciativa faz uma coisa tão simples quanto esta: só se paga a 30 dias independentemente do setor. As empresas acham que é bom. Agora, pela voz do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, já foi referido que vão votar contra. Naturalmente, alguém vos vai julgar.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Têm julgado! Têm julgado!

O Orador: E naturalmente que estão a prestar um mau serviço às empresas, estão a prestar um mau serviço aos açorianos, designadamente em termos da qualidade dos seus cuidados de saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pergunte aí na sua bancada o julgamento que tem sido feito. Nem precisa olhar muito à volta!

Deputado Berto Messias (PS): Democraticamente!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Temos na sua bancada vários exemplos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, mais do que participar nas comissões é saber o que se diz nas comissões. E o senhor, na Comissão de Economia, diz a seguinte frase:...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... “Mas o PSD entendeu que todos os setores deveriam ficar sujeitos a um prazo de 30 dias, como na diretiva”.

Deputado António Marinho (PSD): Acabei de dizer agora!

O Orador: O senhor leu a diretiva?

Deputado António Marinho (PSD): Sim.

O Orador: Presumo que sim.

O senhor leia o considerando 25 da diretiva.

Deputado António Marinho (PSD): Eu sei qual é!

O Orador: “O motivo especial de preocupação no que respeita aos atrasos de pagamento é a situação de serviços de saúde num grande número de Estados-Membros.”

Deputado António Marinho (PSD): Num grande número!

O Orador: A população envelhece, as expetativas aumentam, a medicina progride.

“A necessidade de estabelecer prioridades entre os cuidados de saúde, a fim de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades individuais dos doentes e os recursos financeiros disponíveis, os Estados-Membros deverão, por isso [Estados-Membros, não é a região, não é a República, os Estados-Membros], poder conferir às entidades públicas...”

Deputado António Marinho (PSD): “Poder”!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): “Poder”! Se achar necessário!

O Orador: Deixem-me ler, se faz favor! Ficam sempre, sempre por meias palavras! A meia verdade é muito complicada!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a meia mentira ainda é pior!

O Orador: Antes manter na ignorância! Antes manter-se na ignorância!

A meia verdade é muito complicada! Veja! Veja! Perceba!

“... que prestam cuidados de saúde uma certa margem de flexibilidade no cumprimento das suas obrigações. Para esse efeito, os Estados-Membros deverão poder prorrogar, sob determinadas condições, o prazo de pagamento até ao máximo de 60 dias de calendário.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a vírgula que o senhor não entendeu aí?

O Orador: Portanto, há aqui um critério claro.

(Burburinho geral)

O Orador: Portanto, é a própria diretiva, e não como o senhor diz, uma exceção da República. É a própria diretiva. Por que será que nos Açores haveria de ser diferente?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Porque é uma região rica, com contas públicas estabilizadas!

O Orador: Mas porquê nos Açores diferente?

Eu acho que com isto está tudo dito, Sr. Deputado. Não tenho mais nada a acrescentar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Baixe o IVA!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É muito rápido.

O Sr. Deputado Miguel Costa, e muito bem, acabou de dizer tudo e resumir esta proposta.

O que o PSD-Açores vem propor é que, na região, para as médias e grandes empresas fornecedoras do serviço de saúde, o prazo de pagamento seja inferior àquele que é possibilitado ser na Alemanha,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É vender as nossas empresas às multinacionais estrangeiras!

O Orador: ... na Inglaterra, na França e em todos os países da Europa. Ou seja, ou a proposta do PSD é uma total irresponsabilidade, ou a análise que o PSD faz da realidade da região é que se a região, se for responsável, estaria com a sua situação melhor do que a Alemanha, melhor do que a Inglaterra,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quer comparar as nossas empresas com as empresas alemãs?

O Orador: ... melhor do que a França.

E eu respondo-lhe, Sr. Deputado: nós gostaríamos, mas não estamos.

O que nós nos orgulhamos de poder assumir é que assumimos a aplicação, nos Açores, desta diretiva nos mesmos termos que a Alemanha o faz, que a França o faz, que a Inglaterra o faz, e que qualquer país da Europa o pode fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o prazo de pagamento?

O Orador: É este o máximo a que nós nos podemos comprometer: é cumprir nos Açores aquilo que os países mais ricos e mais poderosos da Europa também podem fazer.

Não nos peçam, ou então têm uma avaliação muito mais positiva da região do que nós próprios temos, que a gente, que nos Açores tenhamos regras ainda mais vantajosas do que aquelas que os países mais poderosos e mais ricos da Europa podem ter. Não podemos fazer isso. Dizer isso é pura demagogia,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou tentar enganar os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): O PSD está reduzido ao partido do *sound bite*! É uma coisa lamentável!

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-presidente do Governo - não sei quanto tempo é que durou a audição em comissão, vamos supor que foi uma hora, vamos supor que estamos aqui também (não dou conta do tempo) há meia hora - há uma hora e meia que está a falar sobre uma iniciativa legislativa em que o artigo 3º tem dois números e o senhor teima em referir exclusivamente o nº 2 do artigo 3º e esquece-se que não existe nº1 do artigo 3º. Mas nós vamos lembrar, aqui, e pedíamos claramente que se referisse relativamente a esta matéria.

Deputado Miguel Costa (PS): É o que está na diretiva! Leia a diretiva!

O Orador: Número 2 do artigo 5º, que o PSD-Açores propõe que não se aplique na região.

“Os prazos definidos na alínea a) do número anterior [os prazos de 30 dias] não podem exceder 60 dias para as entidades públicas que prestem cuidados de saúde e estejam devidamente reconhecidas como tal.” Onde é que o senhor está a ver aqui as médias e as grandes? Onde é que o senhor está aqui a ver as médias e as grandes? E mesmo nessas médias e grandes tem empresas açorianas.

Deputado Berto Messias (PS): Oh, senhor! Meta um requerimento e retire a proposta!

O Orador: Segunda questão que foi referida por parte do Sr. Vice-presidente.

O chavão “na Alemanha”, já não sei que países é que disse mais, “na França”, etc., o senhor garante-me qual é que é o prazo que existe na Alemanha? Eu pergunto-lhe qual é a garantia, a si, como ao Sr. Deputado Miguel Costa.

Os senhores inventam e andam para aqui a atirar com esses países.

Gostaria que me afirmasse claramente se a Alemanha ou esses países todos têm o prazo de 60 dias.

Terceira e última questão neste momento, antes de fazer uma pequena declaração, em termos finais, porque já se viu...

Deputado Berto Messias (PS): Já se viu!

O Orador: ... a postura do Partido Socialista neste domínio.

Relativamente ao Sr. Deputado Miguel Costa. O senhor atira uma arma e dá um tiro contra si próprio.

Deputado José San-Bento (PS): Não me parece!

O Orador: O senhor lê a diretiva, se calhar leu-a tarde de mais,...

Deputado Miguel Costa (PS): Li hoje de manhã!

O Orador: ... mas lê a diretiva e depois faz aqui um fogacho a dizer: "... pode conferir...". Pode!

Deputado Miguel Costa (PS): Pode?

O Orador: Ah! Pois é que a questão está aí!

Deputado Miguel Costa (PS): Poder não é?

O Orador: Não! Não! Poder não é! Poder é pode, pode em quê? Quando as circunstâncias assim o aconselharem.

Quem diz que tem as finanças regionais todas luminosas e todas polidas, não tem necessidade...

Deputado Miguel Costa (PS): É a Alemanha!

O Orador: ... de recorrer a esta possibilidade da lei.

Portanto, o senhor atira um tiro, mas de repente a arma volta-se e o senhor dá um tiro em si próprio. É pena.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não percebe as propostas que faz! O senhor devia era retirar esta proposta!

Deputado António Marinho (PSD): Já percebi muita coisa!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia era retirar a sua proposta!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não estava naturalmente para intervir neste debate, Sr. Deputado Berto Messias, mas,...

(Burburinho geral)

O Orador: ... e Sr. Vice-presidente, não posso deixar de fazer aqui uma referência muito breve àquelas que são...

Os senhores estão aí muito alterados com a Alemanha, com a Suécia, e com a Suíça e com...

Deputado José San-Bento (PS): Suíça, ninguém falou!

O Orador: ... esses países todos do primeiro mundo, que pagam.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Suíça não!

O Orador: De algum modo, quem afrontou todos estes países foi quem andou, até ontem, a dizer que pagava a 29 dias.

Quem disse que a Região Autónoma dos Açores pagava a 29 dias?

Deputado Francisco César (PS): Foi Governo da República!

O Orador: Então, se paga a 29 dias, não custa nada,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pagar a 30!

O Orador: E quem é que se gabava de a região pagar a 29 dias?

São questões muito interessantes para responder. E, portanto, se pagava a 29 dias, não lhes custa pagar a 30,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Mas responda às perguntas que está a fazer! Eu sei que o senhor sabe as respostas!

O Orador: ... que ainda tem mais um dia.

E mais! Mas tem mais! É que na Alemanha, certamente, não se paga a 210 dias às empresas que fornecem serviços de saúde e que fornecem material de saúde. Não se paga a 210 dias, como se paga na Região Autónoma dos Açores. Duzentos e dez dias! É o prazo médio de pagamento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Médio!

O Orador: ... da Região Autónoma dos Açores para quem fornece saúde. E, portanto, 29 dias? Até tem tolerância de um dia! Podem pagar a 30! Eu acho que a proposta até devia ser de 25 dias,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A diretiva não dá jeito!

O Orador: ... que era para tirar um diazinho, porque não vale a pena dizermos que temos, que contribuímos com 0,0000000000,01 para o défice do país e depois dizer que não podemos pagar a 30 dias a quem paga 10% e 12% de juros, que é o que estão a pagar as empresas para financiarem o Governo Regional,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e ainda por cima levam com um desconto obrigatório, “impositório” e imposto se quiserem receber o dinheiro que é seu por direito. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-presidente.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado, eu não sei como é que na Alemanha se faz, o que eu sei é o que é que esta diretiva comunitária possibilita e regulamenta para a Alemanha. Eu sei o que é que a Alemanha, em termos de legislação, tem como padrão de pagamento, e o que eu sei é que os Açores devem ter, na minha opinião e na opinião do Governo, exatamente as mesmas regras de pagamento que tem a Alemanha.

Agora, Sr. Deputado, também tenho a certeza de uma coisa. O Governo Federal Alemão não demora 5 anos a pagar...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... aos serviços de saúde das suas regiões a dívida que tem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só tenho que lhe agradecer a simpatia de confirmar os meus argumentos!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da câmara)

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação do diploma.

(Pausa)

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 20 votos a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do PPM; 1 abstenção do BE; e 1 do PCP.

Presidente: Tendo sido rejeitado este projeto de Decreto Legislativo Regional, vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 10: **Projeto de Resolução n.º 39/X – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha dos Açores, bem como reforce os apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Alertava as Sras. e os Srs. Deputados para que foi distribuída por todos uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução. É sobre ela que se incidirá o debate e também é esta proposta de substituição que será votada.

Para apresentação do Projeto de Resolução, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Sras. Membros do Governo:

Eu não vou fazer uma longa e pormenorizada apresentação deste Projeto de Resolução, até porque tive oportunidade de o fazer no dia 20 de junho de 2013, utilizando uma figura regimental que permite às representações e grupos parlamentares apresentarem, em momento próprio, as suas iniciativas. Vou apenas, em traços muito gerais, referir aquilo que considero que tem subjacente, a importância que tem subjacente esta proposta.

Por um lado, esta iniciativa do PCP corresponde ao cumprimento de um princípio do programa eleitoral da CDU para esta legislatura em que consideramos que é na terra e no mar que está o essencial de um projeto de desenvolvimento sustentável para a Região Autónoma dos Açores. E nessa perspetiva, e avaliando os sucessos de algumas iniciativas, designadamente nesta área da paisagem da vinha e do vinho, da importância que a atividade

vinícola tem na ilha do Pico, não só por ter uma grande área de paisagem protegida, mas também por ter um conjunto de apoios específicos, e o resultado positivo que daí se obteve, e tendo ainda...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os maroiços!

O Orador: ... conhecimento de que na região, na generalidade das nossas ilhas, a cultura da vinha tem importância, designadamente lembrando aqui o exemplo da Graciosa, mas não só, com certeza a Terceira, em S. Miguel também, em Santa Maria também, temos um conjunto de currais ou curraletas, como se costuma designar, e que estão ao abandono nessas ilhas...

É um património que em termos paisagísticos é muito importante e que importa preservar. Mas importa preservar, não só pela preservação em si mesmo, mas sobretudo procurando revitalizar a produção de vinha e de vinho nessas zonas da nossa região.

Na altura, e quando fiz a apresentação desta iniciativa do PCP, terminava dizendo da disponibilidade da Representação Parlamentar do PCP de acolher propostas vindas ou não de outras forças políticas para melhorar esta proposta.

Na sequência dos trabalhos da comissão, ouvimos, para além do membro do Governo, também a CVR, e aquilo que percebemos era que devíamos direcionar, de alguma forma, a nossa iniciativa, porque não estava direcionada, estava muito global para algumas zonas da nossa região. Daí termos feito uma alteração e o projeto de resolução foi substituído, mas se as Sras. e os Srs. Deputados puderem e quiserem verificar, apenas no ponto 1 da parte resolutiva em que, não deixando de continuar a abranger, direcionamos a nossa iniciativa para as zonas de paisagem protegida e para as reservas da biosfera, garantindo que, por exemplo, a baía da Maia e de São Lourenço, em Santa Maria, se enquadram nisto, ou que aquela vasta zona de currais de vinha na Graciosa ali ficam incluídas, mas não só, também outras com importância significativa.

Julgo que esta visão não é apenas uma visão parcial, parcelar, antes pelo contrário, ela procura preservar um património que é nosso, valorizando a nossa paisagem humanizada, mas também ligando esta iniciativa ao aumento da produção vinícola na região, designadamente em outras ilhas para além do Pico

e da Terceira, e, por outro lado, tendo em consideração que há um segmento do turismo que pode ser acolhido e pode ser atraído para a região por esta via também. Porque temos aqui uma paisagem única, temos vinhos de elevada qualidade e sabemos que há muitos turistas que procuram os roteiros gastronómicos e os roteiros enológicos. As rotas de vinho estão, digamos, na moda,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É muita sapiência na área do vinho!

O Orador: ... e, portanto, aquilo que se pretende não é apenas a preservação pela preservação, mas ligar esta questão à produção e também ao setor do turismo.

Portanto, é, digamos, uma visão que na nossa opinião está integrada e espero que a câmara venha a acolher esta iniciativa do PCP, não só favoravelmente, mas até de forma unanime.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado Cláudio Lopes. Tem a palavra.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e em nome desta bancada, gostava de começar por referir que esta iniciativa do PCP é para nós uma iniciativa com interesse, é pertinente e é muito oportuna.

A propósito dela, gostava de referir que, no que concerne ao setor vitivinícola regional, muito foi feito de bom nas últimas duas décadas em particular, mas há sempre, porém, necessidade de mais iniciativas, de maior criatividade e de maior dinamismo para um setor que tem um potencial incontornável, na nossa região.

A propósito desta iniciativa, eu gostava também de recordar o quanto de importante foi feito, sobretudo na ilha do Pico, nas últimas décadas, e considerar que aquilo que foi feito na ilha do Pico poderá ser, de algum modo, extensível a outras ilhas da região onde o setor vitivinícola tem tradição e tem potencial intrínseco para se desenvolver e para poder dar um contributo muito positivo à economia açoriana e à economia de algumas ilhas dos Açores em particular.

Gostava também de recordar neste momento que historicamente este setor tem tradição em quase todas as ilhas dos Açores, à exceção das Flores e do Corvo, e que constituiu, durante muitos anos, séculos até, fonte de riqueza e de rendimento de muitas famílias.

Ele foi muito importante mesmo em praticamente oito ilhas dos Açores até ao final da primeira metade do século XIX. Por ocasião da transição da década de 50, há aqui um problema que ameaçou seriamente este setor que foi a crise do oídio e, poucos anos mais tarde, da filoxera, que quase dizimaram as vinhas da região. Entrou-se num novo ciclo, após este desastre relativo a estes dois problemas, em que se passou a ter um setor vitivinícola baseado em vinhos de fraca qualidade, nomeadamente o vinho de cheiro.

Só nos finais da década de 80 é que se inicia um processo de reestruturação do setor vitivinícola regional, que passa por estudos de adaptação de novas castas e de adaptação dessas castas para vinho de mesa, mas também uma outra linha de trabalho, que teve a ver com a recuperação das castas tradicionais dos vinhos de qualidade, que foram o Verdelho, o Arinto e o Terrantês.

Com estas duas linhas de trabalho conseguiram-se, ao longo dos anos, e fruto dos bons programas de incentivo à recuperação do setor vitivinícola e à reconversão das castas, conquistar novos vinhos e recuperar um pouco deste mercado tradicional que os Açores tinham e que tem dado bons frutos, especialmente na ilha do Pico, mas também contribuindo para o setor primário regional.

Paralelamente a isto, acho que houve não só um esforço meritório dos privados, mas também houve um trabalho muito atento da parte oficial, portanto, dos

serviços oficiais de agricultura, na medida em que procuraram, paralelamente a este dinamismo dos privados, dar um suporte técnico e legal ao desenvolvimento adequado do setor. E refiro-me propriamente a quando se criaram as regiões demarcadas do Pico, da Graciosa e da Terceira, nomeadamente nos Biscoitos, quando se promoveu a criação da Comissão Vitivinícola Regional, quando se apresentou a candidatura da paisagem cultural da cultura da vinha da ilha do Pico como Património da UNESCO, que, aliás, veio a ser classificada como tal, e também, e mais recentemente, com a construção do Laboratório da Enologia, sedado na ilha do Pico, que é também uma estrutura fundamental e importante de suporte a todo este setor de atividade agrícola.

Há, portanto, aqui um trabalho meritório ao nível oficial e ao nível particular que foi feito, que merece ser registado de forma elogiosa e que acreditamos que pode ser desenvolvido e extensível a outras ilhas dos Açores, como disse, nomeadamente à Terceira, à Graciosa, mas também a Santa Maria, a S. Jorge e também, em certa medida, a S. Miguel.

Esta importante tarefa que temos todos pela frente pode constituir, na verdade, novas oportunidades de trabalho, nova fonte de emprego e de rendimento das famílias, o que nos tempos que correm é de crucial importância. Pode também criar, tanto quanto for a nossa criatividade e imaginação e dinamismo, novos negócios até.

A importância da recuperação deste setor de atividade agrícola é, desde logo, importante na economia e para a economia, mas também tem a sua importância ambiental, cultural e turística, como aqui foi sublinhado, e faz parte, digamos, do preâmbulo da própria iniciativa do PCP.

Partilhamos, portanto, destas premissas apresentadas nesta iniciativa. Consideramos que é importante, neste momento, fazer-se um diagnóstico aprofundado do potencial do setor vitivinícola na região para melhorarmos também um pouco a nossa economia e a estabilidade económico-financeira das nossas famílias.

Como também foi afirmado pelo Deputado Aníbal Pires, o enoturismo é hoje uma atividade turística com um crescente interesse no mundo e também aqui, nas ilhas dos Açores, nós podemos desfrutar um pouco desse potencial e dessa tradição que tínhamos neste setor.

Agora, há, na verdade, aqui uma ressalva que eu gostava de fazer, e aproveitando este momento, e uma vez que estou na presença do Sr. Secretário do Desenvolvimento Agrário, é de que há um trabalho urgente e premente a fazer neste setor para que ele ganhe uma nova força de trabalho e seja sustentável investir e trabalhar nele. Tem a ver muito com o que se está a passar recentemente nos vinhedos, e em particular na zona de maior produção de vinho, que é na ilha do Pico, e tem a ver com a sanidade de material vegetativo.

Este setor, nas últimas três campanhas, tem tido decréscimos muito acentuados da quantidade das produções das uvas e conseqüentemente dos vinhos produzidos. Isto coloca, desde logo, uma ameaça naquilo que estava a ser um trabalho interessante que é a regularidade dos mercados e, portanto, a consolidação das marcas. Isso é importante que seja salvaguardado, e estas últimas três produções, as últimas três campanhas vitivinícolas foram um bocadinho más em termos de quantitativos e qualitativos e, portanto, há aqui uma correlação direta não só com o clima que tem afetado estas produções, mas também com doenças do lenho, da videira, que têm surgido nos últimos anos e que urge fazer um trabalho, ao nível da sanidade vegetal, muito sério e tecnicamente bem desenvolvido.

Portanto, aproveitamos para recomendar aqui ao Governo Regional que invista um pouco mais na componente da experimentação agrícola neste setor, na vulgarização também desses trabalhos e divulgação deles junto dos técnicos e junto dos privados e dos agentes relacionados com o setor e que se aposte bastante mais também na formação e na modernização tecnológica e material daquilo que são as estruturas privadas e públicas também.

Deixada aqui esta recomendação, gostava de encerrar esta minha intervenção elogiando, uma vez mais, esta iniciativa, dizendo e reafirmando que ela é de todo o interesse, é pertinente e o PSD vai dar o seu voto favorável a ela,

naturalmente, esperando que o Governo Regional faça bom uso dela em prol do bom desenvolvimento da economia açoriana.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Cláudio Lopes referiu, mas eu não podia deixar, enquanto autor da proposta, de referir, de facto, o Laboratório Regional de Enologia, porque o conheço e conheço o excelente trabalho que tem sido feito, ou que está a ser feito pelo Laboratório Regional, designadamente no acompanhamento da produção do vinho. E isso tem sido um garante não só do aumento da produção, mas sobretudo também do aumento da qualidade do vinho.

E, de facto, o trabalho do Laboratório Regional de Enologia é um trabalho excelente e eu há pouco não o referi, mas enquanto autor desta proposta não o poderia deixar de referir, porque o considero excelente e que, aliás, também foi uma fonte de inspiração para este projeto de resolução.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo: Muito embora nos Açores ao longo da sua história a pluralidade de cultivos tenha sido uma realidade, assistiu-se a ciclos bem definidos de algumas culturas que, por ultrapassarem as necessidades dos locais, engrossaram as exportações. Devido às diversas crises provocadas pelo colapso de algumas culturas, os Açorianos, habituados aos ditames da natureza, especializaram-se em determinadas culturas, aquelas que, no fundo, se adaptassem melhor às condições de cada uma das ilhas ou de cada um dos lugares.

Nos *lajidos* do Pico, nos *biscoitos* da Terceira, no chão de pedras negras da Graciosa, nas escarpas de Santa Maria e da Caloura ou nas fajãs de S. Jorge, os

Açorianos encontraram nesgas de terra capazes de dar forma às videiras que produziam bons vinhos.

Os currais de vinha representam o saber dos nossos antepassados que, utilizando os materiais existentes, transformaram pedra improdutivo, plantando vinha e protegendo-a dos ventos com muros quadriculados que enriqueceram a nossa paisagem.

As pedras de basalto que rodeiam as videiras, para além da sua função protetora, são hoje uma componente da paisagem de muitas ilhas e representam também um marco histórico e as tradições de todo um povo.

A Representação Parlamentar do PCP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas?

O Orador: ... traz, hoje, a este Plenário um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que desenvolva os estudos técnicos necessários com vista à criação de um sistema de proteção e incentivo à reutilização produtiva das zonas de currais de vinha, recomendando também um reforço nos apoios à criação de atividades turísticas relacionadas com a produção de vinho e com a paisagem da vinha.

Esta proposta alarga para outras ilhas, digamos assim, os benefícios para os viticultores e a dinâmica implementada aquando da criação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, como já foi aqui referido, que pode considerado um caso de sucesso.

Neste programa, destinado a uma área específica da ilha montanha, passou-se de uma área de 40 hectares apoiada com 93 mil euros, em 2005, para uma área de 150 hectares com uma verba inscrita de 250 mil euros e já com um reforço de 100 mil euros devido ao grande número de candidaturas no ano de 2013.

O Partido Socialista reconhece mérito nesta proposta da Representação Parlamentar do PCP, porque replica - para ilhas como a Graciosa e Santa Maria, e para algumas zonas de S. Miguel, Terceira e S. Jorge - uma boa ideia, que poderá contribuir para o aumento da produção de vinho, que nalgumas destas ilhas tinha um importante impacto na sua economia, e para a recuperação de

uma paisagem construída pelos nossos antepassados que se encontra depauperada, em muitos casos.

O Partido Socialista também concorda com a ligação que é feita com uma terceira vertente patente na proposta: o turismo.

É reconhecido que o turismo se assume como um sector importante na economia da Região e que o caminho a seguir, nalgumas ilhas, passa pela fidelização de nichos de mercado devidamente identificados, que contribuam para a sua sustentabilidade. A enologia e a paisagem da vinha podem dar um contributo importante para este desiderato.

Numa última análise, mas não menos importante, é justo referir que o emprego também está explícito nesta proposta.

Por estas razões, o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta do PCP.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria começar esta intervenção por reafirmar aquilo que foi dito pelo nosso colega Deputado Cláudio, que eu conheço desde o tempo em que ele era o Sr. Eng.º Cláudio, porque, de facto, nos finais dos anos 80, como ele referiu, foi o responsável pela reconversão da vinha do Pico.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não deixou de ser o Sr. Eng.º Cláudio!

A Oradora: E, de facto, muitas coisas boas foram feitas ao nível...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foram feitas onde?

A Oradora: ... do setor vitivinícola na região, porque começamos de um nível onde pouco havia (só tínhamos as castas americanas e o chamado vinho de cheiro), mas o Sr. Deputado Cláudio vai ter que concordar comigo de que foram desperdiçadas muitas oportunidades e muitos recursos.

Nós sabemos que na altura, e especialmente quando foi aprovada a candidatura à paisagem da vinha do Pico, veio para a região uma tranche enorme para

manutenção da vinha e das curraletas. Foram dados, num espaço de tempo curtíssimo, imensos subsídios, de uma forma completamente atabalhoada, aos hectares. Eu sei, e faço essa ressalva, que o atual Secretário Regional da Agricultura está sensível...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): É uma pessoa muito sensível!

A Oradora: ... a que os investimentos devam ser feitos à produção e não ao hectare, e uma das provas disso é que dos 150 hectares que se quis repovoar com vinha, neste momento, apenas 110 hectares é que têm vinha produtiva, portanto, aquilo que o povo diz “muita parra e pouca uva”.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Está a confundir dois conceitos!

A Oradora: Portanto, temos efetivamente a manutenção da paisagem da vinha, temos as curraletas intatas, temos vinha, mas não temos vinha produtiva.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: E também deve-se saber que há projetos para alargar a 100 hectares e outro dos problemas que temos atualmente é que não temos material vegetativo para esses 100 hectares. É ou não é verdade?

E, portanto, deveria ter sido feito um trabalho de classificação genética para salvaguarda desse património genético, como de resto se fez há relativamente pouco tempo em S. Miguel com o Terrantês, e para isso foi preciso uma empresa estrangeira vir à região perceber que das três castas a mais nobre era o Terrantês, pega no Terrantês, leva para S. Miguel e faz um vinho de excelente qualidade. O Pico seria, por excelência, o local onde todas estas coisas poderiam ter acontecido e que não aconteceram.

Mas, Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Diga, diga!

A Oradora: ... não vou carregar na mochila.

(Risos das bancadas)

Se o Sr. Deputado Aníbal Pires me permitir contar-lhe uma história...

(Burburinho)

A Oradora: ... que vai deixar muito claro o quão pertinente eu acho que é a sua proposta e (mais!) o quão perigoso eu acho que é propor ao Governo Regional fazer estudos desta natureza.

Estávamos em 2004,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouve!

A Oradora: ... eu acabada de chegar à região, cheia de ideias e de vontade de contribuir para o desenvolvimento da região, muito em particular na área vitivinícola, que era a minha formação de base e na qual tinha feito o doutoramento,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprende!

A Oradora: ... e propus à região um projeto onde, pasme-se, aquilo que se propunha era exatamente fazer uma caracterização genética de todas as castas tradicionais – Arinto, Verdelho e Terrantês – até porque...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprende!

A Oradora: ... há imensas castas que a gente diz “O Verdelho do Pico”, e depois é igual ao Verdelho, ao Arinto de S. Jorge, e por aí fora, e em que se tinha feito a preservação e propagação de material vegetativo, que hoje teríamos disponível e poderíamos utilizar para fazer um isolamento e caracterização das leveduras de vinificação, que são altamente resistentes ao etanol (como sabemos, o licoroso vai até aos 19 graus e isto é uma particularidade muito peculiar das nossas leveduras) e, por último,...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Rendeiro)

A Oradora: Pode ser, pode ser. É muito possível.

... para se recuperar a tecnologia tradicional de produção do vinho licoroso, do vinho do Pico.

Em 2005, é aprovada a paisagem da vinha a património mundial. Haveria todas as razões para que este projeto fosse aprovado, mas, provavelmente por falta de visão, estávamos a dar um passinho fora da monocultura da vaca, não se achou que fosse uma prioridade aprovar este projeto, que foi chumbado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Passados dois anos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que projeto?

A Oradora: Por mim submetido e, curiosamente, em colaboração com o Instituto Superior de Agronomia.

... o Instituto Superior de Agronomia é contactado pela região para lhe fazer um estudo do vinho do Pico, que, nas palavras da equipa, que ficou altamente incomodada, era uma cópia daquele projeto que não tinha sido aprovado.

Portanto, a região vai submeter a uma universidade de Lisboa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o que é que isso tem a ver?

A Oradora: ... que, curiosa e ironicamente, fazia parte do mesmo projeto e que se apercebeu que era exatamente o mesmo projeto.

Pela primeira vez senti vergonha de ser açoriana, Sr. Deputado.

Estou a contar-lhe uma história, Sr. Deputado Aníbal,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então é para ali! Não tem a ver com este projeto!

A Oradora: ... estou a contar-lhe uma história.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, espero é que diga alguma coisa sobre este Projeto de Resolução!

A Oradora: E vou dizer! E vou dizer!

Quando lhe apresentei as minhas reservas de se propor desta forma que o Governo decida fazer estudos, é para que perceba as reservas que eu tenho em relação em se propor ao Governo fazer estudos desta natureza.

Mas já concluo a minha história.

Tenho um contato desta equipa, que estava altamente incomodada com esta situação.

Eu, pela primeira vez, senti-me envergonhada. Ainda pensei explicar que estas coisas de (como é que se chama?) propriedade intelectual eram uma coisa nova na região e que provavelmente não estavam muito familiarizados. Mas depois percebi que ia ter que explicar outros conceitos como de “caráter”, etc., etc. E, portanto, a única coisa para que me disponibilizei foi para que esse projeto fosse aceite, porque para mim o mais importante era que se fizesse alguma coisa pelo vinho do Pico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Passado um ano, em vésperas de eleição (estávamos em setembro de 2008), faz o Governo um alarido de que estava a fazer tudo para desenvolver o vinho do Pico. Aprova o projeto. Leva um ano...

Presidente: Sra. Deputada,...

A Oradora: Já vou acabar.

Presidente: ... sei que está a contar uma história, mas tenho que pedir-lhe ...

A Oradora: Não posso deixar de dizer isto aqui, porque vem mesmo a “talho de foice”.

Passado um ano, assinam o projeto, novamente em vésperas de eleições. Sabe quantos euros entraram para esse projeto até hoje? Passaram cinco anos,...

Presidente: Sra. Deputada,...

A Oradora: ... nunca pagaram um único euro a este projeto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, perceba com esta história, Sr. Aníbal Pires, que não há pessoa que ache mais pertinente a sua proposta,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

A Oradora: ... que ache que é mais importante fazer este estudo e tratar destas questões na região,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Finalmente!

A Oradora: ... mas como também deve perceber, Sr. Aníbal Pires, Sr. Deputado Aníbal Pires ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tem problema, Sra. Deputada! Esteja à vontade!

A Oradora: ... tenho imensas reservas quanto a esta sua proposta. No entanto,...

O que é que eu lhe chamei? Presidente? Fiz-lhe um *upgrade*!

Presidente: Sra. Deputada,...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sra. Deputada,...

A Oradora: E, portanto, resta-me,...

Presidente: Sra. Deputada, penso que já fez o seu enquadramento.

A Oradora: ... para concluir, e aproveitando que está aqui o atual Secretário Regional, que não era o Secretário Regional da Agricultura de então, desejar um excelente trabalho, disponibilizar-me para o que for preciso para contribuir, e gostaria de colocar uma questão que vai de encontro àquilo que o Deputado Cláudio levantou.

Eu tenho impressão que um dos apoios do PRORURAL exige que não seja aplicada à vinha nenhum tipo de químico, portanto, fazer a cultura da vinha em modo biológico, digamos assim, e que penso que isso pode estar a contribuir grandemente para os problemas fitossanitários que estamos a ter, neste momento, no Pico, porque ainda não existem técnicas alternativas de controlo de pragas em modo biológico.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu quero manifestar e realçar o mérito da proposta do Partido Comunista Português, o que, de facto, vem em sequência, vem ao encontro daquilo que tem sido o desenvolvimento...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Já está feito! A conclusão é que já está feito!

O Orador: ... da vitivinicultura na nossa região.

Fazer também minhas a generalidade das palavras que o Deputado Cláudio Lopes proferiu relativamente àquilo que tem sido a evolução da vinha, a evolução da produção de vinho, a evolução das técnicas aplicadas nesta cultura, ao longo dos últimos anos, na região, com o envolvimento direto dos produtores, com o envolvimento direto dos serviços oficiais, e, portanto, foi desta conjugação de esforços que resultou aquilo que temos hoje, que é um setor forte, um setor produtivo e um setor que começa já a deixar uma imagem daquilo que se produz de bom nos Açores em termos vinícolas, tanto em termos produtivos, como com os seus reflexos no enoturismo, particularmente na ilha do Pico.

Existem, conforme todos certamente sabem, apoios que têm sido muito bem utilizados, tanto na reconversão de vinhas antigas, na reestruturação dessas vinhas, na recuperação, no caso concreto do Pico, das vinhas em currais e em curraletas, da reabilitação dessas vinhas, portanto, de todos estes esforços, de todos estes apoios resultou aquilo que temos hoje e que é, de facto, um bom exemplo para o desenvolvimento da nossa agricultura, para o rendimento das famílias que se dedicam a essas áreas e para a criação de emprego nas suas diferentes vertentes.

Naturalmente que muito mais há a fazer, e daí o mérito que a proposta do Partido Comunista traz a esta casa, e que certamente será acolhida pelo Governo no desenvolvimento dos seus trabalhos futuros.

No inventário da vinha que dispomos existem, neste momento, nos Açores, registados cerca de 1700 hectares, dos quais cerca de 300 fazem parte dos conhecidos vinhos de Denominação de Origem Protegida e dos vinhos de Indicação Geográfica Protegida. Portanto, temos aqui cerca de 1400 hectares que não estão ainda incluídos nestas categorias e sobre os quais naturalmente há muito a fazer e o desenvolvimento de um projeto desta natureza poderá contribuir para o equilíbrio destes números.

Queria também dizer que a Sra. Deputada Graça Silveira, que me trouxe aqui uma história, de alguns tempos, daquilo que viveu ao longo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu quase que chorei, Sr. Secretário!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por que é que não chorou?

O Orador: ... destes anos relativamente à viticultura, que, embora possa ter alguma razão em um ou em outro ponto, deveria estudar um pouco mais aquilo que foi a evolução de todo este setor.

De facto, os serviços oficiais envolveram-se, há longo tempo, em primeiro lugar, numa primeira fase, no estudo da adaptação das castas europeias às condições edafoclimáticas da região, um estudo que teve início na ilha do Pico, liderado pelo Deputado, o então Eng.º Cláudio, ilustre colega nesta matéria, que liderou este processo e que depois teve sequência, ao longo dos anos; mais à frente, com estudos feitos na recuperação das castas tradicionais, conforme também muito bem disse, designadamente o Terrantês do Pico, o Arinto e o Verdelho, que tiveram também...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então onde é que ela errou?

O Orador: ... consequência em algumas ilhas, designadamente por opção das pessoas que lideraram este processo na altura, de cultivar o Terrantês no Pico e na ilha de S. Miguel, e as outras duas variedades na ilha Graciosa e na ilha do Pico, e que tão bons resultados tem trazido à nossa região em termos de produção de vinho.

Estes projetos foram devidamente acompanhados por técnicos credenciados, técnicos regionais e técnicos do Instituto Superior de Agronomia, conforme também muito bem disse, e estão a produzir trabalho.

A produção de vinho, em S. Miguel, com a casta de Terrantês do Pico foi feita não com o acompanhamento de uma empresa estrangeira, mas sim com o acompanhamento de uma empresa portuguesa (eu acho que o continente português ainda é Portugal) e, portanto, foi com esta sinergia, foi com esta associação de esforços que conseguimos produzir um produto de excelente qualidade, que já acarinhou bons prémios a nível nacional.

Portanto, temos aqui reunidas condições para que, aproveitando os conhecimentos técnicos existente na região, aproveitando as potencialidades climáticas que nos são características e aproveitando também este potencial que temos disponível e que urge, naturalmente, recuperar num processo semelhante àquele que aconteceu e que continua a desenvolver-se na ilha do Pico, possa ser extrapolado para outras regiões do nosso arquipélago, daí a nossa concordância com a proposta que o Partido Comunista traz a esta casa e o nosso envolvimento na sua implementação e no seu desenvolvimento, querendo com isto manifestar a nossa concordância e a nossa adesão a esta ideia, como forma de poder rentabilizar mais estas zonas, criar mais postos de trabalho e criar mais riqueza para a nossa região nas diferentes vertentes da fileira da vinha e do vinho.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Lizuarte Machado (PS): Também vai contar uma história?

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, devo dizer que também apoio a sua proposta, que, aliás, tive a oportunidade, durante a campanha eleitoral de 2012, de defender.

Eu lembro que defendi no ponto nº 6, em relação à agricultura, promover a instalação e a recuperação de campos experimentais e de ensaio com culturas de elevado potencial da região, de acordo com as potencialidades de cada ilha, tais como a vinha, fruteiras, flores, bananas, beterraba, chá, etc., privilegiando as variedades regionais, sempre que existam.

Há uma outra referência do meu programa eleitoral,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Isso é verdade!

O Orador: ... de promover a diversificação agrícola, produtos hortícolas, uva de mesa, etc., ou também uma outra referência, que é uma boa ideia, que é a de

criar parcerias com agências de seguros, de forma a garantir uma cobertura mínima garantida contra acidentes climáticos.

Portanto, esta sua proposta,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um frete ao Partido Socialista!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É como o *Melhoral*: não faz bem nem faz mal!

O Orador: ... Sr. Deputado, está a colher a unanimidade desta câmara. Porque esta proposta é uma evidência. Esta proposta é uma evidência e é algo que eu penso que, como aqui ficou bem claro, todas as forças políticas consideram, e os observadores atentos, que existe um enorme potencial nesta matéria e que este potencial não tem sido desenvolvido.

Nós temos um grande potencial, é necessário efetuar esses estudos e é necessário promover a cultura da vinha nestas diversas vertentes, também ligada, como o Sr. Deputado propõe, ao setor do turismo.

E, Sr. Deputado Aníbal Pires, também, como está no meu programa eleitoral, eu, o PPM votará favoravelmente...

Deputado Francisco César (PS): Eu, o PPM!

O Orador: Sim, exatamente! Sr. Deputado, vê aqui mais algum deputado do PPM?

Deputado Francisco César (PS): Não, senhor!

O Orador: Não! Infelizmente! Então, o PPM...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem aqui nem em lado nenhum!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Oh, Sr. Deputado Aníbal Pires, também não vejo mais ninguém aí na sua bancada.

Portanto, vou votar favoravelmente esta iniciativa do PCP, quer dizer, do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deputado do PPM só há um, Estêvão e mais nenhum! Pronto!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sendo assim, penso que estamos em condições de votar o Projeto de Resolução.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar na nossa Agenda.

Entramos no ponto 11: **Proposta de DLR n.º 21/X – “Altera o artigo 108.º, do Código da Ação Social dos Açores, aprovado pelo DLR n.º 16/2012/A, de 5 de abril”.**

Os tempos são os que temos vindo...

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para fazer uma interpelação para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 58 minutos.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos com a apresentação da **Proposta de DLR n.º 21/X – “Altera o artigo 108.º, do**

Código da Ação Social dos Açores, aprovado pelo DLR n.º 16/2012/A, de 5 de abril”.

Para apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O governo dos Açores traz hoje a esta Assembleia uma proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende alterar o artigo 108º do Decreto Legislativo Regional 16/2012/A de 4 de Abril, que aprovou o Código da Ação Social dos Açores.

O artigo para o qual se propõe a alteração tem como epígrafe “acordos de cooperação em vigor” e dispõe sobre a forma como se processa a transição dos acordos de cooperação – funcionamento, em vigor, para os contratos de cooperação – valor cliente.

Esta transição passa por financiar com base nos serviços prestados aos cidadãos, tendo por referência um valor padrão por tipo de resposta social.

É no âmbito deste processo de implementação do modelo previsto no Código da Ação Social, que se insere a alteração proposta, no respeito pelos princípios da justiça, do rigor e da transparência do financiamento da rede de equipamentos sociais dos Açores.

A alteração proposta justifica-se por várias razões.

Em primeiro lugar, em abril de 2014, expira o prazo de dois anos, previsto no artigo 108º, do Decreto Legislativo Regional 16/2012/A de 4 de Abril, para a transição dos acordos de cooperação funcionamento para a nova modalidade de contrato de cooperação - valor cliente.

Com a nova redação para o artigo 108º, conjugada com o nº2 do artigo 2º da Proposta de Decreto Legislativo Regional, o período de dois anos para assinatura dos contratos de cooperação valor-cliente começa a contar a partir da entrada em vigor deste novo diploma.

Em segundo lugar, propõe-se que o acordo de cooperação valor cliente financie um número fixo de vagas por valência ou por resposta social.

Em terceiro lugar, a nova redação do artigo 108º prevê que na transição do acordo de cooperação funcionamento para o contrato de cooperação -valor cliente, nenhuma instituição sofra oscilações de financiamento, superiores a 10%, como resultado da aplicação do valor-padrão pelo número de vagas contratadas,

Uma quarta razão que fundamenta a alteração proposta consiste no reconhecimento de um conjunto de instituições, designadas por atípicas, cuja prestação de serviços não se enquadra no conceito de valor-cliente.

Esta categoria de valências, onde se enquadram, por exemplo, alguns centros de aconselhamento ou de acompanhamento, não será, de início, abrangida.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A implementação do novo modelo de financiamento visa diminuir as disparidades entre instituições que prestam o mesmo tipo de serviço, o que aliás tem sido afirmado pelos representantes das IPSS e das Misericórdias.

O governo quer corrigir essas disparidades e reforçar o orçamento disponível para o financiamento dos contratos de cooperação.

Como já foi anunciado publicamente por Sua Exa. o Presidente do Governo Regional, no próximo ano o orçamento dos acordos de cooperação será reforçado em mais de 1 milhão de euros, com verbas do orçamento regional.

Um reforço que não anula a responsabilidade que incumbe ao Estado português quanto às transferências das verbas devidas à Segurança Social dos Açores para os acordos de cooperação.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que alguns têm dito na comunicação social, esta proposta protege as famílias e garante os serviços sociais a que os cidadãos têm direito.

O modelo de financiamento por valor padrão ou pagamento por serviços prestados, nos termos agora propostos, pretende salvaguardar os postos de trabalho, promover maior eficiência na gestão das verbas públicas e corresponsabilizar os parceiros sociais e o governo na defesa das pessoas e das

famílias, principal razão para o financiamento público, por exemplo, de creches, lares, centros de dia ou centros de atividades ocupacionais.

Queremos continuar a melhorar a prestação desses serviços na infância ou na velhice, aos cidadãos portadores de deficiência ou às famílias, em parceria com todas as IPSS e Misericórdias.

Queremos trabalhar em cooperação com todos os parceiros sociais, neste processo de adaptação à implementação do modelo de financiamento previsto no Código da Ação Social.

Queremos continuar a proteger as famílias, garantindo o número necessário de vagas na rede de respostas sociais financiada com verbas públicas.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

A proposta de Decreto Legislativo Regional que é submetida a esta Assembleia reforça uma rede de respostas sociais que, na região, acolhe mais de 25 mil açorianos, de todos os concelhos e freguesias dos Açores. Uma rede que hoje se estende a grupos de cidadãos mais vulneráveis, que outrora viviam à margem, na sombra, nomeadamente os portadores de deficiência, as vítimas de violência doméstica, os sem-abrigo ou os repatriados.

Todas as entidades envolvidas reconhecem a importância desta rede de equipamentos, que hoje faz parte da vida de muitas famílias açorianas.

Rentabilizar os recursos existentes, fomentar sinergias entre instituições são, por isso, palavras de ordem, princípios fundamentais ao bom funcionamento das instituições.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente proposta de diploma, reafirmo, enquadra um processo de transição entre dois tipos de acordo de cooperação. Um processo que exige adaptação das instituições e que, por esse facto, tem sido e continuará a ser acompanhado por parte do governo.

Estamos com as instituições sociais ao lado das pessoas, sobretudo das que mais precisam de apoio e das que estão em situação social mais vulnerável, na defesa da justiça, do rigor e da transparência.

Temos registado, por parte das instituições, o reconhecimento da mais-valia deste novo modelo de financiamento. Por diversas vezes afirmaram ser justo e necessário, reconhecendo, é certo, que é exigente do ponto de vista da gestão e reforça a responsabilidade dos dirigentes.

Justiça, rigor e responsabilidade partilhada são os princípios que defendemos e os motivos que justificam a presente proposta de diploma.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não nos vai contar outra história?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A pressa com que o GR vem agora propor uma alteração ao diploma que aprova o Código da Ação Social nos Açores vem dar razão ao CDS-PP quando, há um ano, votou contra aquele diploma por considerar que os princípios que devem pautar a Ação Social seriam desvirtuados ao instituir-se a mercantilização da Segurança Social.

A prova disso é que, um ano depois, finalmente os senhores perceberam que não foi possível aplicar aquele código da AS que aprovaram a todas as instituições e a todos os tipos de resposta social. O GR com a proposta de alteração agora em discussão vem dar razão às críticas do CDS.

Os senhores demoraram 1 ano para perceber que não é possível financiar as instituições atípicas, pela simples razão de que não é possível calcular um valor padrão, e não é possível fazer esse cálculo, Senhoras e Senhores Deputados, porque o papel da Ação Social vai muito para além duma simples média aritmética, do número de camas, do número de refeições e do número de “clientes”.

Voltamos a afirmar que tratar os utentes e beneficiários da Ação Social por “clientes” é um insulto a essas pessoas e mostra bem a insensibilidade social pela fragilidade e necessidade alheia, bem como exhibe o caráter mercantilista que o PS introduziu na Ação Social.

Eu gostaria que me explicassem como é que se pode quantificar através dum valor padrão a importância do atendimento, do acompanhamento e do aconselhamento que as instituições prestam à sociedade.

Já agora, aproveito para solicitar à Senhora Secretária Regional que nos disponibilize a fórmula utilizada para o cálculo do valor médio por utente, aliás, “cliente”, na dialética socialista, e onde é que entra nessa fórmula a dedução da participação familiar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não posso também deixar de referir que esta iniciativa chegou a este plenário de um modo atabalhado, e se não fosse a intervenção firme e determinada do CDS,...

(Risos do Deputado Berto Messias)

... em sede de comissão dos assuntos sociais,...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: ... os representantes das IPSS e das misericórdias não teriam sido ouvidos em relação às alterações propostas ao sistema de financiamento.

Deputado Berto Messias (PS): Santa paciência!

A Oradora: Antes destes pareceres chegarem à comissão, o PSD foi a correr reunir com o presidente das IPSS e fazer o seu *show off* de que estava muito preocupado com o financiamento às instituições; o PS, em resposta, faz uma declaração para a agência de notícias lusa anunciando que vai criar um roteiro da solidariedade.

Deputado Berto Messias (PS): Não é criar, é fazer!

A Oradora: Pasmese, o PS vai fazer um roteiro depois...

Deputado Francisco César (PS): Não pode?

A Oradora: ... de a lei estar aprovada e em vigor, para ouvir as pessoas e instituições sobre as alterações que o Governo já lhes impôs. Senhoras e Senhores deputados, vão desculpar-me, mas a isto chama-se hipocrisia!

Deputado Berto Messias (PS): A inveja é uma coisa terrível!

A Oradora: O CDS-PP não sabe fazer política desta maneira!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Os pensionistas dão por isso!

A Oradora: O CDS não quer fazer política com a vida das pessoas mais fragilizadas e das que se encontram em instituições em situação debilitada.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Os pensionistas gostam do corte das pensões!

A Oradora: O CDS faz política apresentando propostas e alertando nos lugares próprios, garantido que os principais visados...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Baixar as pensões! Sim, sim!

A Oradora: ... sejam efetivamente ouvidos.

Perante isto, ficou provado, mais uma vez, que a dignificação do parlamento, a defesa das instituições e dos seus utentes, foi feita pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria, antes de poder passar à análise da proposta apresentada pelo Governo, pedir à Sra. Secretária, porque eu penso que seria importante para aferirmos do âmbito de extensão desta proposta de alteração, se teria a bondade

de informar a câmara de quais são os cálculos efetuados para o valor padrão para cada valência, relativamente àquilo que é proposto.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma pergunta muito difícil!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Arlinda Nunes, tem a palavra.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Senhora Presidente, Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Código da Ação Social dos Açores aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril, além de conciliar num único documento diferentes normativos que se encontravam em vigor de forma dispersa e autónoma, veio também realçar a importância da eficiência das respostas sociais disponíveis, eficiência que resulta, obviamente, de diversos fatores, tais como o aperfeiçoamento da relação de proximidade de intervenção, da contratualização, de uma responsável atuação entre as partes contraentes, bem como do aprimorar da consciencialização da responsabilidade social.

Nesta linha de pensamento e de ação, a regulação da relação existente entre o Governo Regional e as diversas entidades que promovem o bem-estar e desenvolvimento social deve ser efetivada numa ótica de garantir a sustentabilidade da rede de financiamento a estas mesmas entidades; de promover uma abrangência territorial da rede de equipamentos/serviços nas áreas de intervenção social segundo critérios de tipificação idênticos, pelo tipo de valência em causa e privilegiar uma maior justiça social entre todos os cidadãos que recorrem a estas respostas, de uma forma imparcial, quer sob o ponto de vista da procura, quer sob o ponto de vista geográfico;...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... paralelamente, e porque a experiência dita que a qualidade e eficácia só são verdadeiramente alcançadas se existir uma corresponsabilização de objetivos e pressupostos, esta proposta de alteração vem requerer uma responsabilidade partilhada entre os intervenientes, valorizando o objeto do contrato e os contributos das partes para esse fim, fomentando o aumento da

competitividade na economia social, aumentando a qualidade do serviço disponibilizado ao cidadão e por consequência diminuindo os custos de gestão e manutenção respetivos.

É para atingir este fim que surge esta proposta de alteração ao artigo 108 do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril: proporcionar uma maior equidade no financiamento da rede de equipamentos sociais, numa atuação equivalente perante o mesmo tipo de resposta social, garantindo a sustentabilidade presente e futura deste financiamento.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A proposta de alteração agora apresentada pelo Governo Regional vem de encontro ao processo...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ao encontro!

A Oradora: ... de adaptação ao novo modelo de financiamento a que respeitam os contratos de cooperação – valor cliente.

Assim, o Governo Regional clarifica, de forma evidente e objetiva, que estes acordos de cooperação – valor cliente serão determinados com base no valor padrão para a totalidade dos serviços e vagas contratadas por cada valência, ao invés do que se verificava anteriormente, onde os acordos de cooperação funcionamento, como o próprio nome diferencia, eram determinados em função de uma rede instalada, baseados nas despesas com pessoal e funcionamento dos equipamentos.

Mais, a quantificação das vagas contratadas não se restringe à frequência da valência no mês anterior e que resultava em constantes oscilações, mas vem, neste novo modelo, de uma forma muito mais abrangente, contratualizar os serviços tendo em conta o tipo de valência e a média entre a capacidade instalada, o mesmo é dizer o número máximo de vagas para as quais a estrutura do serviço está licenciada e a sua frequência, apurada através do registado no SIADS e que vem permitir um maior equilíbrio em termos financeiros a cada entidade, evitando as alterações permanentes e imprevisíveis.

A proposta de alteração ao artigo 108 do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012 vem permitir também o alargamento dos acordos de cooperação às entidades que prestam um serviço à comunidade de forma não continuada ou cuja relação com o serviço disponibilizado não possa ser auferido pelo utilizador, apoiando financeiramente esta oferta social de acordo com os critérios com os serviços prestados, a frequência média e as necessidades públicas perante essa mesma resposta. E aqui, ao contrário do que é afirmado pela Deputada Graça Silveira, esta alteração não vem provar que o Código de Ação Social não poderia ser executado, vem sim complementar e alargar esta abrangência...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a estas entidades e a estas instituições...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Está a ouvir, Sra. Deputada? Está a ouvir?

A Oradora: Por fim, mas não menos relevante para uma compreensão serena e verdadeira de que esta alteração não vem refutar o que ficou estabelecido aquando da aprovação do diploma em apreço, a presente alteração prevê que a adequação financeira em causa seja realizada de forma progressiva e faseada, num período de dois anos a contar da data do despacho que fixar os termos e os valores padrão, por cliente, para cada resposta social, não desrespeitando o cumprimento do prazo dos acordos de cooperação em vigor atualmente, mais, salvaguardando que da aplicação desta alteração não possam resultar ganhos ou perdas superiores a 10% relativamente ao valor auferido pelos atuais acordos de cooperação – ora, este é um relevante fator de equilíbrio para as instituições abrangidas no presente diploma.

Perante os fatos aqui expostos, perante o objetivo desta proposta de alteração em discussão e porque acima de tudo esta proposta do Governo Regional é um compromisso para melhor servir os açorianos e as açorianas que recorrem à rede de equipamentos e respostas sociais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia e votará favoravelmente esta iniciativa...

Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!!!

A Oradora: ... do Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Governo Regional vem, digamos, almofadar a entrada em vigor do valor padrão por cliente. Veja-se, cliente, não utente, mas cliente.

Aliás, isto não é novidade, porque essa crítica foi feita à anterior Secretária Regional quando passou a designação de utente para cliente. Dizem-me, “Muito bem!”, aí de determinada bancada. Eu acho que é muito mau, aliás, porque isto indicia claramente e, no fundo, esta manobra do Governo,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é que está em discussão!

O Orador: Está em discussão, está!

... esta alteração, há uma coisa que não consegue esconder, que é, no fundo, o grande objetivo do Governo Regional, que é abrir o setor aos privados. Aliás, ele já está aberto, como nós muito bem sabemos, e o exemplo que eu posso referir, até porque o tenho utilizado mais do que uma vez, é a Home Instead, essa multinacional composta por capitais israelitas e americanos que está aí instalada e a beneficiar dos apoios do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas dizia eu que o Governo vem procurar almofadar o valor padrão com uma margem de 10% e isto aqui, no fundo, é o reconhecimento das críticas que foram feitas neste parlamento, não só pelo PCP, mas por outros partidos, de que devia ser atendido o contexto em que as IPSS têm a sua atividade e desenvolvem a sua atividade e que, portanto, o valor padrão não poderia ser aquilo que determinava o apoio às IPSS.

Portanto, há aqui um ligeiro recuo do Governo Regional, agora, ao criar esta almofada dos 10%, mas, de facto, isto não disfarça o essencial, e o essencial foi aquilo que eu referi e que tem a ver com o facto de se pretender abrir cada vez mais este setor aos privados.

Há uma outra questão e uma outra crítica que se pode fazer a este diploma e que têm a ver com o seguinte. Estas alterações súbitas que têm ocorrido perturbam o funcionamento das IPSS e a verdade, Sra. Secretária (visto que é com a Sra. Secretária que se está a estabelecer este debate), é que nós sabemos que até determinada altura, pelos apoios do Governo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... as IPSS atingiram uma determinada dimensão, foram alargando as valências e agora, Sra. Secretária, ao impor-se, ou melhor, quando se impôs o valor padrão, criou um problema a algumas instituições. E a verdade é esta, Sra. Secretária, enquanto o apoio foi mãos largas, V. Ex.^{as} foram aproveitando as inaugurações, foram aproveitando as festinhas nas IPSS para se aproveitarem disso politicamente. Mas agora estão a colocar em causa o funcionamento de algumas instituições quando, de uma forma súbita, lhes reduzem os apoios sem atender aos contextos em que as IPSS desenvolvem o seu trabalho. E a verdade é que têm de ser diferenciadas. Têm de ser diferenciadas! Os contextos são diferentes, os percursos que cada uma das IPSS teve são diferentes, oferecem serviços e valências diferentes e, portanto, não se pode estar a impor um novo modelo de financiamento às IPSS sem ter em consideração estes aspetos.

Depois, há uma outra questão que me parece importante, e, aliás, que o parecer da União Regional das IPSS refere, e que tem a ver com o facto de haver uma maior transparência nos apoios concedidos, até porque para evitar depois também alguma discricionariedade.

Portanto, Sra. Secretária, relativamente à proposta que aqui nos traz, ainda que representando a aceitação de algumas críticas que alguns partidos da oposição fizeram ao diploma que agora se pretende alterar, a verdade é que ela, na sua essência, mantém aqui um problema e o problema que lhe está subjacente é a

abertura ao setor privado, e saiba V. Ex.^a que assim não poderá contar com o apoio do voto da Representação Parlamentar do PCP.

Pode não a preocupar, mas preocupe-se, porque a questão é a seguinte, Sra. Secretária. Eu não sei por quanto tempo a senhora vai continuar não só a ter o apoio, mas sobretudo o silêncio daquelas instituições, porque não me parece que haja grande satisfação relativamente à legislação que enquadra o apoio às IPSS.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero reconhecer, em nome do GPPS, que, nos Açores, o PS e os seus Governos construíram e consolidaram um património indiscutível no âmbito da Solidariedade Social, do qual muito nos orgulhamos;...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e como queremos também reconhecer o mérito e a importância que Misericórdias, IPS, outras entidades de solidariedade sem fins lucrativos, centros sociais ou centros com vocação católica ou outras entidades têm tido na consolidação destes serviços em prol do apoio que é dado a todos os cidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Casas do povo, juntas de freguesia, do Partido Socialista!

O Orador: Estas parcerias permitiram, sobretudo, um crescimento da rede regional de equipamentos e de respostas sociais e fizeram que fosse aumentada a capacidade, fosse melhorada a qualidade dos serviços e dos cuidados prestados aos diversos níveis, como também foi permitida a diferenciação e a especialização de muitas dessas valências.

É bom recordar que as tabelas de comparticipação dos utentes...

Deputada Zuraida Soares (BE): Clientes! Clientes!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Clientes!

O Orador: ... estão publicadas na Portaria nº 93/2003, de 27 de novembro.

É importante que se refira que a aplicação desta nova forma de financiamento é muito mais justa e equilibrada, como já foi referido pela Deputada Arlinda Nunes, e sê-lo-á esta fórmula de modo progressivo, ao longo de dois anos, com acompanhamento rigoroso, quer por parte do Governo, quer em parceria com as próprias instituições.

Em nenhum dos 110 artigos do Código da Ação Social dos Açores, que está aprovado pelo DLR nº 16/2012/A, há qualquer referência ao contributo ou à contribuição, quer de idosos, quer de famílias, no âmbito destes acordos que estão celebrados, como daqueles que irão transitar para os contratos que se propõe com a alteração do artigo 108º.

Por isso, quero aqui deixar o compromisso do GPPS em continuarmos a consolidar a proteção social e a capacidade das respostas sociais, na Região, salvaguardando o princípio da redistribuição que não é mais nem menos do que: apoiar todos em função dos seus rendimentos, sem deixar de proteger e autonomizar quem carece deste tipo de apoio, mas sempre nos limites e critérios rigorosos na sua aplicação e responsabilização partilhada entre todos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Mas permitam-me aqui fazer um esclarecimento.

Sra. Deputada Graça Silveira, há um ditado popular que diz “Presunção e água benta, cada qual toma a que quer”. E eu quero dizer-lhe que, como sabe, e a Sra. Deputada faz parte da Comissão de Assuntos Sociais, onde isto foi debatido, a senhora tem de reconhecer que a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, nessa comissão, pedir pareceres escritos à União Regional das Misericórdias dos Açores e à União Regional das IPSS dos Açores e, como a Sra. Deputada tem que reconhecer, eu, enquanto presidente da comissão, comprometi-me a que esses pareceres chegassem em tempo útil...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... para ficarem anexos ao respetivo relatório.

Está feito, a comissão cumpriu rigorosamente a deliberação que tomou e a comissão cumpriu rigorosamente aquilo que é a sua competência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é verdade!

O Orador: ... e é aquilo que resulta do trabalho desta comissão.

Agora, é preciso também nós convirmos que todos nós temos uma grande responsabilidade e nós temos que trabalhar sempre no sentido de melhorarmos as nossas intervenções e estamos sempre disponíveis para recebermos propostas que venham melhorar tudo aquilo que o Governo possa apresentar ou as iniciativas do próprio grupo parlamentar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não batem umas palminhas ao Sr. Dr. Domingos Cunha?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente (que eu muito prezo) da Comissão dos Assuntos Parlamentares, ao qual eu me referi, em nenhum momento eu disse que esses pareceres não tinham sido ditos. Aliás, disse que antes de terem chegado, o PSD se tinha apressado a fazer o seu número.

Aquilo que eu disse foi, e desminta-me se eu estou a faltar à verdade, se não tivesse sido a intervenção da deputada do CDS-PP, em sede de comissão, a perguntar pelos pareceres e a sugerir que eles fossem pedidos, não teriam sido anexados ao processo. Ponto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, uma questão direta.

Temos aqui o parecer da União Regional das Misericórdias dos Açores em relação a esta iniciativa, e no ponto nº 1 diz o seguinte:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está muito baixinho, Sr. Deputado!

O Orador: ... “Neste momento, a Sra. Secretária declara que das 234 instituições da região apenas 60 terão o seu financiamento reduzido”.

A minha pergunta é: confirma esta redução ou considera que esta interpretação por parte da União Regional das Misericórdias dos Açores, das suas palavras, não está correta?

O que lhe peço é que me confirme se, de facto, existe esta redução ou se considera que as suas palavras em comissão foram mal interpretadas?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando há pouco mais de um ano, em abril de 2012, o DLR nº 16/2012/A, o chamado Código da Ação Social, veio a esta casa para debate e aprovação, lembramo-nos bem que o único partido que votou favoravelmente aquele documento foi o Partido Socialista, tendo todos os outros partidos votado contra.

Na altura, também me recordo do Bloco de Esquerda ter dito que aquele era, no nosso entendimento, o documento mais neoliberal e economicista que o então Governo Regional tinha trazido a esta casa.

Partimos do princípio que propostas de alteração a fazer ao documento cuja avaliação que fizemos foi esta, e não alterámos, poderiam ser uma tentativa de o melhorar e de lhe retirar o cariz economicista e neoliberal, que, na altura, lhe detetámos, mas que, a todo o momento, pode ser corrigido por este ou por qualquer outro Governo Regional. E, portanto, foi com expectativa que olhámos para a proposta que agora temos aqui na mão, para a proposta de DLR, que introduz algumas alterações a este Código de Ação Social.

Eu penso que às vezes vale a pena que não o façamos porque é nossa obrigação, mas nem sempre damos aos pareceres que as respetivas iniciativas legislativas, a pedido das respetivas comissões parlamentares, oralmente ou por escrito, chegam até nós, e também é verdade que eles às vezes chegam e há-os para

todos os gostos relativamente à mesma matéria. Há pareceres que concordam com a iniciativa, há pareceres que discordam da iniciativa, há pareceres que ficam no “nim” e depois cada um de nós, obviamente, intensifica e dá ênfase aos pareceres que mais vêm ao encontro do nosso próprio parecer.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem dito!

A Oradora: O que é curioso referir é que os pareceres sobre esta proposta de DLR do Governo, um da União Regional das Misericórdias dos Açores e o outro da União Regional das IPSS, digamos assim, são absolutamente complementares e dão ênfase e chamam a atenção exatamente para o mesmo tipo de preocupações.

E quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão, ainda agora, leu uma parte do ponto nº1, se me permitem, eu faço questão, até porque às vezes nós não lemos os pareceres como devíamos, de o ler na íntegra, porque ele é suficientemente esclarecedor. Não vale a pena estar a inventar o que quer dizer de uma outra maneira, quando considero que uma parte substancial das críticas que nós próprios fazemos, nós Bloco de Esquerda, está aqui consubstanciada.

No primeiro ponto, o parecer da União Regional das Misericórdias dos Açores diz assim: “A anterior titular da pasta da Solidariedade e Segurança Social apresentou um novo modelo [o tal Código de Ação Social que aprovámos em abril de 2012], garantindo, então, que nenhuma instituição teria redução do financiamento [nenhuma, Sras. e Srs. Deputados] e que seria concedido um prazo de 3 a 5 anos para convergência”.

O que é que acontece agora? Afinal, não é já “nenhuma” que não vê a redução do financiamento; no mínimo, são 60, se a Sra. Secretária confirmar a pergunta que o Deputado Paulo Estêvão fez. Já não é nenhuma, são 60.

E, por outro lado, este tal período de convergência já não é de 3 a 5 anos, mas foi reduzido.

Continua a União Regional das Misericórdias. “Implementar este modelo tendo, de alguma forma, como referência os valores constantes dos acordos de cooperação atualmente existentes, e cuja última revisão [reparem bem Sras. e

Srs. Deputados] e atualização datam do ano de 2009, poderá ser altamente penalizador para muitas instituições.”

Terceiro ponto. “Não é ainda perceptível para os dirigentes destas instituições [das Misericórdias dos Açores] qual o real impacto deste modelo.”

Também gostaria de saber se o real impacto deste modelo está feito pelo Governo Regional. Pelas Misericórdias não está, mas se o real impacto está feito pelo Governo Regional.

E continua. “A diversidade de instituições que caracterizam a nossa realidade arquipelágica faz variar os custos por utente...”

Utente! É curioso! Mas está errado, porque é cliente, como ainda agora a bancada do Partido Socialista fez questão de recordar. Não é utente, é cliente! Enganaram-se as Misericórdias.

“... [faz variar os custos por cliente], de acordo com fatores como:...

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso varia muito, Sra. Deputada!

A Oradora: ... a capacidade instalada, a frequência, os serviços prestados, os custos com pessoal, como, por exemplo, as progressões na carreira, as diuturnidades, bem como a distância, o isolamento, o tipo de apoio e o tipo de cuidados prestados, em alguns casos, a grupos sociais bastante envelhecidos e numa grande situação de dependência.” Tudo isto a cada cliente e que porá em causa a própria qualidade do serviço.

Parece-me que este parecer da União das Misericórdias é lapidar na sua clareza, nas dúvidas que levanta sobre esta proposta de alteração e, sobretudo, no desconhecimento do que é que afinal vai acontecer, depois da anterior Sra. Secretária Regional da Solidariedade e Segurança Social ter dito que não ia acontecer nada, que não haveria reduções nenhuma e que tudo ficaria exatamente como estava.

Mas há outro parecer, e o outro parecer, da União Regional das IPSS, chama também a atenção para dois ou três fatores muito importantes e que o Bloco de Esquerda também subscreve.

Desde logo, quando diz que deverá ser conhecido, de uma forma clara, o que até este momento não acontece, qual é o modelo a aplicar para a obtenção do número de vagas a ser contratado nas IPSS.

Depois, dizer claramente o que é que se entende por, e cito, “Desenvolvimento prospetivo das necessidades sociais”. O Bloco de Esquerda também não sabe o que é que isto quer dizer, mas não está sozinho, porque, pelos vistos, a União das IPSS também não percebe.

E continua. “Quais as entidades emissoras de parecer e qual a fórmula da análise que irá ser utilizada.”

Isto é muita coisa obscura, Sra. Secretária, que não se sabe. E não é o Bloco de Esquerda que não sabe, são os próprios destinatários desta proposta de alteração, que são as IPSS e as Misericórdias, que são aqueles que recebem os clientes, que não sabem nada disto. E, portanto, isto é uma proposta de alteração absolutamente no escuro e ninguém sabe do que é que exatamente estamos a falar quando falamos daquilo que aqui está.

E mais! A clara definição dos critérios a serem utilizados, respeitante às respostas sociais abertas à comunidade e nas quais os clientes não desenvolvem atividades de forma continuada.

E mais! A divulgação, de forma geral, do método de cálculo dos valores padrão, bem como o processo de atualização do mesmo, que é muito importante.

Mas, mais! O pedido ao Governo para preparar um plano de reestruturação devidamente integrado num projeto global de apoio e ajuda às IPSS e às Misericórdias que não detenham rácios semelhantes aos valores padrão propostos com o objetivo de minimizar o impacto, obviamente e inevitavelmente, sentido.

E mais! Assegurar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí é que está!

A Oradora: ... quer a continuidade dos postos de trabalho criados e reconhecidos dos quadros do pessoal pelo IDSA, através dos acordos de cooperação e funcionamento atuais, quer assegurar as vagas destinadas aos

utentes beneficiários dos serviços prestados, situação esta que tememos que fique em causa. Mais uma vez um erro: não são utentes, são clientes.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, para lhe dizer o seguinte. É muita confusão, é muito desconhecimento, é muita dúvida, é muita preocupação, não por discrepância partidária ou ideológica, mas na boca dos principais destinatários desta alteração para esta proposta poder ser aprovada de alguma maneira pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começamos pelo princípio.

O valor padrão é um valor médio, e o valor padrão foi calculado e apresentado como proposta no âmbito do novo modelo de financiamento, em 2011, às IPSS e às Misericórdias. Esse processo, que começou a ser trabalhado em 2010 e em 2011, foi apresentado pela anterior tutelar, a anterior Secretária, às várias IPSS, por todas as ilhas dos Açores e, aliás, essa foi uma parte do debate que ocorreu em fevereiro de 2012, nesta casa.

É um valor padrão que foi estudado, foi conseguido, digamos assim, trabalhado por uma empresa que fez esse estudo da realidade das IPSS e das Misericórdias nos Açores e estudou dez anos de balancetes de todos os acordos de cooperação que a região estabeleceu com essas IPSS, ao longo desses dez anos. E foi a partir desse estudo dos balancetes de dez anos de acordos de cooperação que se chegou a um valor médio, que depois foi ponderado tendo em conta os vários tipos de valências e, portanto, criada a tal tabela de valores padrão para cada tipo de valência.

Portanto, é um valor que resulta da própria realidade açoriana, da própria realidade do financiamento que foi sendo feito ao longo dos vários anos e que estabelece e que foi feito na altura com base nos valores de 2009, é certo, e aqui

há uma referência a um dos pareceres que vem da União das Misericórdias, se não me engano, mas que, à semelhança do que está previsto no Código da Ação Social, no seu artigo 62º, é passível de atualização. Ou seja, esta tabela inicialmente criada com base na realidade de 2009 foi depois apresentada a sua atualização em 2010, 2011, e foi utilizada, em termos do, digamos assim, teste que fizemos à realidade dos acordos atuais com base na tabela de 2013. E, portanto, ela será sempre atualizada conforme...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas onde é que está?

A Oradora: ... prevê o Código da Ação Social no seu artigo 62º.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas tem aí consigo?

A Oradora: Portanto, o valor padrão é o valor médio...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quanto é que é esse valor médio?

A Oradora: ... e, neste momento, as IPSS, no fundo, têm um financiamento por valor médio.

O que é que as IPSS e as Misericórdias manifestaram, e têm manifestado, quer em reuniões plenárias, onde eu tive oportunidade de estar, quer no contato direto com cada uma delas? É que esse valor médio é um valor extremamente desigual, e desigual por razões várias, não apenas as questões contextuais que foram aqui ditas, mas desigual por razões de os acordos terem sido firmados em momentos diferentes e ter havido discrepâncias nesse financiamento. E vou-vos dar um exemplo, sem citar a ilha, mas que é um exemplo real.

Duas instituições que prestam serviço de apoio ao domicílio têm o mesmo rácio de trabalhador por utente e numa o custo médio, o valor médio, é de 68 euros, na outra é de 188 euros. Ou seja, neste momento, há instituições que estão prestando o mesmo serviço, o mesmo quadro de pessoal, em termos relativos, e que estão a receber valores médios completamente díspares. E esta é uma das principais razões...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... que as IPSS reclamam que se altere o modelo de financiamento, que se crie um modelo de financiamento mais justo, mais adequado à realidade.

E, portanto, é por isso que o que está aqui em causa é o financiar de prestação de serviços. O que o Governo vai contratualizar com as IPSS é uma determinada prestação de serviços. Ou seja, nós não estamos aqui propriamente a financiar IPSS, mas as pessoas que essas IPSS servem. É esse o nosso principal objetivo.

E se há IPSS que têm um quadro de pessoal e recursos materiais financiados, neste momento, mas que não os rentabilizam a 100%, ou no máximo da sua capacidade, há que incentivar essas instituições a fazê-lo.

Como é que de alguma forma, e de alguma forma, este hiato de tempo justifica por que é que só agora aparece esta proposta de alteração? Não há dúvidas que a operacionalização do sistema de informação à decisão social, que está previsto no Código da Ação Social...

E aqui faço um parêntesis quando o CDS diz que este código foi atabalhoadamente agora alterado e que prova-se aqui por prova provada que não funciona. Isso é errado. Lamento contrariar a Sra. Deputada, porque desde abril de 2012 que o Código da Ação Social está em ação,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas não permite o pagamento às atípicas! Deixa-se essas de fora! Pronto!

A Oradora: ... está a funcionar, é o enquadramento legal para um conjunto de intervenções de relação do Governo com as IPSS, nomeadamente a operacionalização do SIADS.

O que é que o SIADS veio trazer, o Sistema de Informação à Decisão Social? É uma plataforma de registo de todas as valências existentes na região, nomeadamente em termos de trabalhadores e sobretudo em termos de utentes.

Foi possível, com o preenchimento e com a ativação desta plataforma, ter a noção clara...

Nós, num acordo de cooperação, assinamos com as IPSS um determinado montante tendo em conta o tal quadro de pessoal e uma capacidade máxima instalada, mas em bom rigor algumas dessas capacidades não estão a ser totalmente rentabilizadas. E é muito importante que o financiamento público que é dado a estas instituições seja rentabilizado, que nós tenhamos

conhecimento, e, no fundo, esta plataforma serve-nos para, de uma forma mais concreta, estruturar ou ver a carta social dos equipamentos que nós temos na região e ter a noção das vagas disponíveis, das vagas ocupadas, até poder dizer não a uma instituição que quer abrir uma valência, ou uma entidade que quer abrir uma valência num determinado sítio e dizer: “Não é possível, porque nós sabemos que há vagas nesse concelho, ou que há vagas nessa zona e, portanto, não faz sentido abrir mais uma valência, porque há vagas disponíveis”.

É possível, hoje em dia, fazer este controlo, fazer este acompanhamento, porque temos uma ferramenta que está a funcionar. E é com base nessa ferramenta que também é possível perceber que há instituições que precisam de rentabilizar os recursos que têm instalados nessas instituições, nomeadamente também o SIADS vai-nos permitir (isto agora é um acrescento) rentabilizar os recursos em transporte, que são financiados a essas instituições. Nós temos uma frota de carrinhas, de pequenos autocarros, de viaturas em muitas IPSS. Temos uma frota de transporte adaptado em muitas IPSS e há, da parte de algumas, sempre a necessidade, e nós precisávamos também de uma carinha adaptada.

Com este sistema de reconhecimento e identificação de onde é que estão os recursos nós podemos dizer: “Meus amigos, partilhem a carrinha de transporte adaptado ali com o seu vizinho do lado que tem uma e que certamente não a utiliza ou se a utiliza a 100% nós podemos equacionar isso, mas vão primeiro ver qual é a ocupação da carrinha que existe naquela instituição”.

Tudo isto é possível, porque, realmente, nós atualmente temos uma visão clara, atualizada, porque mensalmente este sistema é atualizado, da realidade das instituições, das vagas disponíveis e da capacidade instalada que nós temos na região.

Este é o ponto número 1, portanto, para responder à questão do valor padrão e das disparidades que nós temos na região.

Quanto à outra questão que foi falada em relação às atípicas.

É óbvio que nós não temos resposta ainda para as instituições que classificamos de atípicas, ou seja, os centros de aconselhamento, ou de acompanhamento, ou de atendimento, como o país não tem resposta também.

As próprias instituições que trabalham nesta área manifestaram interesse em colaborar com o Governo na reflexão sobre a melhor forma de balizar este financiamento. Porque elas também têm interesse, numa perspetiva de qualidade, de saber o que é que é a rentabilização de um profissional, por exemplo, de psicologia, num centro de atendimento, o que é que é ter um psicólogo rentabilizado ao máximo.

Portanto, as próprias instituições têm interesse nesta reflexão e nós vamos fazer com eles esta reflexão.

E, portanto, o que quisemos salvaguardar é que, neste momento, nós não podemos estipular o valor padrão médio para realidades que, à partida, não têm semelhança no atendimento. Não é a mesma coisa falar de uma vaga de creche numa creche A e a vaga de creche na creche B.

Portanto, nesse sentido, estamos aqui a preservar essa realidade das chamadas valências atípicas.

Quanto à questão do termo cliente.

Isto foi um debate que se fez na altura, mas de qualquer forma é muito importante, apesar de isto ser uma questão mais, se calhar, de enquadramento ideológico, olhar para esta realidade das IPSS e das Misericórdias como uma realidade da denominada economia social.

Nós estamos aqui perante respostas sociais, serviços à comunidade que têm também que ter uma lógica de viabilidade, na medida em que prestam serviços à sociedade. No fundo, têm que atender às necessidades dos clientes, digamos assim. Eles não são meros utilizadores do que a instituição quiser dar; eles são clientes que têm direitos e como tal a instituição tem que se organizar numa lógica de uma prestação de serviços de qualidade. E é neste sentido de uma economia social, de uma lógica, se calhar, diferente da economia de mercado, que essas instituições têm que trabalhar. E, nesse sentido, é também uma reflexão que é importante continuar a fazer, porque é, se calhar, uma mudança de cultura que ainda não foi feita nestas instituições.

Quanto às dúvidas colocadas pela União das Misericórdias.

A União das Misericórdias faz aqui referência a uma, na minha ótica, má interpretação do que consta do artigo 108º, na versão atual do Decreto 16/2012, no seu nº 3, em que se diz que “no caso do valor médio por cliente da prestação financeira fixada nos anteriores acordos de cooperação ser superior ou inferior a 20% do valor padrão prevalece o valor médio, o qual é progressivamente aproximado do valor padrão nos três anos subsequentes, contados a partir da entrada em vigor do novo contrato de cooperação”. Portanto, prevalece o valor médio. Ou seja, as instituições que estivessem, no âmbito desta leitura, acima de 20% de desfasamento face ao valor padrão não lhes era tocado, digamos assim, neste momento da aplicação do novo modelo de financiamento, não se mexeria no valor médio atual, e teriam três anos para se aproximarem do valor padrão, o que significava que se tivessem assinado o acordo no final dos dois anos previstos para essa assinatura, somados com estes três, podiam ter cinco anos para se aproximarem do valor padrão.

É esta a situação possível para que uma instituição não fosse tocada com a aplicação do valor padrão, porque senão é, na minha ótica, uma má leitura do diploma, porque aqui já se previa que até 20% de desfasamento entre o valor padrão e a realidade do valor médio à altura seria aplicado o valor padrão, ou seja, o ajuste teria que ser feito pelas instituições. Aqui alerta para que a proposta que nós fazemos é que este ajuste no máximo pode ser de 10% e não há aqui aproximação ao valor padrão, ou seja, há aqui um pedido de ajuste, digamos assim, a 10%, sem esta necessidade, sem esta versão que está aqui escrita de terem que se ir aproximando, nos três anos subsequentes, ao valor padrão.

Portanto, penso que é uma vantagem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é não!

A Oradora: ... face a esta proposta que estava aqui prevista.

Para responder ali ao Sr. Deputado, penso que já disse em relação ao valor padrão, mas o Deputado Paulo Estêvão perguntava-me quanto à questão da verdade na afirmação de que as instituições seriam afetadas e não aquilo que o senhor...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sessenta!

A Oradora: Exatamente.

Foi publicamente dito, por várias vezes, que cerca de 75% mantêm ou aumentam o seu valor médio atual. Isto já foi dito publicamente, várias vezes.

Se a gente tirar 75 de 100, ficam 25%, ou seja, 25% das atuais 235 ou 233 instituições que têm acordos de cooperação com o Governo terão que ajustar.

Mas eu queria também chamar a atenção: ajustar até 10%. E eu queria alertar que praticamente 60% dessas que terão que fazer um ajuste não ultrapassa os 5%. A margem é até de 10%, mas a grande maioria fará ajustes até um 1/3, que é abaixo de 2,5%, e cerca de 60% vai até 5%. Ou seja, os ajustes não são tão significativos quanto isso. Nós estamos às vezes a falar de valores quase irrisórios, num montante que representa um duodécimo dessas instituições.

Portanto, confirmo, sim, senhor: vai haver instituições que vão ter que fazer um ajuste, mas não é significativo e é exatamente um ajuste que resulta, no fundo, da necessidade de um aumento, por vezes, de eficiência.

As instituições têm feito esse esforço e têm manifestado a importância que representa. E, por exemplo, eu vou dar alguns exemplos. Algumas instituições, porque tinham várias valências, tinham, por exemplo, três cozinhas a funcionar; passaram a centralizar a produção alimentar numa cozinha; passaram a centralizar as compras num único stock,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores estão a fazer o contrário disso!

A Oradora: ... numa única despensa, e isso teve um impacto significativo na eficiência e na redução de custos de despesas fixas da instituição.

Há muitas formas de ajudar e nós temos previsto algumas estratégias para colaborar com as instituições neste sentido de redução das despesas fixas. Eu penso que nesse sentido é fundamental a tal responsabilidade, o rigor, a transparência e a eficiência que são exigidas a um financiamento que é feito com verbas públicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas os senhores andaram a plantar cantinas por aí fora!

A Oradora: Penso que respondi às questões que me foram colocadas. Estou só a verificar se alguma ficou de fora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O debate continua, Sra. Secretária!

(Pausa)

A Oradora: Houve aqui uma questão sobre as comparticipações familiares, e como é que nesta fórmula...

É muito importante clarificar, porque penso que houve confusão na comunicação social, ou na comunicação publicada sobre esta questão.

Como já disse o Sr. Deputado Domingos Cunha, em nenhum artigo do Código da Ação Social há referência às comparticipações familiares.

As comparticipações familiares, neste momento, em todas as IPSS que têm, em que é calculada uma comparticipação familiar, particularmente na área da infância e na área dos idosos, estão reguladas por portarias que datam de 2003. E é assim que vai continuar a funcionar em janeiro de 2014. Não há alteração das portarias em vigor que regulam a comparticipação familiar.

Agora, eu queria alertar aqui para uma coisa importante, que é preciso que os açorianos saibam. É que o modelo de financiamento que o Governo Regional adota é um modelo de financiamento de preço fixo, o tal valor padrão, o que quer dizer que um idoso que perca pensão porque, infelizmente, o Ministério liderado por V. Ex.^{as}, o CDS-PP, no contexto de um Governo liderado também pelo PSD, ao cortar na pensão, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais? Qual pensão?

A Oradora: ... e as notícias são claras,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O idoso na República ou na região?

A Oradora: ... as IPSS no continente já estão...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Todas!

A Oradora: Um idoso na República e um idoso na região que percam pensão, é igual,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente! Quem é que paga a pensão? É a senhora!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! É o dinheiro que os trabalhadores descontaram!

A Oradora: ... estamos a falar da mesma realidade,...

Oh, Sr. Deputado Artur Lima, o senhor não desvie a questão para os direitos que os açorianos têm.

O senhor gosta de picar! Eu sei!

Mas voltando à comparação, porque eu penso que os açorianos devem saber isto.

Um idoso que perca pensão por via dos cortes que estão sendo decretados pelo Governo da República, na região, não verá a sua situação em relação à instituição alterada, porque o facto de nós pagarmos por preço fixo quer dizer que se ele perder o valor na comparticipação, nós compensamos a IPSS com esse diferencial.

Ao contrário do que se passa na República,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas se é fixo, como é que paga essa compensação?

A Oradora: ... em que é uma comparticipação fixa. Quer dizer que o Governo paga sempre a mesma coisa e, portanto, a IPSS, se tiver menos receita vinda do idoso, vai ficar com menos receita na IPSS.

Hoje foi notícia, a União das IPSS e a Confederação Nacional das Instituições Sociais a reclamarem da redução, e já ia em 20% a redução da comparticipação familiar para as IPSS a nível do continente, o que não vai acontecer na região.

Na região, as famílias mantêm o seu lugar nas instituições, as IPSS mantêm o financiamento que está atribuído para cada vaga.

Presidente: Sra. Secretária, agradeço que termine.

A Oradora: Portanto, é importante ter essa noção. É descontado do preço fixo que é por tipo de vaga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas, já agora, a senhora devia dizer quais são as pensões que são reduzidas!

A Oradora: Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Eu tentei obter da Sra. Secretária um quantitativo, que certamente o Governo já tem, mas não quer dar, relativamente aos seus cálculos do valor padrão para cada uma das respostas sociais que o Governo comparticipa. Não o quis dar, e tem-no certamente, porque se não o tivesse, não podia saber o número de instituições que vão, naturalmente, ser afetadas, para baixo ou para cima, daquilo que atualmente são os acordos de cooperação.

A Sra. Secretária Regional, na apresentação do diploma, começou por dizer que este diploma visava somente alargar o prazo de adaptação ou de transição para o novo modelo de financiamento, mas depois introduziu uma série de critérios que realmente não consubstanciam aquilo que disse.

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Falou de outras questões muito mais importantes.

Eu não posso deixar de achar que tem uma certa graça que se possa, nos Açores, vir falar numa alteração do modelo de financiamento das IPSS, de justiça, de rigor e de transparência quando o Governo decide cortar financiamento a ¼ das instituições de solidariedade social dos Açores.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Nos Açores, cortar o financiamento,...

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: ... seja esse corte do volume que for, a ¼ das instituições de solidariedade social é, para o Governo socialista, justiça, rigor e...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para o Governo do PS!

O Orador: ... transparência; no continente, é um roubo às famílias, um roubo ao Estado Social, é o fim do Estado Social.

Não deixa de ter uma certa graça esta visão...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... diferente do mesmo assunto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, o que estamos aqui a discutir é uma troika sobre as IPSS, uma troika...

Deputado Domingos Cunha (PS): Olhe que não! Não apoiado!

O Orador: ... que eu vou explicar em três pontos.

Em primeiro lugar, não bastou um ano de entrada em vigor do Código da Ação Social para o Governo perceber ou vir, passado um ano, dizer que o modelo estava errado, que era preciso outro modelo de financiamento. E, portanto, durante a discussão do código da ação social, que era, enfim, o novo paradigma, a nova forma absolutamente moderna, avançada de financiamento das IPSS, bastou um ano para se revelar que, afinal, o modelo de financiamento e o modelo de transição dos acordos de cooperação estava fora do contexto.

Em segundo lugar, o valor que o Governo definirá para cada uma das respostas sociais que as IPSS praticam será publicado mais à frente. A Sra. Secretária disse em comissão que iria fazer uma reflexão, apesar de já ter as contas feitas.

E este valor padrão, é bom que se note, e é bom que todos tenhamos consciência disto, é uma circunstância que irá atingir as IPSS em duas vertentes: do lado da definição do valor padrão e do lado do número de vagas a contratar. É porque têm importância estas duas vertentes, porque se o valor padrão, que será definido pelo Governo, é um valor médio,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cliente, cliente!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Médio por cliente!

O Orador: ... e não deixa de ter uma certa curiosidade (por cliente), em que a Sra. Secretária até deu um exemplo perfeito para ilustrar esta nova preocupação. Há uma instituição que, no apoio domiciliário, na mesma ilha, pratica, penso que disse, 80 euros, e há outra que pratica 180 euros. E, portanto, o Governo encontra esta média.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não!

O Orador: É um pouco como a estatística. Não foi isso que disse? Não foi isso que disse?

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não, não disse isso!

O Orador: Ah! Então, depois há de fazer o favor de me retificar!

Mas o valor médio do valor padrão, naturalmente que para uma poderá eventualmente aumentar, em termos da resposta que tem que dar, mas para outra eventualmente terá que diminuir. E o problema é que em relação à participação das IPSS nesta problemática, nós continuamos com as maiores dúvidas e preocupações sobre realmente aquilo que o Governo tem transmitido às IPSS ou que as IPSS têm transmitido ao Governo, porque na comissão, depois de eu ter feito uma pergunta à Sra. Secretária sobre a participação das IPSS neste processo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, nesta alteração, e na sequência disso a Deputada Graça Silveira alertou para o facto de não existirem os pareceres, situação essa que foi reforçada pelo PSD, mas também não vamos fazer nenhum *show-off* sobre isso, é importante que a Sra. Secretária tenha dito em comissão para nós percebermos, afinal,...

A Sra. Secretária fala às vezes como se fosse um porta-voz daquilo que é a opinião das IPSS, mas não é bem assim, como ficou provado.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não, olhe que não!

O Orador: Porque a Sra. Secretária disse na comissão. Eu questionei sobre a participação das IPSS neste processo e a Sra. Secretária, relativamente à portaria que virá a definir o valor padrão disse: “A portaria é efetivamente competência do Governo Regional, não descorando a possibilidade dos parceiros sociais serem convidados a participar dessa reflexão, aliás [que é o que consta do relatório, e bem, porque foi aquilo que a senhora disse], o que se verificou nesta proposta de alteração, onde as IPSS colaboraram na resposta social em questão”.

Oh, Sra. Secretária, se as IPSS tivessem colaborado efetivamente e se a senhora não se tivesse limitado a um PowerPoint pelos sítios onde participou em diversas reuniões ou congressos em que a senhora foi convidada a participar, se

não fosse só a mostragem de um PowerPoint e houvesse efetivamente participação, nós não tínhamos as IPSS a dizerem aquilo que dizem. E a senhora depois vem dizer que é má interpretação deles, ou seja, a culpa é sempre dos outros, nunca é do Governo Regional, que sabe tudo e que pelos vistos os outros não percebem nada. A não ser assim, não tínhamos recebido estes pareceres escritos, que são, como já foi dito, altamente críticos relativamente ao que está em discussão.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: Mas, pior do que serem críticos, são de uma gravidade enorme em termos de percebermos que não há participação das IPSS neste processo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não havendo participação das IPSS neste processo, este é um processo que vai de cima para baixo, quando devia ser o contrário.

O Sr. Deputado Domingos Cunha fez uma alusão ao património do Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): Tem que dar uma voltinha para verificar isso!

O Orador: ... relativamente à existência destas valências sociais todas e de tudo aquilo que o PS tem construído em termos do património social. E é verdade que...

Deputado Domingos Cunha (PS): O Sr. Deputado reconhece!

O Orador: ... tem sido o Governo a dizer às IPSS se podem contratar, se podem construir, se podem aumentar mais uma cozinha, mais uma sala, mais um edifício, mais uma valência, etc.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não! Se financia!

O Orador: O problema, Sr. Deputado,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Paga, manda!

O Orador: ... é aquilo que a Sra. Secretária agora veio dizer, é que há IPSS que para fazerem face a esta alteração, após o período de adaptação, vão ser confrontadas com a seguinte situação: nós não podemos continuar a ter esta despesa.

E para onde é que o Sr. Deputado e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo acham que vai a corda partir?

Deputado José Ávila (PS): Já lhe respondo!

O Orador: Por que lado é que vai partir?

É aquilo que as IPSS dizem, nomeadamente no parecer da União Regional das Misericórdias, no último ponto, em que diz: “A diversidade das instituições que caracterizam a realidade arquipelágica faz variar os custos por utente, de acordo com fatores como a capacidade instalada, a frequência, os serviços prestados, o custo com pessoal (progressões na carreira, diuturnidades, bem como a distância, o isolamento, tipo de apoio e dos acessos a cuidados prestados) ”.

E, portanto, para onde a corda vai partir quando não houver aproximação daquilo que vai ser um valor padrão? Note-se bem que padrão é igual, é um valor padrão, não haverá diferenciação em função de realidades distintas, como nós bem sabemos que existem. Aqueles que se tiverem que aproximar, à força, por assim dizer, vão ter que despedir pessoas, vão ter que reduzir custos e se calhar vão ter que reduzir qualidade dos serviços, como muito bem diz, como diz esta União das Misericórdias, para poderem realmente fazer face àquilo que vai ser o seu futuro.

E é isso que é absolutamente impensável para um Governo Regional que diz que é o maior defensor em Portugal do Estado Social,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E é!

O Orador: ... mas que não é capaz de se sentar à mesa com as IPSS para encontrar soluções adequadas e consensuais para o seu financiamento.

Queria ainda fazer notar o seguinte.

O maior problema desta proposta que o Governo apresenta nem sequer é aquilo que está à mostra; o maior problema é aquilo que está escondido e que a Sra. Secretária, eventualmente por lapso, revelou quando fez uma declaração sobre o novo paradigma de financiamento das IPSS. E é o problema que está escondido em termos daquilo que vai pesar sobre as famílias, nomeadamente com a alteração do modelo de comparticipação.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não vá por aí!

O Orador: Vou por aí sim, senhor.

Deputado Domingos Cunha (PS): Explique!

O Orador: Sabe por quê? Sabe por quê? Porque a Sra. Secretária o que disse em comissão relativamente a uma pergunta feita por mim, nomeadamente quanto à alteração do modelo de comparticipação familiar por parte dos idosos, e aquilo que a Sra. Secretária diz numa nota da Lusa, que eu penso que ainda é fiável, e publicada num jornal nacional, é que entende que esse critério de financiamento relativamente aos lares de idosos está desajustado da realidade atual. Alguns idosos têm pensões baixas, eventualmente vivem em agregados familiares com alguma capacidade financeira e a família fica isenta de colaborar com o Estado no cuidado com os seus familiares. O que é que os senhores diriam se fosse um Governo, não sei, do PSD ou do CDS a dizer uma coisa destas?

Lá está o maior ataque ao Estado Social que se pode imaginar, que é a desresponsabilização por parte do Governo perante aquilo que tem que ser as suas próprias obrigações em relação às respostas sociais que tem que dar aos seus cidadãos e que quer atirar para cima das famílias parte dessa responsabilidade.

E, portanto, grave é realmente aquilo que a Sra. Secretária se prepara para fazer quando fizer o despacho relativamente ao modelo e ao valor padrão do financiamento.

E nesta parte, só para terminar, eu gostava de citar, sobre este assunto, aquilo que disse a Sra. Secretária, enquanto deputada, na discussão do Código da Ação Social. “Nós temos um orçamento da Segurança Social que é limitado, e nós temos que manter a resposta, não é sobrecarregando as famílias.” Foi a senhora que o disse,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Exatamente!

O Orador: ... foi a senhora que o afirmou na altura, e como se revela pela sua atitude, é a senhora...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): E confirmo!

O Orador: ... que quer acabar com esse modelo de financiamento.

A nossa preocupação, Sra. Secretária, e aquilo que eu gostaria, é que a senhora é tão disponível para teorizar acerca do modelo de financiamento e do modelo social em vigor nos Açores, e é tão pronta a criticar aquilo que é, na sua perspetiva, errado, aquilo que eu gostaria é que a senhora fosse capaz, nos próximos tempos, de fazer isto que a senhora certamente conhece melhor do que eu, que é aquilo que é o modelo de financiamento das IPSS no continente: chama-se “Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade Social e Segurança Social, a União das Misericórdias Portuguesas, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a União das Mutualidades Portuguesas”. É aqui que é definido o valor utente, o valor cliente para cada uma...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Querem fazer isso nos Açores?

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... das valências.

Eu desafio e espero...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Leia com atenção!

O Orador: ... que concretize, que seja capaz de em vez de por despacho, no silêncio do seu gabinete, de se sentar com as IPSS dos Açores e definir aquilo que é o seu futuro financiamento.

Muito obrigado.

Deputados Bruno Belo e Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Parece que sou perseguida com estes estudos que o Governo Regional encomenda!

De facto, aquilo que a Sra. Secretária Regional disse foi que encomendou um estudo a uma empresa,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Não encomendei nada!

A Oradora: ... ou foi feito um estudo para fazer o cálculo do tal valor padrão e que se foram avaliar balancetes a dez anos.

Aquilo que eu acho incrível é que uma empresa dessas não tenha percebido, durante esse estudo, que ficariam de fora as instituições atípicas e que não tenha alertado para o facto de essas instituições não poderem ter um valor padrão.

Só há duas hipóteses:...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Por isso é que a senhora está a alterar a lei!

A Oradora: ... ou o estudo foi mal feito, ou quem fez a lei não soube interpretar os estudos.

De qualquer forma, essa empresa deve ter utilizado uma fórmula. Para calcular um valor médio, temos sempre que calcular uma fórmula.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Onde é que está o estudo?

A Oradora: Aliás, se quiser precisar, em termos matemáticos, quando diz que alarga o período, efetivamente o período de aproximação vai ser alargado, só que agora com um desvio padrão bem mais pequeno. Antes tinha um desvio padrão de mais ou menos 20%, a partir de agora passa a ser com um desvio padrão de mais ou menos 10%.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O momento é de esclarecimento, mas eu alerto a Sra. Secretária que tem muito pouco tempo. Por isso apelo à sua capacidade de síntese.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não me diga que o Governo não tem tempo!... Pois, não sabe gerir!

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, muito rapidamente.

Há aqui muita confusão.

Sr. Deputado Bruto da Costa, o senhor perguntou-me em relação às participações familiares...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não se enerve! Devagarinho!

A Oradora: ... durante a reunião da Comissão de Assuntos Sociais e eu referi que em relação às comparticipações familiares era uma reflexão que seria feita para o próximo ano e contávamos com as IPSS nesse sentido.

Portanto, estamos a falar de...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No que está escondido!

A Oradora: ... comparticipações familiares, não estamos a falar de um modelo de financiamento das IPSS.

Deputado José Ávila (PS): Afinal!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o que está escondido!

A Oradora: E, portanto, dois assuntos à parte.

O modelo de financiamento das IPSS já foi discutido. Já foi discutido com as IPSS, já foi apresentado às IPSS e é nesse domínio que o valor padrão se insere, não é na discussão que eu disse que faria para refletir. Eu não disse que alterava! Eu disse que achava que era mais justo. E é muito interessante que o senhor tenha citado o protocolo nacional, e era bom que lesse a página, ou a parte que diz respeito ao financiamento dos lares, e vai ver que a nível nacional o cálculo da comparticipação familiar dos idosos nos lares é feito com base no *per capita* do agregado familiar, o que não acontece na região. Na região incide apenas no idoso e a única coisa que eu disse publicamente e que o senhor citou da Lusa foi exatamente isso,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que parece que têm dificuldade com isso!

A Oradora: ... que considerava que o critério de incidir sobre os idosos é menos justo.

Agora, o senhor dizer que é inacreditável como é que um Governo do PS, porque o Governo do PSD nunca faria uma tal declaração, é um facto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora está a deturpar o que eu disse!

A Oradora: O Governo do PSD e do CDS-PP até nem pratica esse critério a nível nacional.

E, portanto, o novo paradigma que está aqui em causa, como já foi dito, é de maior justiça. E eu volto a dizer, os senhores concordam (e vamos aqui ver) que duas instituições com as mesmas características, com o mesmo rácio de trabalhador por utente,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora é que autorizou!

A Oradora: Eu estou a perguntar. Os senhores concordam com esse modelo? Os senhores concordam que se continue a pagar de forma diferenciada, com a disparidade existente, a duas instituições que têm a mesma prestação de serviço, com o mesmo rácio de trabalhador por utente?

Se os senhores concordam, então já se revela aí qual o modelo de financiamento que acham que deve existir na região.

Presidente: Tem que terminar, Sra. Secretária.

A Oradora: Vou só responder à Dra. Graça Silveira que o estudo foi feito incluindo todas as IPSS na região, incluindo até as atípicas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Devia ter dado logo essa indicação de que a aplicação era uma estupidez!

A Oradora: O que não está certo é aplicarmos, neste momento, um valor padrão às atípicas, porque a diversidade de respostas que estão nas várias instituições classificadas de atípicas não nos permite aplicar esse valor padrão. Mas o estudo inclui também as atípicas. Portanto, essa questão foi considerada no estudo que foi feito.

Eu queria só reforçar a noção de que nós trabalhamos...

Este processo vem de 2010, como eu disse. Em 2011, foi discutido com as IPSS e durante este ano de 2013, por várias vezes, em congressos, em reuniões com os representantes das IPSS, em reuniões com IPSS individualizadamente, esse tema tem sido discutido. E a partir de agora, uma vez enquadrado o DLR, cada uma das IPSS, como já estava previsto, irá trabalhar com o IDSA, em concreto, o novo acordo de cooperação, que, também já foi anunciado, entra em vigor em janeiro de 2014.

Portanto, há agora um hiato de tempo para trabalhar com cada IPSS como é que será o acordo de cooperação. E, portanto, este trabalho vai fazer-se em termos concretos de operacionalização.

As IPSS poderão ainda ter dúvidas, eu posso até reconhecer que possam ter ainda dúvidas, mas não é por falta desta relação de parceria que tem havido entre o Governo e as IPSS.

E, portanto, eu penso que este querer atirar suspeitas em relação ao futuro e querer atirar, inclusive, suspeitas...

Presidente: Sra. Secretária, agradecia que terminasse.

A Oradora: ... sobre a estabilidade financeira das instituições é de muito mau tom por parte do partido que na República...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... está a cortar nos salários, está a cortar nas pensões, está a cortar, inclusive, no subsídio de doença e no subsídio de desemprego,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é que é atirar areia!

A Oradora: ... com efeitos retroativos.

Eu penso que os senhores, se alguém pode usar a palavra corte é o PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Aqui não é corte, aqui é a ajuda das famílias!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Costa, eu gostaria de fazer-lhe uma pergunta, mas a resposta também já sei qual é a que me vai dar.

Deve conhecer, com certeza, para que servem os acordos de cooperação de funcionamento com as Misericórdias e IPSS e como é que eles são aplicados nas IPSS, nas Misericórdias ou noutras entidades sem fins lucrativos? Penso que sabe como é que é feita a distribuição e como é que são atribuídas essas verbas.

E eu quero aqui, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e também na sequência daquilo que já foi a intervenção da Sra. Secretária, que

acabou de reafirmar que não haverá nenhuma intervenção nos rendimentos dos idosos ou dos agregados familiares no âmbito do acerto dos novos contratos que vão ser celebrados...

E, Sr. Deputado João Costa, é evidente que, e vou dar-lhe a resposta à pergunta que lhe coloquei, uma das grandes preocupações em todo este processo é de que o Governo acompanhará, juntamente com as Misericórdias, IPSS e outras entidades que têm acordos de cooperação, a implementação destas medidas e a intervenção com um grande objetivo. Primeiro: não haver lugar ao despedimento de pessoal, mas não se demitir de que se faça reajustamentos e adaptações mediante o tipo de serviço que as instituições vão ter que dar e vão contratualizar.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo: reafirmamos aqui que o financiamento, que não é superior nem inferior a 10%, e que há instituições, que estão identificadas, que podem até nem sequer ter nem aumentos, nem diminuições, ou podem ter aumentos muito pouco significativos nessa margem de 10%. E o Governo acompanhará rigorosamente todo este processo.

Como todos sabem, eu tenho uma grande consideração e respeito pelas instituições particulares de misericórdia, IPSS e outras, no âmbito das políticas sociais, mas eu não queria deixar passar aqui a oportunidade de relembrar à câmara e aos seus deputados aquilo que foi dito pelo então representante da União das Misericórdias e das IPSS dos Açores quando foi debatido o projeto de diploma nº16/2012/A, que aprova o Código da Ação Social dos Açores. E eu vou só citar muito rapidamente aquilo que foi dito pelo representante da União das Misericórdias dos Açores. Fez “uma apreciação positiva da proposta de DLR” e acrescentou “e da sua utilização enquanto orientador dos investimentos a realizar na região”. Considera “tratar-se de um instrumento de trabalho fundamental para que as instituições saibam onde podem investir na área onde trabalham”. Considerou “que por esta via poder-se-á evitar construir estruturas em zonas onde já existem outras, contribuindo assim para uma maior racionalização e rentabilização do investimento e da oferta dos apoios sociais”.

Isto é exatamente aquilo que o Governo está a fazer, que é rentabilizar os próprios recursos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é o que se passa!

O Orador: E, em representação da União Regional das IPSS dos Açores, o que foi dito na altura, e vou citar, “no âmbito da apreciação da generalidade da representante da União das IPSS, manifestou satisfação pelo surgimento da iniciativa, assim como pelo aparecimento de novos atores, designadamente da iniciativa privada com fins lucrativos, apesar da conjuntura atual não ser apelativa ao investimento no setor social”. Considerou ainda “que o referido estudo a leva a perguntar como foi possível permitir tão grandes disparidades de funcionamento”.

Foi isso precisamente que o estudo que o Governo fez nessa matéria levou a identificar a disparidade destes valores atribuídos para serviços iguais, para cuidados iguais e que leva agora a que haja uma melhor adequação das estruturas que possui no sentido de rentabilizar aquilo que já existe, sempre na lógica de uma parceria e da salvaguarda e da qualidade dos cuidados prestados a quem das instituições necessita.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Assim é que é. Muito bem explicadinho! Só não entende quem não quer ou não quer entender!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

A pergunta é se o PSD...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Oh, senhor, já não tem tempo para responder!

O Orador: ... concorda que se...

Oh, senhor, eu estou a citar a Sra. Secretária! Tenha calma consigo! E a Sra. Secretária já passou o papelinho ali para a bancada do PS...

Deputado Berto Messias (PS): E o que é que o senhor tem a ver com isso?

O Orador: ... para a resposta ser dada. Também não se preocupe com isso!

Deputado Berto Messias (PS): Está enganado! Está enganado! Vai ver que está enganado! Vai gostar daquilo que temos para lhe perguntar!

O Orador: A Sra. Secretária perguntou se o PSD concorda que não se pague o mesmo a instituições diferentes pelo mesmo serviço e eu respondo-lhe que o PSD não concorda é que seja estabelecido um valor padrão que não responde às necessidades de determinadas instituições que, pela natureza da nossa região, que os senhores tanto salientam, não são capazes de avaliar para poder discriminar em função daquilo que é a realidade da resposta social oferecida.

E, aliás,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Onde é que isso está provado?

O Orador: ... note-se que foi o Governo Regional (eu já salientei, Sr. Deputado Domingos Cunha) que autorizou contratações, que autorizou a abertura de valências, obras, novas cozinhas, custos que ficam bem inaugurar e agora, pelos vistos, querem arranjar maneira de padronizar.

Deputado Domingos Cunha (PS): Padronizar! Está bem!

O Orador: É mais ou menos o termo.

Quem quer atirar areia para os olhos das pessoas é, certamente, quem diz que entende que as famílias devem participar mais neste tipo de respostas sociais, nomeadamente onde não participam os agregados familiares, que é nos lares de idosos. Mas só concorda na região, porque quando se fala do continente, é um ataque ao Estado Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Não é nesse sentido!

O Orador: Isso é que é atirar areia para os olhos das pessoas, isso é que é dizer uma coisa e o seu contrário, fazendo crer que afinal é tudo o mesmo.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Assim não chega lá!

O Orador: É natural, Sr. Deputado Domingos Cunha, que antes de uma determinada legislação entrar em vigor, até se perceber a sua dinâmica, haja quem entenda que aparentemente é positivo, mas o parecer que nós temos aqui é que até agora nada funcionou ou nada prevê que venha a funcionar como o Governo diz. Porque são essas as dúvidas que as IPSS e que a União das Misericórdias nos vêm trazer. Não somos nós que o dizemos; quem o diz são os parceiros do Governo, aqueles que o Governo mais devia valorizar e que devia convidar para se sentar à mesa...

Deputado Domingos Cunha (PS): Valoriza, Sr. Deputado! Valoriza!

O Orador: ... para fazer realmente este trabalho.

E, depois, Sr. Deputado, fazer uma turné antes de se lançar a música é uma coisa que nenhum conjunto faz; mas fazer um roteiro depois de se lançar a legislação, o PS vai fazer certamente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não percebi!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Arlinda Nunes, tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Afinal o papelinho serviu!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode ler!

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas não pode ler!

A Oradora: Tenho várias coisas aqui para ler! Quer escolher? Tenho várias!

Há algum problema de funcionar assim com notas? Minhas! Quer mais?

O número de instituições...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa letra pequenina é que parece não ser sua!

A Oradora: ... que será afetado pelos futuros acordos de cooperação está identificado, está publicamente dito pela Sra. Secretária: são cerca de 25%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é ¼! 25% ainda é ¼!

A Oradora: Mas a Sra. Secretária...

Um quarto!

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi exatamente o que ele disse!

A Oradora: Mas a Sra. Secretária...

Posso?

... também acabou de referir que desse quarto só 60% irão verificar uma redução até 5%.

Mais. Os restantes cerca de 25% manterão os mesmos valores. E há aqui uma coisa que, perante todo este debate, ninguém referiu, talvez porque não convém, não é tão interessante referir e não é tão relevante, se calhar, na vossa ótica e na vossa maneira de ver, é que os restantes 48% irão verificar um aumento dessas participações, um aumento desse acordo de cooperação. Ou seja,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Substancial?

A Oradora: ... a percentagem de acordos de cooperação e de financiamento contratualizados pelo Governo Regional irá aumentar. Essa parte ninguém referiu; essa parte não vos interessa, com certeza.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado sabe isso, não lhe convém é dizer! Mas sabe!

A Oradora: Depois, em relação ao rigor e à transparência aqui postos em causa por várias vezes, ao longo deste debate, eu acho que exigir uma melhor gestão e rentabilização de recursos, garantindo que não implica a dispensa de pessoal, ao contrário, vem exigir uma maior capacidade de gestão, outras opções, recorrer a sinergias entre os diversos parceiros, fomentar a competitividade,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Nada disso são cortes. É tudo parcerias, sinergias!

A Oradora: ... não vem em nada prejudicar este novo modelo de financiamento.

Esclarecendo o Sr. Deputado João Bruto da Costa em relação ao exemplo que ele estava a fazer e que, na minha maneira de ver, não é correto, eu vou explicar por que é que eu acho que este novo modelo de financiamento transparece rigor, transparência e igualdade, sobretudo igualdade de direitos, perante as diversas entidades que estão aqui em causa. Se tivermos em conta uma

instituição com capacidade para servir 30 cidadãos, esta instituição tem os mesmos direitos e garantias de sobrevivência e de gestão, independentemente da sua localização geográfica, porque o objetivo dessa instituição é servir e ajudar a servir, independentemente de onde ela se localize. Logo, o número de funcionários respeitantes a essa instituição está estipulado em diploma próprio, portanto será o mesmo número de funcionários de uma instituição para servir 30 cidadãos, quer esteja localizada aqui ou noutra ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O preço é o mesmo?

A Oradora: Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Olhe que a Sra. Secretária assustou-se! O preço é o mesmo nas Flores e em Ponta Delgada!

A Oradora: Logo, essas duas instituições idênticas, com funcionários idênticos para a capacidade e valência que possuem, acho que justo é que elas vejam as suas participações serem igualitárias, serem equivalentes pela frequência que têm, porque ter em conta se tem mais ou menos frequência, financiar o modelo somente nesse critério de mais ou menos frequência é muito injusto, tendo em conta que a instituição não tem culpa de estar localizada em sítios que, por muitas vezes, veem a sua população ser diminuída.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Depois, há aqui um aspeto para rematar, porque não é discussão, é uma não discussão, mas é lamentável que tenha sido trazida novamente aqui a esta câmara, que é realmente a problemática do cliente/ utente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Lamentável?

A Oradora: É! É lamentável!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não assume!

A Oradora: Sabe porquê, Sra. Deputada? Sabe porquê?

Deputado Berto Messias (PS): Ouça! Ouça!

A Oradora: Porque o objeto desta alteração, o que está aqui em causa é a garantia permanente das respostas sociais aos açorianos e às açorianas; é assegurar a sustentabilidade presente e futura das entidades intervenientes no

âmbito social, nos Açores, e é lamentável que a oposição se aproveite de uma questão de um termo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estava cá na altura do debate, Sra. Deputada, senão não estava a dizer isso! É lamentável!

A Oradora: ... para focar as atenções em pormenores (para focar as atenções em pormenores!), e isso faz-nos questionar qual é a verdadeira preocupação social da oposição: esta alteração ao artigo...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

A Oradora: Só para esclarecer!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si, Sra. Deputada! Isso não é para si!

A Oradora: Posso esclarecer? Posso esclarecer?

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: A alteração ao artigo 108º do Código da Ação Social,...

Deputado Berto Messias (PS): As regras da democracia não são unidirecionais!

A Oradora: ... bem como o próprio Código da Ação Social, na sua versão inicial, não deixam qualquer dúvida a quem é que se destinam a disponibilização de serviços e respostas de âmbito social. Destinam-se a todos os açorianos e açorianas, sem exceção, desde que cumpram as condições de atribuição dos benefícios sociais.

Chamem utentes, chamem clientes, chamem-lhes...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As coisas são o que são em virtude de serem assim mesmo!

A Oradora: ... o que vos tranquilizar mais. A nós, preocupa-nos que sejam todos atendidos com qualidade e justiça.

Em relação ao valor padrão, tão questionado e tão dificilmente interpretado aqui pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Secretária é que não disse. Eu só perguntei!

A Oradora: ... o valor padrão, com certeza, irá ser publicado atempadamente, em momento próprio e através de documento próprio. O valor padrão foi aqui explicado pela Sra. Secretária e será fixado com base em cliente/mês, com base nos custos médios de referência, por unidade, para a respetiva resposta social que estiver em causa, tendo por critérios orientadores a proteção dos interesses dos clientes, nomeadamente a qualidade dos serviços prestados, a gestão eficiente dos serviços e equipamentos e as necessidades financeiras do ciclo de gestão atual.

E só para recordar, Sr. Deputado, não estava cá, mas li o relatório, e se bem me lembro o Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente o artigo 108º do Código da Ação Social. *(Risos)*

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi aprovado por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acha piada? Está a rir?

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Então?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Deputado Berto Messias (PS): Registe-se a coerência do PSD!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Deputado Aníbal votou a favor?

O Orador: Eu não estava com nenhuma intenção, nem era meu propósito de regressar ao debate,...

(Burburinho geral)

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: ... mas depois da intervenção da Sra. Deputada que me antecedeu tinha, ou tenho, porque fiquei cheio de dúvidas.

Deputado Francisco César (PS): Tinha ou tem?

O Orador: Fiquei cheio de dúvidas e gostava de ouvir da boca da Sra. Deputada Arlinda Nunes a explicação de como é que se torna uma instituição que presta apoio social competitiva. É que V. Ex.^a acabou de referenciar a competitividade das instituições...

Deputada Zuraída Soares (BE): Muitos clientes!

O Orador: Já lá vamos! (*Risos*)

Eu gostaria muito, mas muito, de ouvir essa explicação. Se será por redução do tempo de apoio ao cliente,...

Deputado Berto Messias (PS): Está carregado de minudências. Inventam cada uma para estar contra o PS!

O Orador: ... se será por redução dos trabalhadores dessas instituições. Gostava de perceber isso.

Mas isto...

Deputado Berto Messias (PS): Inventa cada uma contra o PS!

O Orador: Eu?! Invento? Foi a Sra. Deputada que acabou de referenciar isso.

Eu acho que nós temos o direito de perceber o que é que o Partido Socialista entende por competitividade no apoio social nesse setor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas, permitam-me já ir adiantando aqui qualquer coisinha sobre o assunto.

Se calhar não é tão inócuo a adoção da palavra cliente quando, há um ano, ou há cerca de um ano, se aprovou aqui o chamado Código da Ação Social. Portanto, se calhar não é um problema de semântica, se calhar é mesmo uma alteração profunda na filosofia do apoio social na região e possivelmente a Deputada Arlinda Nunes não estaria à espera disto, mas, de facto, vem dar razão, quando fala em competitividade neste setor, a quem, na altura, como eu e

outros deputados dos partidos da oposição, criticou o facto de se deixar cair a palavra utente e se começar a utilizar a palavra cliente.

E, de facto, isto não é um problema semântico. Houve ou há, de facto, uma alteração profunda no conceito e na forma como se encara a ação social na Região Autónoma dos Açores.

Eu fico à espera da explicação de como é que se consegue a tal competitividade neste setor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

Eu queria reafirmar, em primeiro lugar, o desafio que o PSD fez à Sra. Secretária Regional da Solidariedade e renovar e reafirmar esse desafio, porque é a única forma...

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Secretária não pode falar!

O Orador: ... da Sra. Secretária poder inverter o percurso que quer percorrer relativamente à adaptação dos acordos e a reafirmação desse desafio é que a senhora seja capaz, e que o Governo seja capaz de estabelecer um protocolo que defina o valor padrão e nesse protocolo participem os parceiros sociais do Governo.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Está previsto no Código da Ação Social!

O Orador: Espero que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... a Sra. Secretária não se limite a publicar o despacho.

E queria também ouvir da parte do Partido Socialista um esclarecimento cabal sobre esta matéria.

Concorda ou não o Partido Socialista que, nos Açores, os agregados familiares dos Açores passem, num futuro próximo, a compartilhar os lares de idosos para...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Oh, senhor, não é isso que está em causa!

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é isso que está em causa no debate!

O Orador: ... manter os idosos nesses mesmos lares?

Eu quero que o Partido Socialista seja capaz de, hoje, neste Parlamento Regional, responder a esta pergunta: o Partido Socialista...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... concorda ou não que os agregados familiares dos Açores passem a participar...

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, um bocadinho de calma.

O Orador: ... os lares de idosos?

E, Sra. Secretária, eu sei que não tem tempo, mas, em aparte, a senhora disse que toda esta câmara (certamente à exceção daqueles que concordam consigo) tinha incapacidade de perceber. Essa sua afirmação relativamente ao respeito por toda a oposição, que não teve a capacidade de perceber esta matéria, a senhora disse em aparte, penso que tenha ficado registado,...

Deputado José Ávila (*PS*): O senhor é que é um respeitador!

O Orador: ... que eram todos incapazes de perceber. Eu espero que essa sua incapacidade não seja reveladora daquilo que fará no futuro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu penso que é muito importante nós recentrarmo-nos naquilo que estamos a debater e que temos que votar, que é a alteração ao artigo 108º.

Eu fazia uma pergunta muito concreta ao Sr. Deputado João Costa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bruto da Costa!

O Orador: João Costa ou João Bruto da Costa, poderá ser!

Eu pedia-lhe para explicar à câmara, se é que quer ter essa amabilidade, como é que explica que o atual artigo 108º seja mais favorável para as instituições do que a alteração que nós estamos a propor aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que é a pergunta!

O Orador: Agradecia que o Sr. Deputado explicasse à câmara objetivamente isso, e lembrar o Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que votou!

O Orador: ... como é que o senhor votou.

Exatamente, Sr. Deputado Artur Lima!

O senhor e a sua bancada. Sabe perfeitamente como é que votou na especialidade este diploma. Votou a favor.

Muito obrigado.

(Burburinho da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado pela chamada de atenção, Sr. Deputado. Terei todo o gosto em responder-lhe, Sr. Deputado.

Vejo que o senhor não tem o mesmo gosto em responder ao meu desafio,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Não, não! Já respondi!

O Orador: ... mas pronto. Certamente que terá todas as razões para não querer responder à pergunta que eu lhe fiz sobre se o PS concorda ou não que os agregados familiares dos Açores passem a compartilhar os lares de idosos.

Na votação de especialidade do Código da Ação Social, este artigo foi aprovado por unanimidade. Eu já tive ocasião...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Não foi por unanimidade, foi por maioria!

O Orador: ... de dizer, neste debate, que a perceção na aprovação de determinadas normas, quando elas são novas ou inovadoras, por vezes revela-se diferente, tal como se provou pelos pareceres das IPSS.

Certamente, pela votação que se seguirá, muita da oposição, por aquilo que já ouvimos, também terá aprendido que realmente há situações e, depois, Sr. Deputado,...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine!

O Orador: ... é preciso reconhecê-lo: o PS votou sozinho este diploma, ou se não votou sozinho,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Votou, votou!

O Orador: ... pelo menos, o PSD, na votação final global, votou contra o diploma e, portanto, o global do diploma o PSD não aprovou. Na votação na especialidade, certamente pela dinâmica daquilo que ia ser gerado, este artigo não pareceu ter a importância que agora veio a ter quando a Sra. Secretária, certamente por lapso ou por infelicidade, revelou a ponta do véu daquilo que esconde por detrás desta alteração.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, apelo à sua capacidade de síntese. Tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado João Costa, muito rápido, porque o tempo já está a correr, mas o Sr. Deputado não explicou se, de facto, o artigo 108º, que os senhores aprovaram, é mais benéfico ou não do que aquela alteração que estamos a propor!

Deputado José Ávila (PS): Não interessa!

O Orador: E em que é que é mais benéfico!

E vou responder-lhe à pergunta que o senhor colocou à bancada do PS, que eu já respondi aquando da minha primeira intervenção.

As alterações aos acordos de cooperação que vão transitar para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi essa a pergunta!

O Orador: ... o contrato cliente não têm qualquer interferência...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi essa a pergunta!

O Orador: Foi! Foi!

... nos rendimentos dos idosos ou dos agregados familiares. Isso está assumido.

Foi assumido por mim e foi dito quando...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... intervim da primeira vez.

Sr. Deputado João Costa, lamento, mas fico à espera da sua resposta.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS concorda ou não?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pelos vistos, não haverá mais respostas, porque já não há mais tempo para nenhuma das bancadas, e também a Mesa não tem mais inscrições. Por isso, penso que encerrámos este debate.

Vamos avançar para as votações.

(Pausa)

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

(Pausa)

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 20 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Votação na especialidade.

O diploma tem dois artigos. Não entraram propostas de alteração, por isso deduzo que posso colocar à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS; 20 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global.

A proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 20 votos contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar na nossa...

Era só uma brincadeira para desanuviar o ambiente.

(Risos da Sra. Presidente e das bancadas)

Boa noite.

Dado o adiantado da hora, vamos todos para casa e regressamos amanhã de manhã.

Eram 19 horas e 52 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva **Contente**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia **Garcia**

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*

